



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EM TECNOLOGIAS  
APLICADAS À EDUCAÇÃO**

**RICARDO PETRONIO MOREIRA DE SOUZA**

**GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO  
Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IF Baiano no período 2009 a 2012 nos Campi  
de: Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim**

**SALVADOR**

**2015**

RICARDO PETRONIO MOREIRA DE SOUZA

**GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO**  
**Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IF Baiano no período 2009 a 2012 nos Campi**  
**de: Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim**

Dissertação apresentada à UNEB – Universidade do Estado da Bahia, ao Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, como requisito parcial para aprovação do Mestrado.

Área de Concentração 1 – Gestão da Educação e Redes Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Nadia Hage Fialho

SALVADOR  
2015

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**“GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO  
TÉCNICO: UM ESTUDO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO DO  
IFBAIANO NO PERÍODO 2009 A 2012 NOS CAMPI DE: CATU,  
GUANAMBI, SANTA INÊS E SENHOR DO BONFIM”**

**RICARDO PETRÔNIO MOREIRA DE SOUZA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação (*Scripto sensu*) Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Área de Concentração I – Gestão da Educação e Redes Sociais, em 27 de março de 2015, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

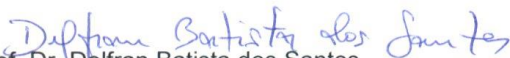


Prof. Dra. Nadia Hage Fialho  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Doutorado em Educação  
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dra. Elizabete Conceição Santana  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Doutorado em Educación Moral y Democracia.  
Universidade de Barcelona - UB, Espanha.



Prof. Dra. Maria Luiza Figueiredo Heine  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB  
Doutorado em Educação e Contemporaneidade  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB



Prof. Dr. Delfran Batista dos Santos  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano  
Doutorado em Engenharia Agrícola  
Universidade Federal de Viçosa - UFV

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus, pelos momentos de iluminação no caminho do conhecimento.

Agradeço a meus pais pela formação empreendida no decorrer da minha vida.

Agradeço a minha queridíssima esposa pela paciência, força e incentivos fornecidos, peço a Deus todos os dias bênçãos na nossa união.

Agradeço a meu filhinho por me dar forças todos os dias com o seu sorriso lindo.

Agradeço a meus irmãos por sempre acreditarem em mim.

Agradeço a minha grande orientadora, Professora Dr<sup>a</sup>. Nadia Hage Filho pela orientação, humanidade e carinho para comigo nesse processo.

Agradeço aos amigos pela compreensão e força.

Agradeço a todos os professores e técnicos do Gestec por contribuírem com o nosso processo de amadurecimento nesse percurso acadêmico.

Agradeço aos sujeitos da pesquisa, por contribuírem com as informações necessárias para o trajeto natural da pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente para o sucesso desse trabalho.

*“A consciência do mundo e a consciência de mim  
me fazem um ser não apenas no mundo,  
mas com o mundo e com os outros”.*

Paulo Freire

## RESUMO

SOUZA, Ricardo Petronio Moreira de. *Gestão da educação no contexto do ensino médio técnico - Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IF Baiano no período 2009 a 2012 nos Campi de: Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação da Universidade do Estado da Bahia. 2015.

O ensino médio técnico no Brasil passou por um período de mudanças com a origem dos Institutos Federais trazendo novos desafios para a gestão da educação. Nesse contexto, o presente estudo teve como principal objetivo analisar as implicações da criação do Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico, constituindo como objetivos secundários identificar entraves e benefícios do processo de ifetização com foco para o ensino médio técnico no primeiro período de gestão de 2009 a 2012, buscando encontrar o diferencial da gestão da educação do ensino médio técnico das antigas Escolas Agrotécnicas e do IF Baiano. Nesse sentido, o produto final consistiu numa cartilha informativa dirigida à comunidade educacional acerca do tema estudado. A pesquisa se apresentou conforme a caracterização qualitativa com o estudo de caso dentro da linha exploratória. Para tanto, foram utilizados como procedimentos e instrumentos de coleta de dados entrevistas, questionários, registros de informações, análises documentais, acervo bibliográfico e análise de dados. A investigação verificou que os principais entraves apresentados pela comunidade educacional na fase inicial do IF Baiano foram: a ausência de um banco de dados na reitoria e nos campi, a perda da autonomia do campus e a articulação entre as disciplinas do técnico com as propedêuticas. Os benefícios mais evidentes foram citados na pesquisa como: aumento no número de vagas; maior diversidade com novos cursos; aumento do recurso financeiro; aumento do número de servidores, tanto técnicos administrativos como professores; e, melhoria da estrutura física. A verticalização da educação foi um ponto a ser ponderado, abordado pelos gestores como um aprendizado desafiador. Todavia, a fim de colaborar com a compreensão foram definidas categorias de análise, considerando os dados coletados, as quais foram sintetizadas em: contexto pedagógico nos aspectos de oferta de vagas, novos cursos, currículo; recursos financeiros; servidores, técnicos administrativos e professores; estrutura física; e, estrutura administrativa, considerando todas como elementos de gestão do processo de ifetização em 2009 a 2012. Dessa forma, podemos concluir que a formação do IF Baiano advinda das antigas escolas Agrotécnicas de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, trouxeram mudanças bastante significativas e rápidas, não obstante, para o ensino médio técnico não foi na mesma intensidade, compreensível diante de tantas transformações vivenciadas pelos gestores e por toda comunidade escolar/acadêmica. Contudo, passada a fase de transição e adaptações, urge olhar com maior atenção para a etapa final da educação básica tendo em vista o contexto historicamente constituído no Brasil, faz-se necessário integrar o médio com o técnico, a teoria com a prática, a gestão com a comunidade, sobretudo conectar a educação básica com a continuada, pois a aprendizagem é um processo múltiplo e dinâmico de ir e vir constante.

**Palavras Chaves:** Gestão da Educação. Ensino médio técnico. IF Baiano.

## ABSTRACT

SOUZA, Ricardo Petronio Moreira de. Management of education in the context of technical secondary education. A study of the technical secondary education of the if baiano in the period 2009 to 2012 campuses of: Catu, Guanambi, Santa Inês and Senhor do Bonfim. Dissertation of master's degree - Program of Pos-graduation Management and Technologies devoted to Education of the University of the State of Bahia. 2015.

The technical education in Brazil went through a period of changes to the origin of Federal Institutes, bringing new challenges to the education management. In this context, the present study aimed to analyze the implications of the creation of Baiano Federal Institute for a technical secondary education, giving attention in identifying barriers and benefits as secondary order, to a process of ifetização focusing the secondary technical education on the first period of management of 2009 to 2012. Seeking to find any difference from the management of the secondary education to a former agrotechnical school and IF Baiano. In this sense, the final product was a informative booklet's addressed to the educational community about the studied subject. The research was presented according to the qualitative characterization upon the case studied inside the exploratory line. Procedures were taking and interviews, together, database, questionnaires, documentary, analyzes of informes and documentary, records, bibliographic collection and analysis of data. The investigation found that, the main obstacles presented by the educational community at the start of IF Baiano were: the absence of database in the rectory and campuses, the loss of campus autonomy and the articulation between the coach discipline with the basic formation. The most obvious benefits were mentioned in the survey as increasing the number of vacancies, greater diversity for new courses; increasing of financial resources; to increase the number of servers, both administrative technicians and teachers; the improvement of physical structure. A point to be considered is the the focus of the investigations about the education, addressed by managers as a challenging learning. However, in order to collaborate with the understanding categories, analysis were defined, considering the database were summarized in: context pedagogical giving a higher attention to a opportunity of new courses, filling up vacancies, curriculum; financial resources; servers; administrative technicians and teachers; physical and administrative structure; considering, all as elements of management of the process of ifetização in 2009 to 2012. Thus, we can conclude that, the changes of the IF Baiano compared to the former schools agrotechnicas such as: Catu, Guanambi, Santa Inês and Senhor do Bonfim, they brought quite significant changes to it, at the same time, rapidly. However, the secondary technical school, it did not develop with the same speed, as for, the former's school, there is a understandable matter, for the countless transformations introduced to the teachers lives and for the all school communities/academics. Nevertheless, the transition and adaptation time has passed, now, it is urgent to look with greater attention to the final stage of the basic education, having in mind, Brazil, historically, it is in the context, necessary to integrate the secondary with the technician, the theory with the practice, the management with the community, especially, to connect the basic education with the continued one, since the apprenticeship is a multiple and dynamic process of continuous learning.

**Key word:** Management of Education. Technical Secondary. IF Baiano.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEB	Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC	Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
COAGRI	Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário
DDE	Diretor de Desenvolvimento Educacional
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EAFIC	Escola Agrotécnica Federal de Catu
EBBT	Ensino Básico Técnico e Tecnológico
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMARC	Escola Média de Agropecuária Regional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FC	Funções comissionadas
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GE	Gestor
IBGE	Instituto Brasileiro Geral de Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IF BAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPIEXP	Imposto Sobre Produtos Industrializados, Proporcional às Exportações
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
ITCMD	Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações
ITR	Imposto Territorial Rural
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura

PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PF	Professor
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
SAEB	Sistemas de Avaliação da Educação Básica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TA	Técnico Administrativo
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matrículas do Ensino Fundamental e Médio no Brasil, 2010 – 2011	29
Tabela 2 - Matrículas do Ensino Fundamental e Médio no Nordeste, 2010 – 2011	29
Tabela 3 - Matrículas do Ensino Médio no Brasil/ Educação Básica e investimento do Fundeb, 2009 – 2011	32
Tabela 4 - Fundeb no Estado da Bahia – 2011	33
Tabela 5 - Matrículas do Ensino Médio na Bahia e o repasse do Fundeb com os respectivos acréscimos nos repasses, 2009 – 2012	34

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Formação Discente 2009 – 2012	79
Quadro 2 -	Benefícios e entraves da criação do IF Baiano 2009 – 2012	80
Quadro 3 -	Dificuldades apontadas pelos docentes e técnicos administrativos na criação do IF Baiano 2009 – 2012	81
Quadro 4 -	Gestão / Cursos 2009 – 2012	81
Quadro 5 -	Novos desafios para gestão do IF Baiano 2009 – 2012	82
Quadro 6 -	Comparativo das EAF's e IF Baiano 2009 – 2012	83
Quadro 7 -	Comparativo das Escolas Agrotécnicas Fedérias, 2008 e o IF Baiano- Campus Catu, 2009 – 2012	95
Quadro 8 -	Comparativo das Escolas Agrotécnicas Fedérias/2008 e o IF Baiano- Campus Guanambi, 2009 – 2012	95
Quadro 9 -	Comparativo das Escolas Agrotécnicas Fedérias/2008 e o IF Baiano- Campus Santa Inês 2009 – 2012	96
Quadro 10 -	Comparativo das Escolas Agrotécnicas Fedérias/2008 e o IF Baiano- Campus Senhor do Bonfim, 2009 – 2012	97
Quadro 11 -	Síntese das categorias de análise: contexto pedagógico nos aspectos de oferta de vagas, novos cursos, currículo; recursos financeiros; servidores, técnicos administrativos e professores; estrutura física; e, estrutura administrativa, considerando todas como elementos de gestão do processo de ifetização 2009 – 2012	104
Quadro 12 -	Quantidade de cursos, número de vagas e turno dos cursos de nível médio técnico integrado dos campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim do IF Baiano – 2012	107
Quadro 13 -	Síntese dos benefícios e entraves da transformação de EAF para IF Baiano 2009 – 2012, segundo os gestores, os servidores técnicos	108

administrativos e os professores, os itens que aparecem repetidos foram sublinhados.

- Quadro 14 - Simulação de recurso do Instituto Federal Baiano – Campus Catu, 112  
2009 – 2012
- Quadro 15 - Simulação de recurso do Instituto Federal Baiano – Campus Guanambi, 112  
2009 – 2012
- Quadro 16 - Simulação de recurso do Instituto Federal Baiano – Campus Santa Inês, 112  
2009 – 2012
- Quadro 17 - Simulação de recurso do Instituto Federal Baiano – Campus Senhor do 112  
Bonfim, 2009 – 2012

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Funcional Geral do IF Baiano – 2012	49
Figura 2 - Mapa dos Campi do IF Baiano – 2012	59
Figura 3 - IF Baiano / Campus Catu	60
Figura 4 - IF Baiano / Campus Guanambi	61
Figura 5 - IF Baiano / Campus Santa Inês	62
Figura 6 - IF Baiano / Campus Senhor do Bonfim	63

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Matrículas do Ensino Médio no Brasil e na Bahia, de 1998 – 2013	30
Gráfico 2 - Matrícula do Ensino Médio Técnico Integrado EAF/ IF Baiano por campus 2008 – 2009	85
Gráfico 3 - Matrícula do Ensino Médio Técnico Integrado EAF/ IF Baiano 2008 – 2009	86
Gráfico 4 - Matrícula do Ensino Médio Técnico Integrado EAF/ IF Baiano 2008 – 2009	86
Gráfico 5 - Matrícula do Ensino Médio Técnico Integrado IF Baiano por gênero em 2009	87
Gráfico 6 - Matrícula do Ensino Médio Técnico Integrado EAF por gênero em 2008	88
Gráfico 7 - Matrícula do Ensino Médio Técnico Integrado IF Baiano por gênero em 2009	88
Gráfico 8 - Evasão na 1ª série no Campus Guanambi, 2009 – 2012	88
Gráfico 9 - Evasão na 2ª série no Campus Guanambi, 2009 – 2012	89
Gráfico 10 - Evasão na 3ª série no Campus Guanambi 2009 – 2012	89
Gráfico 11 - Evasão na 1ª série no Campus Santa Inês 2009 – 2012	90
Gráfico 12 - Evasão da 2ª série por ano e total no Campus Santa Inês 2009 – 2012	91
Gráfico 13 - Evasão na 3ª série no Campus Santa Inês – 2012	91
Gráfico 14 - IF Baiano – Campus Santa Inês, Evasão Total do Ensino Médio Técnico Integrado 1ª, 2ª e 3ª série, 2009 – 2012	92
Gráfico 15 - IF Baiano / Campus Guanambi, reprovação da 1ª, 2ª e 3ª séries, 2009 – 2012	93

Gráfico 16 - IF Baiano – Campus Guanambi, reprovação total da 1ª, 2ª e 3ª séries, 93  
2009 – 2012

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA: A JUSTIFICATIVA, O PROBLEMA, AS HIPÓTESES E OS OBJETIVOS .....</b>	<b>24</b>
<b>2 O CENÁRIO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E NA BAHIA: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO.....</b>	<b>28</b>
<b>3 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADA AO ENSINO TÉCNICO.....</b>	<b>37</b>
<b>4 A CRIAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IF BAIANO.....</b>	<b>41</b>
4.1 O PROCESSO DE IFETIZAÇÃO NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	48
<b>5 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA DE CAMPO.....</b>	<b>52</b>
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	52
5.2 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	54
5.2.1 Entrevista .....	55
5.2.2 Questionário .....	56
5.2.3 Registro de Informações .....	56
5.2.4 Análise Documental .....	57
5.2.5 Acervo Bibliográfico .....	57
5.2.6 Análise de Dados .....	58
5.3 O IF BAIANO COMO AMBIENTE DA PESQUISA: OS CAMPI CATU, GUANAMBI, SANTA INÊS E SENHOR DO BONFIM.....	59
5.3.1 Campus Catu .....	60
5.3.2 Campus Guanambi .....	61
5.3.3 Campus Santa Inês .....	62
5.3.4 Campus Senhor do Bonfim .....	63
<b>6 COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E DOS DADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>64</b>
6.1 A VISÃO DOS GESTORES SOBRE A FORMAÇÃO DA IFETIZAÇÃO ...	65
6.1.1 A Relevância do Instituto Federal .....	65
6.1.2 As Escolas Agrotécnicas e a Formação Discente .....	66
6.1.3 A Diferença das EAF's para o IF Baiano .....	68
6.1.4 As Dificuldades da Criação do IF Baiano .....	69
6.1.5 A Gestão dos Cursos .....	70
6.1.6 Os Desafios da Gestão .....	70
6.1.7 A Gestão dos Cursos no IF Baiano .....	71
6.1.8 Gestão / Orçamento .....	72
6.1.9 Práticas de Gestão .....	73
6.1.10 Processo de Formação do IF Baiano .....	74
6.1.11 Ensino Integrado .....	75
6.1.12 Possibilidades de Fazer Diferente .....	76

6.1.13	Gestão da Educação no Contexto do Ensino Médio .....	77
6.2	AS IMPRESSÕES DOS REPRESENTANTES DA COMUNIDADE ESCOLAR ACERCA DA MUDANÇA.....	78
6.2.1	Formação Discente .....	79
6.2.2	Benefícios e Entraves .....	80
6.2.3	Dificuldades da Criação do IF Baiano .....	81
6.2.4	Gestão dos Cursos .....	81
6.2.5	Desafios para a Gestão .....	82
6.2.6	Mudança das EAF's Para IF Baiano .....	83
6.3	O CONTEXTO PEDAGÓGICO DA IFETIZAÇÃO.....	84
6.4	RECURSOS MATERIAIS E FINANCEIROS, ESTRUTURA FÍSICA, RECURSOS HUMANOS.....	94
6.5	A GESTÃO DA EDUCAÇÃO DIANTE DA COMPLEXIDADE DO INSTITUTO FEDERAL .....	97
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>101</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>115</b>
	<b>APÊNDICES</b>	
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA ....	119
	APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES E TÉCNICOS.	122
	APÊNDICE C – REGISTRO DE INFORMAÇÕES .....	125
	<b>ANEXOS</b>	
	ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO UNEB .....	127
	ANEXO B – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO IF BAIANO .....	128
	ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....	129
	ANEXO D – TCLE .....	132
	ANEXO E – TCLE .....	134
	ANEXO F – TCLE .....	136
	ANEXO G – TCLE .....	138
	ANEXO H – TCLE .....	140
	ANEXO J – TCLE .....	142
	ANEXO K – TCLE .....	146
	ANEXO L – TCLE .....	148
	ANEXO M – PRODUTO – CARTILHA INFORMATIVA “NAS TRILHAS DO BAIANO” .....	149

## INTRODUÇÃO

Pensar o ensino médio no Brasil nos remete a uma situação nada confortável tendo em vista a redução no número de oferta, o que pôde ser observado ao longo da trajetória de vida pessoal e no decorrer da experiência profissional.

Desta forma, muitos jovens, por exemplo, veem colegas que terminaram o ensino fundamental não ingressarem no ensino médio por diversos motivos como trabalho ou por não conseguirem acompanhar e prosseguir os estudos. Ou ainda, os alunos não conseguem concluir o curso e abandonam, com os mais variados relatos; desde método de ensino arcaico, abordagem pedagógica fora de contexto, grade curricular descontextualizada com a realidade, até a falta de conhecimento prático perante o processo de teorização do ensino e o excessivo número de disciplinas. Ou seja, o ajuntamento de lamentos é bastante convincente.

O que pode ser confirmado com a afirmação de Castro (2013), referente à estrutura em que se caminha o ensino médio:

No Médio, nem sequer temos clareza quanto ao que fazer. Cada país tem o seu sistema, são todos diferentes e ninguém está contente com o que tem. Na tropicália, o CNE está perdido, redige textos barrocos que nada dizem de pão-pão, queijo-queijo. Sabemos dos problemas: currículos enciclopédicos, ementas igualmente obesas, pouca – ou nada – de aplicação, só metade do tempo de aula é usado para aprender, assuntos distantes do mundo dos alunos, desconforto dos professores com a disciplina necessária em sala de aula e por aí afora.

Segundo o Censo da Educação de 2012, as matrículas do ensino médio retratam o seguinte: “[...] a rede estadual continua a ser a maior responsável pela oferta de ensino médio, com 85% das matrículas. A rede privada atende 12,7% e as redes federal e municipal atendem juntas pouco mais que 2%”.

Tomando como referência essa atual situação ao que concerne a educação pública, segundo o Censo Escolar da Educação Básica (2012, p. 24) pode-se, entender que há espaço para a expansão dessa etapa de ensino, contudo a melhoria da educação pública será alcançada com o aumento do fluxo de saída do ensino fundamental e a absorção na fase posterior ensino médio.

Nessa perspectiva, o governo tentando amenizar a situação da Educação básica preferiu algumas medidas, as quais se podem destacar: a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – (Fundef) criado pela Emenda Constitucional n.º 14 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96 e pelo Decreto 2.264/97, começou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1998 com a perspectiva de distribuir recursos e responsabilidades entre os Estados e municípios; a criação dos Sistemas de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conforme portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc); e, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade, no entanto, atualmente esse já se configura como substituto dos processos de avaliação para entrada no ensino superior “vestibular”, oferecidas por Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas.

Em, 2007 o Fundef foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o qual seguiu basicamente a mesma lógica do programa anterior, apenas aumentando o seu raio de ação, o qual também versa a valorização dos profissionais da educação.

Ainda no ano de 2007 consolidou-se a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino, esse tem como instrumentos de medição a Prova Brasil, destinadas as escolas e municípios, e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, os quais são realizados a cada dois anos. O Ideb diferencia a meta para cada escola e rede de ensino, pois tem como objetivo alcançar seis pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos.

Nesse mesmo ano, imbricado com as medidas anteriores foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) o qual teve como tarefa fazer um diagnóstico sobre o ensino público e efetivar ações a ele designadas, assim foram constituídas metas para o sistema nacional de educação, tendo em vista as suas características peculiares.

Nesse ínterim ficaram assim, evidenciadas as tentativas de (re) construção em busca do tempo perdido, pelo qual o denominado ensino médio se manteve em tempos de outrora.

De tal modo que o mesmo tentou se reconfigurar com ênfase na visão da contemporaneidade, não obstante, muitas dessas mudanças se fizeram necessárias para a efetivação de políticas públicas voltadas a educação. Entretanto, apesar de tais ações o cenário das políticas educacionais apresentadas para o ensino médio ainda carece de mudanças.

Em relação ao ensino médio técnico, pode-se estabelecer um elo em direção ao ensino médio convencional, uma vez que essa modalidade de ensino destina-se a estudantes do ensino médio em curso ou que já concluíram seus estudos. Pois, o ensino técnico pode ser realizado por qualquer instituição que esteja devidamente autorizada, assim, o decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 esclarece como deve ser realizado:

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados: I – os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação; II – as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; III – as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. §1ª A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II – concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III – subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Sendo assim, na modalidade integrada, o aluno possui única matrícula para o curso médio e técnico; no caso do ensino médio concomitantemente, o discente precisa ter concluído o ensino fundamental ou cursar o ensino médio para poder fazer o curso técnico; já o ensino técnico denominado de pós-médio ou subsequente, o mesmo deverá ser possuidor do certificado do ensino médio ou equivalente.

Nesse panorama, a gestão da educação técnica precisa provocar uma visão sistemática, seja da sua complexidade, seja dos sistemas de educação do Ministério da Educação – MEC e

da sua secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, a qual tem a missão de coordenar e supervisionar todo processo de formulação e implantação e efetivação das políticas da educação profissional e tecnológica, essa lógica transcorreu pela criação dos Institutos Federais os quais foram concebidos pela Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, a qual compete ofertar educação profissional técnica e tecnológica.

Deste modo, foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano, autarquia do Poder Executivo, Administração Indireta, vinculada à SETEC, o qual se caracteriza como campo de estudo dessa pesquisa, a qual focaliza a gestão educacional no contexto do ensino médio técnico nos campus de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, localizados no Estado da Bahia.

Contudo, percebe-se que a gestão da educação precisa estar integrada ao ensino médio técnico, uma vez que as necessidades administrativas pedagógicas e educativas se fazem necessárias para o estabelecimento das diretrizes construídas por todos que compõem o IF Baiano, no sentido da (re) formulação das políticas que implicam na ambiência da instituição. Pois, acredita-se que as ações coletivas devem ser pautadas no espaço da administração da educação, promovendo o avanço humano no tocante ao diálogo, a valorização das diferenças, da troca de experiência, da interação, dentre outros.

Desta forma, os problemas de ordem educacionais não estarão ligados apenas ao controle de qualidade, nem tão pouco ao gerenciamento correto, esses deverão ser postulados no entendimento da diversidade socioeconômica cultural e na perspectiva histórica, sendo estruturados dentro do limite de ação dos dirigentes educacionais, de modo que a identificação do gestor educacional deverá efetivar-se através de um trabalho consistente no decorrer de sua gestão tão logo possa possibilitar o rompimento de paradigmas arcaicos que permeiam o arcabouço da administração escolar.

Ao influenciar os pilares das políticas públicas voltadas à educação, a sua contribuição funde-se positivamente possibilitando uma visão ampliada da educação dentro da sociedade. Assim, as ações serão desenvolvidas ao chamamento das necessidades sociais da educação.

Nesse sentido, a gestão deve ser compartilhada entre professores, familiares, gestores, corpo técnico e alunos, em um trabalho de equipe para que possa possibilitar o envolvimento e compromisso da comunidade escolar interna e externa com o processo educativo, configurando a gestão autônoma, aberta, flexível, democrática e participativa, ou seja, a participação da sociedade local tem o papel fundamental na formulação de tais políticas.

A LDBEN – 9394/96 sinaliza em seu Título IV – Da organização da educação nacional, art. 12, VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; e o art. 14, II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Lück, (2009) descreve que “a complexidade do processo do ensino depende, para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, de ação coletiva, de espírito de equipe, sendo este o grande desafio da gestão educacional”.

Portanto, a escola deverá ser representada por sua comunidade interna e externa, se esse fato assim ocorrer, poderá ser mais fácil às futuras tomadas de decisões, do mesmo modo, a mesma poderá ser mais bem compreendida e tratada de forma mais respeitosa. Todavia, as políticas públicas devem trabalhar no sentido de reforçar o aumento da autonomia das escolas não as limitando às distorções legais, estabelecendo os diversos níveis de gestão da educação, incluindo-se todas as unidades de ensino da rede pública federal.

Nessa perspectiva, o estabelecimento de novas competências aos gestores do sistema educacional incidiria em uma melhor qualificação para os diretores de escola, através de cursos de qualificação que não se baseiem apenas em aspectos de ordem específica fundamentada na administração escolar ou na gestão técnico burocrata, pois, aspectos educacionais e sociais deveriam compor a baila desses cursos de qualificação, não sendo esses a única ferramenta que possibilite gerir uma instituição de ensino. Ouvir por exemplo, as demandas da comunidade interna e local poderiam auxiliar os gestores na aquisição de novas competências que ajudassem de base na reflexão para as futuras tomadas de decisões.

Diante desse fato, para Bravo (2007, p.111) “o plano de gestão escolar deve ser definido levando-se em conta as questões territoriais, contemplando os elementos das áreas de transição e, conseqüentemente as características que compõem os aspectos sociopolítico-econômicos”. Tendo em vista que o gestor ao apresentar e compartilhar seus atos contribui com a comunidade escolar constituindo o espaço educacional, possibilitando que essa identifique a importância do meio em que está inserida na hora da elaboração de seus programas, conteúdos, métodos e formas de organização, levando em consideração a sua origem e o seu público.

Para tanto, torna relevante à articulação com os vários setores que coabitam a sociedade em busca da gestão educacional como aspectos geográficos, culturais, econômicos e comunidade local. Tendo como referência, a perspectiva da gestão democrática, os gestores

não se constituem com papéis estáveis, mas professores e técnicos administrativos ocupam cargos de gestão em processo dinâmico, de modo que o professor possui caráter político, no sentido amplo, no que se refere aos fins da educação e, em sentido restrito, em sala de aula proporcionando também a gestão participativa com os alunos, quando, por exemplo, oportuniza o diálogo e a intervenção destes no processo de ensino-aprendizagem.

Pois, no dizer de Libâneo (2007, p. 195), “as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais do mundo contemporâneo afetam os sistemas educacionais e os de ensino”. Nesse sentido, o espaço escolar não pode ser visto dissociado das transformações sociais. E, conforme pontua Freire (2000, p.40), “a consciência do mundo e a consciência de mim me fazem um ser não apenas no mundo, mas com o mundo e com os outros”.

Portanto, a pesquisa apresenta-se da seguinte forma: O primeiro capítulo, apresentação da pesquisa: justificativa, o problema, as hipóteses e os objetivos.

O segundo capítulo *O cenário do ensino médio no Brasil e na Bahia: políticas públicas para a educação*. Apresenta o contemporâneo cenário do ensino médio no Brasil, tendo como referência alguns dados de ordem quantitativa, a fim de propiciar uma reflexão acerca das políticas públicas que estão sendo destinadas à educação para esse público, com o intuito de melhorar os indicadores até então mencionados. Como recorte, destacam-se as políticas destinadas ao estado da Bahia, com ênfase no Fundeb e em números referentes às matrículas destinadas ao ensino médio oriundas desse estado.

O terceiro capítulo discorre sobre, *a política da educação de nível médio integrada ao ensino técnico*, o mesmo descreve a educação de nível médio dentro de uma perspectiva de integração ao ensino técnico, da LDBEN – Lei nº 9.394/1996 ao Decreto nº 5.154/04.

Em relação ao quarto capítulo, esse evidencia *a formação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano*, o mesmo aborda sobre o processo de formação do referido Instituto e suas bases legais. Assim como, a inserção do ensino médio técnico nesse contexto de ifetização<sup>1</sup>, tendo como referência a ambiência da gestão.

No que tange ao quinto capítulo, *o percurso metodológico da pesquisa de campo*, descreve a metodologia utilizada na pesquisa de campo, caracterizando assim, os

---

1 Junção dos antigos CEFET e AGROTÉCNICAS em cada Estado com autonomia para: criação de cursos de graduação, pós-graduação, mais cursos técnicos de nível médio e tecnólogos; Aumento do quadro de servidores professores e técnicos administrativos; novas nomenclaturas, cargos e funções gratificadas; status de universidade com maior aporte financeiro, administrativo e pedagógico; permissão para emissão de certificados.

procedimentos metodológicos e instrumentos de coletas de dados que foram utilizados na decorrência do Campus de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim.

O sexto capítulo faz a *análise das informações e dos dados da pesquisa*, apresenta também o pensamento de cada gestor ao que concerne a formação da ifetização, bem como, as considerações reflexivas dos que representam a comunidade escolar nesse período, analisando aspectos empreendidos em cada unidade administrativa como: material, financeiro, estrutura física, recursos humanos, dentre outros.

Por fim, as considerações finais retrata o processo de reflexão do pesquisador sobre as informações do estudo de caso, utiliza-se a abordagem qualitativa, na tentativa de compreender quais foram os reais benefícios para o público pesquisado, *o ensino médio técnico*. Como produto da pesquisa, direciona-se para a construção de uma cartilha informativa que aborda todo o processo de estudo de forma ilustrativa e resumida para tal comunidade.

## 1 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA: A JUSTIFICATIVA, O PROBLEMA, AS HIPÓTESES E OS OBJETIVO

Os questionamentos dessa pesquisa surgiram da necessidade de compreender a dimensão do que representa um Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia para o ensino médio técnico, pois direciona para o entendimento da sua finalidade na sociedade.

Dessa forma, as questões foram surgindo com a perspectiva de serem respondidas ao longo da pesquisa, indagações que acreditamos ser de extrema relevância para desvelar os acontecimentos mencionados nesse trabalho. Assim perguntas como: se as antigas autarquias federais, conhecidas como Escolas Agrotécnicas Federais, eram efetivas no papel de qualificar pessoas para o mundo do trabalho<sup>2</sup> ou apenas para o mercado? Dentre outras, fazem parte do processo dinâmico da pesquisa e compõem os instrumentos investigativos.

Nesse caminhar constante, estabelecemos como *questão e problema* de ordem maior e que contempla por ora as nossas inquietações: *Identificar quais são os benefícios/vantagens e os possíveis entraves da criação do Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico?*

Partindo desse referencial, propôs-se investigar o ensino médio técnico do IF Baiano na delimitação das Escolas Agrotécnicas Federais no período de 2009 a 2012, quando se configura o primeiro mandato de gestão. Deste modo, almejamos analisar/estudar/explorar/pesquisar; *Quantos alunos do ensino médio técnico efetivaram matrícula nesse primeiro momento e quantos concluíram o primeiro período 2009 – 2012? Qual o perfil do aluno desse Instituto? – gênero, aspecto socioeconômico e faixa etária; Quantos alunos compunham o universo das escolas Agrotécnicas no ano que antecede a implantação do IF BAIANO (matrículas, evasão e aprovação).*

Além de entrevistas e questionários com os gestores que conduziram o processo de implantação do IF Baiano (Reitor, Diretores de Campus, Técnicos Especializados e Professores), a fim de buscar entender a visão de quem estava e permaneceu na gestão nesse

---

2 Para Ianni, (2014) “o que caracteriza o mundo do trabalho no fim do século XX, quando se anuncia o século XXI, é que esse tornou-se realmente global. Na mesma escala em que ocorre a globalização do capitalismo, verifica-se a globalização do mundo do trabalho. No âmbito da fábrica global criada com a nova divisão internacional do trabalho e produção – ou seja, a transição do fordismo ao taylorismo e a dinamização do mercado mundial, amplamente favorecidas pelas tecnologias eletrônicas – colocam-se novas formas e novos significados do trabalho [...]”.

momento histórico da criação do IF Baiano que demanda os benefícios e entraves da implantação do mesmo para o ensino médio técnico.

Diante desses questionamentos, que apontam para uma pesquisa de natureza exploratória, pois a mesma vem proporcionar a possibilidade de estudar um fenômeno decorrente de uma mudança institucional ao que concerne a transformação de escolas em um instituto federal, indicam a especificidade desse caso que se refere à transição das antigas Escolas Agrotécnicas no atual IF Baiano. Surge assim, a necessidade quase inevitável da formulação de hipóteses que respondam provisoriamente aos anseios do pesquisador, podendo confirma-las ou não no decorrer da pesquisa.

Gil (2008, p. 41) vai dizer que: “o papel fundamental da hipótese na pesquisa é sugerir explicações para os fatos. Essas sugestões podem ser a solução para o problema. Podem ser verdadeiras ou falsas [...], conduzem à verificação empírica, que é o propósito da pesquisa científica”.

Todavia, a inserção dessa pesquisa direciona para as seguintes hipóteses: Tendo em vista que os Institutos Federais surgiram do processo de reestruturação, através da Lei de expansão da rede federal<sup>3</sup>, a qual transformou CEFET, EAF, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades em Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, a hipótese básica é que com a implantação do IF Baiano, houve maior aporte financeiro e administrativo, dentre outros recursos disponibilizados pelo governo federal, que possibilitou a obtenção de vários benefícios para o ensino médio técnico. Sugere também que houve mudanças na gestão do ensino médio no IF Baiano quanto à estrutura dos cursos, como exemplo: carga horária, número de alunos oriundos da região circunvizinha ao campus, articulação da área técnica com a área propedêutica, curso técnico em sintonia com o mundo do trabalho.

Outro ponto de fundamental importância nesse caminhar, decorre da vivência e atuação enquanto docente da Escola Agrotécnica Federal de Catu – EAFC nos anos de 2006 e 2007, tempos de total autonomia, termo que Silva (2009, p.19) esclarece assim: “liberdade de agir ou, em outras palavras, a possibilidade de autogestão, autogoverno, autonormação, ocorrendo em sistemas relacionais, em contextos de interdependência”.

Nessa época, o processo de ifetização ainda não tinha começado, de modo que os acontecimentos daquele período despertaram algumas questões inerentes à vivência prática do

---

3 Lei 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

docente, especificamente no ano de 2006, quando foi possível perceber algumas indignações dos discentes, os quais questionavam o excesso de atividades/componentes curriculares, a carência de laboratórios, a descontextualização do curso escolhido com o mercado de trabalho, dentre outras muito próximas do campo de estudo que tratamos hoje.

Considerando tal contexto, estabelece-se uma linha de entendimento que tenta compreender a transição de Escola Agrotécnica para Instituto Federal no contexto da gestão do ensino médio, pois se ambiciona traçar um comparativo entre esses dois períodos, identificando como era antes e depois da transformação, ou seja, os efeitos que a criação do Instituto ocasionou para público pesquisado no que condiz a sua abrangência.

No que se refere ao aspecto social, podemos refletir que o gestor deve compreender o contexto educacional, se situando no quanto vivenciado pela comunidade educacional, pois acreditamos que os processos referentes à gestão e formação de gestores se aproximam do ambiente sócio educacional, uma vez que a política educacional e os gestores que a conduzem estabelecem mecanismos de administrar democraticamente.

Nesse sentido, Bravo (2007, p. 19) afirma que: “as transformações no campo da educação irão acontecer quando retratarem aspectos relacionados com modelos de gestão construídos democraticamente no sentido de corrigir desigualdades sociais [...]”. Ou seja, aspectos como importância do curso na sociedade, mundo do trabalho, remuneração, distribuição de gênero no mercado de trabalho, territorialidade, aspectos culturais, reformulação de cursos, dentre outros, devem ser levados em consideração, consultando a comunidade interna e externa na hora da tomada de decisões, pois essa representa a formação cultural e histórica da instituição.

Pois, segundo Ciavatta (2005, p.10): “[...] a escola deve assumir-se como um lugar de memória, de resgate das identidades, da compreensão do presente incorporando as dificuldades, as lutas e as conquistas do passado, [...] carregados de história e de significados”.

A valorização da história e dos espaços que compõem a escola condizem com o que se deseja como modelo de gestão da educação pública, como constata-se na Lei de Diretrizes e Base da Educação Básica – LDBEN 9394/96, em seu Título II, art. 3º, a qual assinala que: “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino, e IX – garantia de padrão de qualidade”.

Em concordância com esse pensar, pode-se dizer que a gestão democrática e a qualidade da educação precisam ter um entendimento que abranja as ações educativas como processo político, cultural e técnico-pedagógico. Com vistas à formação social, a construção e distribuição dos conhecimentos científicos e técnicos que transcorreram socialmente por aspectos significativos e de relevância para o sujeito.

Diante dos fatos apresentados, a presente pesquisa teve como objetivo geral analisar as implicações da criação do Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico. Constituindo como objetivos específicos:

- a) Discorrer sobre o processo de criação do IF Baiano “ifetização” para o ensino médio técnico na transição Escola – Instituto Federal, identificando entraves e benefícios;
- b) Identificar quais foram os principais benefícios que os alunos no ensino médio técnico obtiveram nos primeiros anos de criação “2009 a 2012” do Instituto Federal Baiano;
- c) Encontrar o diferencial na gestão da educação do ensino médio técnico das antigas Agrotécnicas e o IF Baiano.

Nesse sentido, o produto final consistiu na produção de uma *cartilha informativa*, a qual versou sobre o estudo realizado pontuando a gestão da educação no contexto do ensino médio técnico, apresentando sugestões e ações inovadoras de forma clara e objetiva visando gerar reflexões na comunidade educacional no âmbito do IF Baiano.

Assim, considera-se que a relevância dessa pesquisa está no desvelamento de questões ainda pouco exploradas no atual cenário da educação profissional do IF Baiano, podendo contribuir com a melhoria do ensino médio técnico através da gestão democrática e participativa.

## 2 O CENÁRIO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E NA BAHIA: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO

O ensino médio compreende o final do ciclo da educação básica, conforme aponta a LDBEN em seu art. 21º “A educação escolar compõe-se de: I – educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio”, portanto, corresponde à fase posterior ao ensino fundamental e antecessor do nível superior. Pode ser configurado como uma das etapas da educação básica que tem um dos piores indicadores da educação brasileira, conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP de 2009 ao apresentar alguns dados referentes ao ensino médio desse período: aprovação 72,6%, reprovação 13,1% e abandono 14,3%.

No entanto, o Instituto Brasileiro Geral de Estatística – (IBGE, 2010)<sup>4</sup> esclarece que a taxa de frequência bruta dos adolescentes nas escolas não retrata a realidade, quando comparada com a taxa de escolarização líquida, já que, o quantitativo de alunos deve ser considerado por aqueles que realmente estão frequentando a escola, e não apenas os que se matricularam. Assim, as matrículas ganham mais relevância quando são percebidas dentro de um contexto que se aproxima da realidade vivenciada nos estabelecimentos de ensino.

Nessa perspectiva, se faz necessário ter maior atenção com o indicador matrícula na rede de ensino pública, considerando que o aumento de alunos do ensino médio depende do crescimento de matrículas efetivas, ou seja, aqueles alunos que realmente estão frequentando a escola nessa fase, assim para que esse fato ocorra será preciso melhorar a qualidade do seu atendimento. Em 2010 a população brasileira era de 190.755.799, tínhamos 8.357.675 de matriculados no ensino médio, o que representava 4,38% da população.

Diante do que se observa, ao analisarmos os dados fornecidos pelo MEC/INEP, referente às matrículas dos anos de 2010 e 2011, os quais apontam para o sério problema na transição do ensino fundamental para o ensino médio, constata-se que as matrículas não refletiam o quantitativo de alunos que terminaram o fundamental e progrediam para o ensino

---

4 A [...] taxa de escolarização líquida dos mesmos adolescentes (de 15 a 17 anos) é de 50,9%. Isso significa dizer que metade dos adolescentes de 15 a 17 anos ainda não está matriculada no Ensino Médio. No Nordeste a taxa de escolaridade líquida é ainda inferior, ficando em 39,1%. A proporção de pessoas de 18 a 24 anos de idade, economicamente ativas, com mais de 11 anos de estudos é de 15,2% e a proporção de analfabetos nessa mesma amostra atinge a casa de 4,6% (IBGE, 2010).

médio. Ou seja, os anos de 2010 e 2011, informam sobre o sério problema dessa transição, uma vez que: as matrículas do ano de 2010 referentes ao final do ensino fundamental representavam o quantitativo de 14.249.63 de alunos matriculados, já em relação à transição para o ensino médio no ano de 2011, apenas 8.400.689 de alunos se matricularam, nesse sentido, 5.848.944 de alunos, ficaram de fora do ensino médio ou simplesmente deixaram de se matricular, confirmando a redução do número de alunos que concluíram o ensino fundamental e não se matricularam no ensino médio, conforme melhor esclarecido no quadro a seguir.

**Tabela 1** – Matrículas do Ensino Fundamental e Médio no Brasil, 2010 – 2011

ANO	MATRÍCULAS	FASE
2010	14.249.633,0	Última série do Ensino Fundamental
2011	8.400.689,0	Ensino Médio
2011	5.848.944,0	Sem matrícula no Ensino Médio

Fonte: MEC/INEP <[www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br)>

Quanto à região nordeste a situação é ainda mais grave, pois, no ano de 2010, por exemplo, as matrículas referentes aos anos finais do ensino fundamental correspondiam a 4.237.486 de alunos, no ano de 2011, as matrículas referentes à progressão para o ensino médio totalizavam 2.401.354 de alunos, ou seja, 56,67% desses alunos não passaram para o ensino médio ou simplesmente não se matricularam nessa fase, melhor visualização no quadro abaixo.

**Tabela 2** – Matrículas do Ensino Fundamental e Médio no Nordeste, 2010 – 2011

ANO	MATRÍCULAS	FASE
2010	4.237.486,0	Última série do Ensino Fundamental
2011	2.401.354	Ensino Médio
2011	1.836.132	Sem matrícula no Ensino Médio

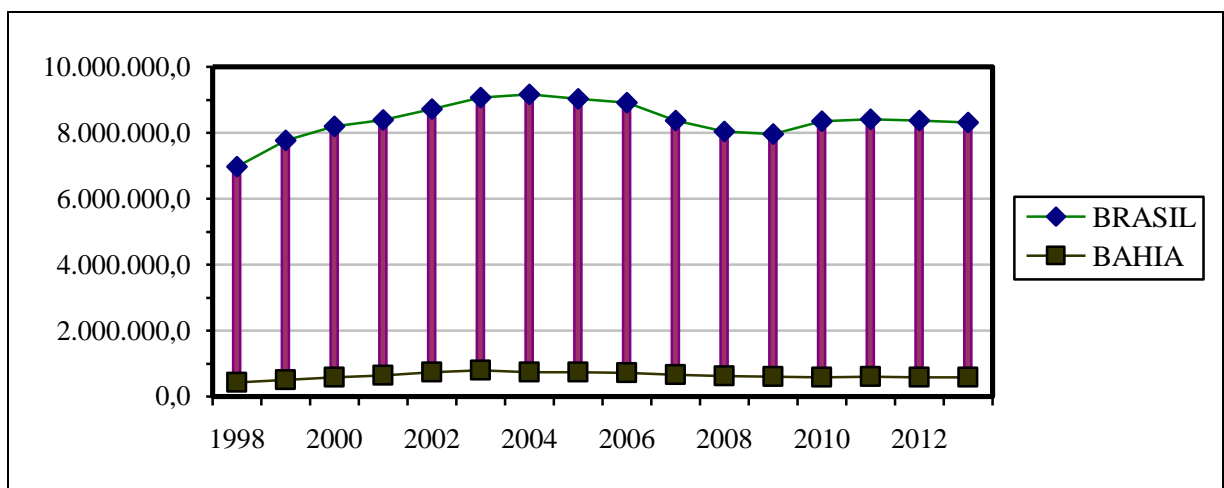
Fonte: MEC/INEP <[www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br)>

Gera-se assim, grande déficit no percentual de alunos que concluíram o ensino fundamental e não ingressaram no ensino médio, 5.848.944 de alunos não conseguiram progredir para o ensino médio em nosso país, desses 1.836.132, contemplam a região nordeste. Diante dos fatos apresentados, reflete-se que a possível resposta do baixo desempenho do ensino médio pode estar relacionada com as causas descritas anteriormente.

As pesquisadoras Fialho e Ramalho (2010) esclarecem que sendo a Bahia um estado composto por 417 municípios seria imprescindível à criação de 20.551 turmas com aproximadamente 35 alunos cada, sendo assim o quantitativo de turmas aumentaria para 51 por município. Acredita-se, no entanto, que essa realidade se apresenta como muito difícil para a reversão do indicador matrícula no Estado da Bahia, uma vez que, muitos municípios ainda são desfavorecidos economicamente.

Nessa perspectiva, a linha de esforço apresentada no gráfico a seguir foi construída a partir dos dados extraídos do site Todos pela Educação, o qual se baseia em dados do Inep, o mesmo exibe a quantidade de alunos matrículas no Brasil e no Estado da Bahia a partir de 1998 até o ano de 2013.

**Gráfico 1** – Matrículas do Ensino Médio no Brasil e na Bahia, de 1998 – 2013



Fonte: MEC/INEP <[www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br)>

Os Parâmetros Curriculares Nacionais- PCN's, (1999) destacam alguns aspectos de grande relevância a respeito do ensino médio brasileiro, em um processo de avaliação de alunos de nove estados brasileiros, aproximadamente 54% eram originários de famílias com uma renda mensal que não ultrapassa a seis salários mínimos. Essa avaliação foi realizada no nordeste especificamente nos seguintes estados: Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, apurou-se que mais de 50% da renda dos familiares destes alunos não ultrapassava a três salários-mínimos.

Pode-se então concluir que de acordo com esses dados, existe uma correlação entre renda, processo de avaliação e qualidade de ensino. Todavia, os PCN's mencionam que o Brasil se empenhou na promoção de reformas educacionais, pois quando comparado com os

demais países da América Latina, verificava-se facilmente a fragilidade do seu sistema de ensino.

Entende-se que esse momento pode ser percebido como um marco muito importante, pois, se inicia através da Lei de Diretrizes e Base da Educação de 1996 o processo de descentralização das políticas sociais e de Educação no Brasil. No entanto, o nível de escolarização líquida que corresponde à relação entre as matrículas dos estudantes que estão na faixa etária adequada ao nível de ensino, não correspondeu a 25%, colocando o Brasil em uma posição muito desfavorável em relação aos países desenvolvidos e aos vizinhos da América Latina, por exemplo, nos países do Cone Sul, “o índice de escolarização alcança de 55% a 60%, e na maioria dos países de língua inglesa do Caribe, cerca de 70%” (PCN, 1999 p.16).

No caminho desse percurso histórico promoveram-se diversas ações voltadas ao desenvolvimento do ensino médio no Brasil, destaca-se aqui; o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Nesse contexto, o FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e Decreto nº 6.253/2007, substituindo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério — FUNDEF, que vigorou de 1998 até o ano de 2006, com a principal característica ser de natureza contábil e de âmbito estadual, formado, na quase totalidade, por recursos oriundos dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

A composição do Fundeb perpassa por uma parcela de recursos federais, no âmbito de cada Estado, quando o valor pago por aluno não alcança o mínimo definido nacionalmente. Dessa maneira, independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica. O aporte de recursos do governo federal que foram destinados ao Fundeb em 2007 girava em torno de R\$ 2 bilhões, aumentando para R\$ 3,2 bilhões em 2008, R\$ 5,1 bilhões em 2009 e a partir de 2010 passou a ser no valor correspondente a 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país.

Em cada estado, o Fundeb é percebido por 20% das receitas; do Fundo de Participação dos Estados – FPE, do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, do Imposto sobre Produtos Industrializados,

proporcional às exportações– IPIexp da Desoneração das Exportações (LC nº 87/96), do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD, do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e da Cota parte de 50% do Imposto Territorial Rural – ITR devida aos municípios.

Ainda compõem o Fundeb as receitas da dívida ativa e de juros e multas incidentes sobre as fontes acima relacionadas, pois no âmbito de cada estado se a arrecadação não for suficiente para garantir o valor mínimo nacional por aluno ao ano, haverá o aporte de recursos federais, a título de complementação da União.

O Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica começou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2007 atendendo a todos os seguimentos da educação básica tendo como limite para terminar o ano de 2020, atende toda educação básica, porém destaca-se nessa pesquisa o ensino médio em suas várias formas de atuação; urbano, no campo, em tempo integral, integrado à educação profissional, educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio.

Diante do que representa o Fundeb no Brasil, surgem os questionamentos acerca das diferenças regionais, sobre a realidade do ensino médio na Bahia, o quanto o mesmo necessita de melhores indicadores educacionais, tendo em vista os recursos que são provenientes desse fundo e sua aplicabilidade no estado, o quadro a seguir detalhará melhor essas informações.

**Tabela 3** – Matrículas do Ensino Médio no Brasil/ Educação Básica e Investimento do Fundeb, 2009 – 2012

Ano	Matrículas	Investimento Fundeb
2009	7.966.794,0	72.197.667.859,68
2010	8.357.675,0	83.615.851.835,13
2011	8.400.689,0	98.213.134.947,45
2012	8.376.852,0	106.618.240.995,18

Fonte: INEP/FNDE <[www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br)>,<[www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)>

Diante dessa realidade, ações políticas de desenvolvimento da educação devem gerar uma melhor qualidade de ensino, boa estrutura física, docentes bem qualificados, recursos didáticos e pedagógicos, dentre outras questões que compreendem o universo da educação básica no país, a fim de possibilitar as condições necessárias para as transformações educacionais no estado.

Acreditamos que os recursos financeiros, bem como, os investimentos na qualificação dos planos e metas devem ser destinados à mobilização de esforços para reversão dos indicadores negativos que concernem à educação nacional.

**Tabela 4** – Fundeb no Estado da Bahia – 2011

Nº	Recursos	Valor (R\$)
01	Fundo de participação dos Estados	1.129.192.856,24
02	Fund. de part. dos Municípios	1.153.777.735,96
03	LC. 87	14.494.954,92
04	IPIexp	53.468.280,81
05	ICMS	2.365.677.050,69
06	IPVA	132.901.075,36
07	ITCMD	6.419.782,69
08	ITR	3.895.340,93
09	União Complementação	2.056.346.918,89
	Total	6.916.173.996,49

Fonte: FNDE <[www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)>

Seguindo essa linha de raciocínio, consideramos alguns dados do Estado da Bahia, fornecidos pelo PNAD/IBGE (2011) e MEC/INEP (2012), os quais serão necessários no processo de reflexão.

Segundo os dados do PNAD/IBGE, em 2011, o ensino médio apresentava 598.509 matrículas, o índice de analfabetismo na faixa etária específica de 15 ou mais anos correspondia a 14,4%, a taxa de escolarização líquida apresentava o percentual de 39,2%. Em relação aos indicadores de reprovação, abandono, evasão, promoção, repetência, e distorção idade série. No entanto, o MEC/INEP (2012) esclarece que os indicadores do período eram os seguintes: aprovação – 73,6%, abandono – 14, 1%, reprovação – 12,3%, distorção idade série 47,3%. Tal contexto instigou a curiosidade de como eram aplicados os recursos provenientes do Fundeb no Estado, especificamente o ensino médio os quais mantém péssimos indicadores.

Nessa perspectiva, o Fundeb foi constituído no ano mencionado por: 01 – Fundo de participação dos Estados; 02 – Fundo de Participação dos Municípios – FPM; 03 – Desoneração das Exportações (LC nº 87/96); 04 – Produtos Industrializados, proporcional às exportações – IPIexp; 05 – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; 06 – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores –IPVA; 07 – Impostos sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD; 08 – Imposto Territorial Rural – ITR; 09 – União Complementação.

Mesmo com o investimento do Fundeb na Bahia, ao avaliarmos o quantitativo de alunos que iniciaram e terminam o ensino fundamental no estado, percebe-se a grande

discrepância de progressão dos alunos concluintes do fundamental na relação de absorção desses no ensino médio, pois, no ano de 2010 as matrículas representaram 1.083.813 de alunos concluintes do ensino fundamental, a lógica seria que esses alunos ou, pelo menos uma boa parte deles, deveria avançar para a fase posterior, o ensino médio. No entanto, apenas 598.509 alunos efetivaram matrícula no ensino médio, ocasionando uma lacuna de 485.304 alunos que não se matricularam, o que representou 55% de alunos fora do ensino médio no estado da Bahia.

Houve um aumento progressivo no repasse do Fundeb de um ano para o outro, o mesmo delinea o número de matrículas do ensino médio na Bahia dos anos que compreendem 2009 a 2012, bem como o repasse do Fundeb referente desses anos.

**Tabela 5** – Matrículas do Ensino Médio na Bahia e o repasse do Fundeb com os respectivos acréscimos nos repasses 2009 – 2012

Ano	Matrículas	Repasse Fundeb	Acréscimo Fundeb
2009	604.689	R\$ 4.806.486.397,35	
2010	588.986	R\$ 5.565.389.372,18	R\$ 758.902.974,83
2011	598.509	R\$ 6.916.173.996,49	R\$ 1.350.784.624,31
2012		R\$ 7.958.264.898,19	R\$ 1.042.090.901,70

Fonte: INEP/FNDE <[www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br)>, <[www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br)>

Prosseguindo com as políticas citadas, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE pode ser entendido como um suporte no processo de planejamento no sentido de dar qualidade de forma a reorientar a educação constituída dentro da ambiência da escola, tendo como objetivo auxiliar a escola na melhoria do desempenho e do aumento do nível de eficiência.

Outra ação significativa foi o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto por dois processos: Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB, realizada por amostragem das Redes de Ensino e em cada unidade da Federação com foco nas gestões dos sistemas educacionais; e ANRESC – Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, responsável direta em cada unidade escolar, conhecido popularmente como Prova Brasil, tentam melhorar as atuais perspectivas da educação básica, dando maior visibilidade à mesma.

Não muito distante disso, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM permite avaliar o nível de desenvolvimento dos alunos que concluíram o ensino médio, possibilitando o ingresso no ensino superior em universidade, institutos federais e faculdades.

No entanto, através do ENEM, o aluno cursando o ensino médio, sendo maior de idade, tem a possibilidade de antecipar a conclusão do curso, para que isso ocorra permite-se apenas alcançar a pontuação mínima de 450 pontos em cada disciplina e 500 pontos na redação.

Diante de tantos desafios, Buarque (2006, p.8) defende a federalização da educação pública como solução mais viável para melhoria da educação básica. Acentua que durante praticamente todo processo de construção do Brasil a educação sempre ficou esquecida, apenas destinada a uma minoria privilegiada da sociedade. Para ele, as questões referentes ao baixo nível de educação ecoaram há pouco tempo no cenário nacional, principalmente na década passada, assim, enfatiza: “a tragédia educacional é a principal causa da tragédia social, e ficam visíveis todas as suas implicações para a tragédia nacional. Acima de tudo, fica claro que um intenso programa educacional é necessário para enfrentarmos a tragédia nacional”.

Como exemplo dessa proposta sugerida por Buarque pode-se citar os CEFET's, Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades, hoje muitas dessas foram transformadas em Institutos Federais, espalhados por todo território nacional, com recurso financeiro específico, se diferenciam das escolas públicas municipais e estaduais, principalmente, no que se refere à estrutura física, incentivos à qualificação continuada dos professores e servidores, dentre outros.

Entende-se então, que o processo de federalizar escolas poderia contribuir com as políticas públicas para educação, não obstante, uma maior fiscalização dos repasses de recursos federais aos municípios e estados brasileiros poderiam ser investidos realmente na educação básica.

Todavia a educação básica, sobretudo o ensino médio, precisa caminhar no sentido da pluralidade e da emancipação desenvolvendo maturidade, criticidade perante a vida, a ética, a (re) construção de valores, os quais auxiliarão na reversão de paradigmas arcaicos ainda predominantes na educação brasileira, pois com o avançar dos anos as coisas mudam, mas nem sempre avançam, cabe à educação, ressignificar os valores presentes na cultura, na democracia, na família, na ética, no cotidiano escolar, a fim de gerar novas práticas.

Assim, um olhar novo poderá surgir na organização dos sistemas, na gestão e conseqüentemente na educação pública. Pois no dizer de Freire (2000, p.56) “o futuro não nos faz. Nós é que nos refazemos na luta para fazê-lo”. Ao retratar que tanto mecanicistas como humanistas reconhecem o poder da economia globalizada, a diferença é que para aqueles não

há o que fazer, mas para estes além de ser possível a mudança pode-se lutar contra a dominação intensificada pela globalização.

A escola integradora, que contempla a gestão democrática, ética educacional e social não é intangível, quando a construção das teias de inter-relações que valorizam o sujeito contempla essa realidade. Contudo, percebe-se que várias políticas para a educação foram efetivadas nos últimos tempos, porém pouca mudança foi vista.

### **3 A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADA AO ENSINO TÉCNICO**

A lei de diretrizes e bases da educação – LDBEN de nº 9.934/96 em seu art. 39 elucida que “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”, assim, o parágrafo 2º esclarece que a educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: “I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II – de educação profissional técnica de nível médio; III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação”. Cabendo o destaque nesse trabalho à educação profissional técnica de nível médio.

Na contramão do fortalecimento do ensino médio técnico na rede federal, no ano de 1997, o governo instituiu uma reforma na educação profissional, através do Decreto 2.208/97, o qual menciona os objetivos da educação profissional:

I – promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas; II – proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação; III – especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos; IV – qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

No entanto, no art. 4º evidencia esse desinteresse ao dizer que a educação profissional de nível básico é modalidade de educação não formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam se (re) profissionalizar, qualificar-se e atualizar para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular. E no art. 5º afirma que a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial, evidenciando-se nesse sentido o desinteresse do governo federal em continuar a manter, nas instituições federais, a oferta da última etapa da Educação Básica.

Em 2004, o governo reestabeleceu a possibilidade do ensino médio integrado, com o decreto-lei de nº 5.154/04. Destacam-se os artigos 4º e 7º. O art. 4º propõe que a educação profissional técnica de nível médio, seja desenvolvida de forma articulada com o ensino médio. § 1º diz que a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; II – concomitante oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer: a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados; III – subsequente oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

Na hipótese prevista no inciso I do § 1º, a instituição de ensino deverá observar o inciso I do art. 24 da Lei no 9.394, de 1996, e as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas.

Ainda assim, o art. 7º enfatiza que os cursos de educação profissional técnica de nível médio e os cursos de educação profissional tecnológica de graduação conduzem à diplomação após sua conclusão com aproveitamento. Parágrafo único. Para a obtenção do diploma de técnico de nível médio, o aluno deverá concluir seus estudos de educação profissional técnica de nível médio e de ensino médio.

A educação integral presente na legislação refere-se ao fortalecimento do ensino médio técnico através da lei 9.394/96, a qual institui normas para implantação de cursos de origem profissional. O decreto nº 5.154/04, aborda a articulação do ensino médio com a formação técnica, sendo para isso necessário a conclusão do curso para diplomação em nível médio. Porém, a educação de nível médio não tinha essa dimensão, como se configura hoje

em dia, em seu percurso histórico a própria passou por várias transformações, conforme elucidada Ciavatta (2005, p. 4):

[...] a desigualdade no acesso aos bens e aos serviços produzidos pelo conjunto da sociedade, se enraíza no tecido social através de séculos de escravismo e de discriminação do trabalho manual. Sua organicidade social está em reservar a educação geral para as elites dirigentes e destinar a preparação para o trabalho para os órfãos, os desamparados. Esse dualismo toma um caráter estrutural especialmente a partir da década de 1940, quando a educação nacional foi organizada por leis orgânicas, segmentando a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, e separando os que deveriam ter o ensino secundário e a formação propedêutica para a universidade e os que deveriam ter formação profissional para a produção.

Nesse sentido, a formação para a produção cabia então para os menos favorecidos da sociedade para manutenção da riqueza dos bem-nascidos pertencentes à elite. Entretanto, essa lógica da nação forma-se a partir de um sentimento antidemocrático e autoritário onde a orientação não privilegiava a emancipação do povo, uma vez que decorria pela efetivação da dominação de uma nata de berço sobre uma camada de servos prontos a manter a ordem da forma como estavam, ricos cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres.

Esse panorama é facilmente entendido quando se considera o termo utilizado por Buarque (2006) a respeito do processo de deseducação, termo que auto se explica através de um organograma, o qual apresenta várias categorias que vão discorrendo a respeito desse processo que estamos submetidos, aspectos como: desemprego, desaglutinação nacional, queda na competitividade econômica internacional, queda na produtividade, atraso científico e tecnológico, corrupção, apartação social, pobreza cultural, trabalho infantil, dependência e perda de soberania, desigualdade de renda, ineficiência econômica, violência urbana e rural, fortificam a cada dia o empobrecimento da educação nacional.

Nesse sentido, a educação fornecida na contemporaneidade na instância federal, contempla a educação profissional, a qual vem procurando se ressignificar, especificamente a educação de nível médio técnico, a mesma aposta no rompimento de antigos paradigmas capitaneados por esse seguimento da educação brasileira, que há muito tempo permeiam por essa estrada. Assim, Ciavatta (2005, p.9) pontua que:

[...], o primeiro pressuposto da formação integrada é a existência de um projeto de sociedade no qual, ao mesmo tempo, se enfrentem os problemas

da realidade brasileira, visando a superação do dualismo de classes, e as diversas instâncias responsáveis pela educação (governo federal, secretarias de educação, direção das escolas e professores) manifestem a vontade política de romper com a redução da formação à simples preparação para o mercado de trabalho.

A política de integração do ensino médio técnico transcorre por uma lógica diferente da qual foi pensada inicialmente proveniente das Escolas de Aprendizes de Artífices, criadas por meio do decreto nº 7.566 do presidente da república Nilo Peçanha no ano de 1909, essas escolas estavam subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, anos mais tarde foram transformadas em liceus industriais, e posteriormente o ensino profissional passou a figurar com o status de nível médio, com o passar dos anos em 1942 os liceus viraram escolas industriais e técnicas.

Nesse processo de evolução natural em 1959, as escolas são transformadas em escolas técnicas federais dotadas de autonomia administrativa “autarquias federais”, seguindo a ótica do desenvolvimento em 1978, três escolas passam a terminologia de Centros Federais de Educação Tecnológica, esse novo desenho permite a criação dos CEFET do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais, em seguida mais escolas passam a denominar-se de CEFET.

Consequentemente essa trajetória ajudou a ressignificação da educação profissional rumo à perspectiva da gestão das políticas públicas para essa categoria nos dias atuais. Nesse ínterim, alterara-se, sobretudo nesses cem anos, significativamente o formato da rede federal de ensino, esses fatos permitem o acréscimo de 354 unidades, principalmente no que diz respeito ao aumento do número de matrículas e a probabilidade de entrega de novas unidades até o final de 2014.

Nesse sentido, a missão da educação profissional no que concerne à educação pública veio e vem se reconstruindo buscando caminhos rumo ao processo de democratização e início de uma possível universalização do ensino médio no contexto da educação profissionalizante, diferente do que se pensava em 1909 quando a educação adquiriu caráter reducionista, reprodutora da divisão de classes.

#### **4 A CRIAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – IF BAIANO**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, nasce decorrente da unificação das Escolas Agrotécnicas de Catu, de Guanambi, de Santa Inês e de Senhor do Bonfim, os quais passaram a ser identificados como campi desse Instituto. Posteriormente, surgiram novos campi através da articulação das escolas denominadas de EMARC's – Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), processo que se efetiva por meio da Lei Nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. § 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais. § 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. § 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica.

De acordo com esse panorama de criação do IF Baiano, se faz relevante discorrer um pouco sobre a história das EAF's, visto que essas representaram a base de sustentação do IF Baiano. Nesse sentido, Bravo (2007, p.111) esclarece a respeito quando menciona que, nos planos de gestão escolar: “deve-se considerar as questões territoriais, contemplando os elementos das áreas de transição e as características que compõem os aspectos sociopolíticos e econômicos”.

Nessa perspectiva, foi conferido aos institutos o título de instituições de educação superior, básica e profissional, no entanto não era comum ao sistema educacional brasileiro atribuir a uma única instituição a atuação em mais de um nível de ensino, por exemplo, a formação básica ensino médio técnico (integrado, concomitante ou subsequente) e as graduações tecnológicas de nível superior. Assim, os Institutos Federais devem dispensar igual importância às obrigações com a educação básica e superior (SILVA, 2009, p. 22, 23).

Considerando essa menção de Bravo, acredita-se que os planos de gestão devem considerar a memória, cultura e identidades construídas ao longo dos anos, levando-se sempre em consonância a construção coletiva, na formulação de estratégias de gestão que concernem o ensino-aprendizagem, bem como, as demandas internas e locais de cada instituição de ensino. Segundo essa nova perspectiva da educação profissional, a história das Escolas Agrotécnicas baianas, perpassam pelo decreto nº 83.935, art. 1º de 4 de setembro de 1979:

[...] estabelecimentos de ensino subordinados à Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário-COAGRI, órgão vinculado à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura, terão a denominação uniforme de ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL, seguida do nome da cidade em que se localiza o estabelecimento, conforme relação anexa. Parágrafo único. É facultada a manutenção do nome de personalidade com a qual já se identifique oficialmente a escola, como complemento à denominação estabelecida por este Decreto.

De acordo com esse decreto as escolas agropecuárias baianas passaram a vigorar sobre a nomenclatura de EAF – Escola Agrotécnica Federal, com a inclusão do nome da cidade e a possibilidade de manutenção do nome da personalidade a qual foram concebidas anteriormente, configura-se nesse momento a nova identidade da escola, essas deveriam passar a ter uma maior identificação com o município ao qual estava fixada territorialmente, pois agora ostentavam o título de escolas federais representantes do município aos quais pertenciam. Em presença dessa necessidade de entendimento da formação das Agrotécnicas, discorre-se sobre o histórico delas.

O campus Catu era a Fazenda Santana, o qual pertencia aos senhores Ambrósio Batista dos Santos e sua esposa Laura Pereira de Oliveira Santos, a José Batista dos Santos e sua esposa Belarmina Pereira de Oliveira Santos. Segundo Menezes (2011, p.50): “[...] no ano de 1895, o Governo do Estado da Bahia, durante a gestão de Rodrigues Lima, [...] resolveu adquirir umas terras na região de Santana do Catu para a implantação de uma Fazenda Modelo de Criação”. Em 1902, a Fazenda Modelo, possuía 210 hectares, 42 Ares e 86 centiares, recebendo de fazendeiros locais a doação de uma área de 84 hectares, 20 ares e 15 centiares passando a dimensão de 294 hectares, 63 ares e 01 centiare.

Contudo, Menezes (2011) esclarece, que o registro expedido pela Sub-tabeliã de notas da comarca de Catu, a senhora Edinilza Santana Santos, no Livro de Notas de nº. 27 Fls. 35 v a 36v5 elucida que a:

Escritura de Compra e Venda, Paga e Quitação que fazem como Outorgantes Vendedores os Senhores Paulino de Araújo Góes, Barão de São Miguel e D. Carolina dos Reis Araújo Góes, Baroneza de São Miguel, e como Outorgado Comprador o Município de Sant'Ana de Catu, representado pelo seu intendente o Senhor Oscar Pereira de Souza, da Fazenda Orobó, sita neste Termo de Sant'Ana do Catu, Comarca de Mata de São João. Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e vinte e seis no meu cartório, nesta Vila de Sant'Ana do Catu, Termo da Comarca de Mata de São João [...] eles, outorgantes vendedores transferem como transferido tem de hoje para sempre todo o direito, domínio e posse que tem na dita fazenda Orobó ao outorgado comprador como sua que fica sendo de hoje para sempre, por efeito da presente escritura, declarou também, em minha presença e das testemunhas abaixo assinadas, o outorgado comprador Município de Sant'Ana do Catu, representada neste ato pelo senhor Oscar Pereira de Souza, Intendente Municipal, que fazia a compra da Fazenda Orobó, constante desta escritura de compra e venda paga e quitação em vista de estar devidamente autorizado pelo Conselho Municipal desta Villa de Sant'Ana do Catu, termo da Comarca de Mata de São João, à adquiri-la e assinar a presente escritura de compra e venda paga e quitação conforme Lei Municipal número – para o fim exclusivo de doá-la, como doada considera de hoje para sempre, ao Governo Federal, para ampliação da Fazenda Modelo [...].

Nesse sentido, o município de Catu compra a fazenda “Orobó”, a qual possuía 84 hectares, 20 ares e 15 centiares, por (doze contos e quinhentos mil réis). Sendo seus proprietários o Barão e a Baronesa de São Miguel, os quais se chamavam senhor Paulino de Araújo Góes e a senhora Carolina dos Reis Araújo Góes. Terra essa que se limitava ao norte da Fazenda Modelo de Criação de Catu e transfere para a União a qual incorpora a Fazenda Modelo de Criação. Porém, Menezes (2011) ainda esclarece que segundo a certidão emitida pelo cartório de registro de imóveis de Catu, não há registro de escritura pública de doação da fazenda Orobó para a União. “De fato, na certidão acima descrita, o município de Catu, ao doar as terras da dita fazenda, no mesmo ato de compra, conforme registro, ficava obrigado, quando solicitado pelo Governo Federal, a assinar a Escritura de Doação” (MENEZES, 2011, p.53). Assim, a pesquisadora afirma que essa ação realmente não se concretizou, referendando a inexistência dessa escritura, fato esse comprovado ao mencionar os arquivos da escola o qual consta duas certidões, emitidas pela Comarca de Catu e Mata de São João, as quais não constam escritura de doação, no entanto a Comarca de Mata de São João menciona que no de 1966 os imóveis situados no Município de Catu passaram a integrar a circunscrição da Comarca de Catu.

A supracitada Fazenda Modelo, conforme acentua Menezes (2011), tinha como finalidade o desenvolvimento da região catuense, porém com o declínio da cana-de-açúcar e o fim da escravidão nos fins do século XIX, acentuou-se o processo de declínio, pois essa vinha passando por um estado de abandono, de acordo com o administrador da época, que através de relatório afirmou que a fazenda, tinha poucos animais, dos quais muitos estavam morrendo, descreveu ainda o péssimo estado das pastagens que não eram tratadas adequadamente. Esse fato levou o governo da Bahia em 11 de novembro de 1918, efetuar a transferência da Fazenda Modelo para a União.

Segundo Menezes (2011), no ano de 1927 o governo federal começou a investir na fazenda, o diretor da época era o Dr. Álvaro Ramos. Nesse período a fazenda, contava com várias raças de animais em seu criatório, das quais se destacavam as raças bovinas schwyz e holandesa, a alta qualidade dos suínos possibilitava o fornecimento desses para mais de 300 leilões de raça, bem como a produção de iguarias como laticínios, manteiga, queijos e leite pasteurizado.

Nesse período, a Fazenda Modelo de Criação passou a ser um lugar prazeroso. A sua beleza natural servia como espaço de lazer dominical e ponto turístico do município dos visitantes que ali passeavam. Porém, em 1964 a escola começou a oferecer cursos técnicos, através do decreto nº 53.666, assim, a fazenda passou a ser chamada de Colégio Agrícola de Catu, subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, sendo seu idealizador José Ribeiro de Carvalho.

Outro ponto significativo levantado por Menezes (2011) foi a nova mudança do nome do Colégio através de decreto, assim, em 1966, sob a administração do diretor Milton Lourenço dos Santos, o qual dirigiu a escola até o ano de 1972, o Decreto nº 58.340 de 03 de maio de 1966, alterou o nome para Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos. Diante disso, o Colégio começou a ofertar o ensino de segundo grau, formando técnicos em agropecuária dentro da filosofia de ensino francesa “aprender a fazer e fazer para aprender”, ou seja, o seu objetivo passou a ser, preparar o aluno com competência profissional para técnico na área agropecuária, podendo esse interagir criticamente perante as transformações no mundo do trabalho na sociedade, modelo tecnicista vigente que vigorava no cenário nacional daquele período.

Nessa perspectiva, a autora menciona outro decreto, o de nº 60.73, lançado em 19 de maio de 1967, entra em ação o referido decreto transferindo o Colégio Agrícola para o

Ministério da Educação, de acordo com esse novo cenário é constituída a primeira turma em 1969, essa por sua vez se forma em 1971. Foram necessários vários ajustes os quais visavam transformar a Fazenda Modelo em uma escola, estábulos transformados em salas de aula, o curral virou o refeitório e as instalações para os animais foram transferidas para outros espaços da fazenda.

A partir de 1975 o colégio passou a ser dirigido pelo professor Olavo Bahia Neves, sua gestão foi marcada por denúncias ao Governo Federal. Em 04 de setembro de 1979, através do Decreto n.º 83.935, o nome do Colégio mudou, passando a se chamar Escola Agrotécnica Federal de Catu – Bahia Álvaro Navarro Ramos. A partir de 16 de dezembro de 1980, o MEC por meio da sua Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus declara regular os estudos realizados na Escola Agrotécnica Federal de Catu-Ba. Entre os anos 1981 e 1982 a Escola passou por sua primeira intervenção que fazia menção a atos de improbidade administrativa de Olavo Bahia Neves, assumiu então Armando Rodrigues de Oliveira, após esse período de intervenção o professor João Batista Alves Novaes, dirigiu a escola de 1982 até 1996.

Segundo o Histórico da EAF-Catu (2008), em 17 de novembro de 1993, o presidente da República Itamar Franco, proferiu a Lei n.º. 8.731, transformando a Escola Agrotécnica Federal de Catu – Bahia em uma autarquia, a mesma passou a ter autonomia orçamental e quadro de pessoal próprio:

Art. 1º As atuais Escolas Agrotécnicas Federais, mantidas pelo Ministério da Educação, passarão a se constituir em autarquias federais. Parágrafo único. Além da autonomia que lhes é própria como entes autárquicos, as Escolas Agrotécnicas Federais terão, ainda, autonomia didática e disciplinar. Art. 2º O patrimônio das escolas de que trata o art. 1º desta lei será formado, em cada uma: a) pelos bens, móveis e imóveis, que constituem suas terras, prédios e instalações, bem como por outros direitos, ora pertencentes à União, que lhes serão transferidos; b) pelos bens e direitos por elas adquiridos com seus recursos; c) pelos legados e doações regularmente aceitos; d) pelos saldos e rendas próprias, ou de recursos orçamentários, quando transferidos para sua conta patrimonial. Art. 3º A aquisição de bens pelas Escolas Agrotécnicas Federais independe de aprovação ministerial. A alienação de bens imóveis depende de autorização do Ministro de Estado da Educação, observada a legislação em vigor. Art. 4º As Escolas Agrotécnicas Federais, como autarquias educacionais, terão orçamento e quadro de pessoal próprios. O atual quadro de cargos e funções de cada escola passa a ser o seu Quadro de Pessoal Permanente. Art. 5º A organização administrativa e as atividades das Escolas Agrotécnicas Federais, vinculadas aos seus fins legais, serão definidas em Regimento Interno, aprovado por decreto. O Regimento também disporá sobre a forma de nomeação do Diretor das Escolas Agrotécnicas Federais. Art. 6º O Ministério da Educação

adotará as providências necessárias à execução desta lei. Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, 16 de novembro de 1993.

Em seguida, a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, Lei nº 9394/96, através do Decreto nº. 2.208/97 versou sobre a separação do ensino médio do técnico, como pode ser observado em seu art. 5º: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial [...]”.

A alteração ocorreu em 2005 com o Decreto 5.154/05, conforme observa no art. 4º: “A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40, e parágrafo único do art. 41, da Lei no 9.394/96, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio [...]”. Voltando assim, a possibilidade de integração com o ensino médio.

Diante desse contexto, a EAF-Catu, apresentou uma proposta para os cursos técnicos com habilitações em Agricultura, Zootecnia e Agroindústria, esses deveriam ser estruturados em quatro módulos, sendo o primeiro introdutório (obrigatório) visando aquisição de conhecimentos básicos sobre a área, sem certificação, seguido do segundo, terceiro e quarto módulo por área de cada habilitação com terminalidade, não havendo vínculo entre esses.

No período de 1996 a 2000, o professor Manoel Prado assumiu a direção-geral da EAF-Catu, através de votação. De 2000 a 2001 o professor Luiz Henrique Batista de Souza, assumiu a direção como *pró-tempore*, substituído por Fernando de Oliveira Gurjão o qual geriu a escola até o ano de 2006.

No ano de 2005 a escola implantou o Curso Técnico em Operação e Produção de Petróleo, em parceria com a PETROBRAS, visto que a região encontra-se em uma área de produção de petróleo.

Assim, a EAF-Catu seguiu o percurso natural de gestão, passando então por vários gestores escolhidos pela comunidade interna, constituídos ao longo da sua existência dentre eles: José Ribeiro de Carvalho – Idealizador, Milton Lourenço dos Santos (1964 – 1972), Olavo Bahia Neves (1972 – 1981), Armando Rodrigues de Oliveira (1981 – 1982), João Batista Alves Novaes (1982 – 1996), Manoel Prado Neto (1996 – 2000), Luiz Henrique Batista de Souza (2000 – 2001/ pro tempore), Fernando de Oliveira Gurjão (2001 – 2006).

No ano de 2006, o professor Sebastião Edson Moura assumiu a direção-geral, através de processo eleitoral, permanecendo até o processo de ifetização, vindo assumir a reitoria do Instituto como 1º reitor, fato esse que resultou da integração das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia, criando o IF Baiano. Assim, o professor Alex Batista Dias, assumiu a direção do campus Catu como diretor *pró-tempore*, permanecendo até o final do ano de 2009, quando ocorreu eleição para direção-geral do Campus e o professor Alex Batista foi eleito permanecendo na gestão.

Nesse sentido, pode-se considerar como divisor de águas a transição das Escolas Agrotécnicas Federais da Bahia para a criação do IF Baiano, a nova constituição departamental “pró-reitorias, novas diretorias, coordenações dentre outras nomenclaturas formadas a partir do processo de ifetização”.

Enfim, outra estrutura que não condiz mais com as antigas escolas Agrotécnicas, ou seja, uma novidade que se aproxima mais de faculdades e universidades. Um modelo original destinado à educação profissional, chamado de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, espalhados por todo território nacional.

Não menos importante que a EAF-Catu, as demais EAF’s baianas eram consideradas ícones da Bahia, quando o assunto era o ensino agropecuário, a ligação que as unia antes da ifetização, através de eventos como: feiras, jogos, assuntos pedagógicas e administrativas, aspectos políticos, constituíam a relação entre as assim chamadas de coirmãs por seus servidores.

De acordo com esse contexto, a Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês, Localizada na cidade baiana de Santa Inês, foi Criada em 30 de junho de 1993, no governo do Presidente da República Itamar Franco através da Lei n.º 8.670: “Ficam criadas as Escolas Agrotécnicas Federais de [...] Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim – Bahia”. Em 16 de novembro de 1993 a então EAF-Santa Inês foi transformada em Autarquia através da lei 8.731, publicada no Diário Oficial da União de 17 de novembro de 1993, iniciando suas atividades pedagógicas em 17 de junho de 1996, a mesma começou ofertando o ensino médio concomitante através do curso profissionalizante técnico em agricultura, agropecuária ou zootecnia.

Já a Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira localizada na cidade de Guanambi, região sudoeste do estado, foi criada em 31 de julho de 1993, no governo do mesmo presidente pela mesma lei da coirmã EAF Santa Inês, iniciou as suas atividades

pedagógicas em 1995 com o curso técnico em agropecuária, no início visava apenas à formação de nível médio.

A Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, localizada na cidade de Senhor do Bonfim, mesorregião, centro-norte baiano, foi criada como as duas anteriores iniciando seu funcionamento administrativo em 14 de julho de 1996 e suas atividades pedagógicas em 05 de março de 1999 dando início a sua primeira turma de técnicos em agropecuária, modalidade essa integrada ao Ensino Médio. Devido às demandas locais foi propiciada a criação de mais dois cursos pós-médios, técnico agrícola com habilitação em Zootecnia e técnico em alimentos, bem como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.

Inicialmente essas Escolas procederam como a base do Instituto Federal Baiano, constituindo-se praticamente pelo mesmo decreto-lei. Hoje todas são partes integrantes do IF Baiano, autarquia constituída à priori pelas Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim e posteriormente pelas Escolas Médias Agropecuárias Regionais da CEPLAC – EMARC de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença e as unidades novas de Bom Jesus da Lapa e Governador Mangabeira.

Todavia, com a criação do IF Baiano foi constituído o seu organograma funcional geral, composto de: reitoria, gabinete, procuradoria geral, 02 (duas) diretorias sistêmicas (diretoria de gestão de pessoas e diretoria de gestão de tecnologia da informação) e 05 (cinco) pró-reitorias (planejamento e administração, desenvolvimento institucional, pesquisa e inovação, extensão e ensino).

#### **4.1 O PROCESSO DE IFETIZAÇÃO NO ÂMBITO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

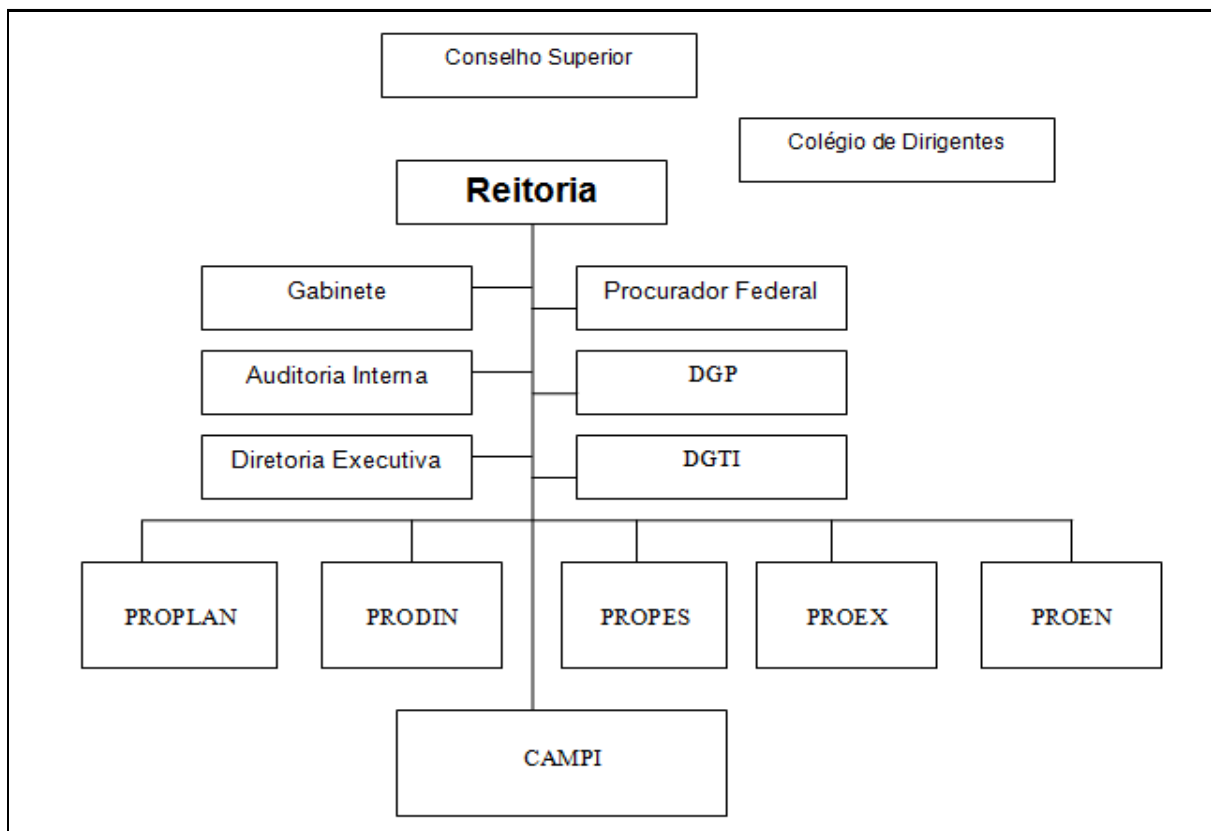
O processo de Ifetização decorreu de uma política nacional, através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, a qual reestrutura e transforma, em sua maioria, os Centros Federais de Educação Tecnológica, as Escolas Agrotécnicas Federais e as Escolas Técnicas vinculadas às universidades em Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

A dinâmica para que isso fosse possível em cada antiga escola Agrotécnica foi à interação com a comunidade escolar, através debates e uma consulta prévia. Porém nem todos

apoiavam a mudança, sendo assim, as unidades que aceitaram, passaram a vigorar como Institutos Federais, dotados de autonomia financeira, administrativa e pedagógica, constituídos por uma reitoria e diversos campi, a perspectiva, passou a ser a da verticalização do ensino, o qual tem como requisitos desenvolver a educação básica, profissional e o ensino superior:

A organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado (PACHECO, 2011, p.14).

**Figura 1** – Organograma Funcional Geral do IF Baiano, 2012



Fonte: Relatório de Gestão do IF Baiano 2012

Nesse sentido, os institutos figuram como instituições da rede federal de educação tecnológica com status de ensino superior, com a nova missão de desenvolver em suas unidades: ensino, pesquisa e extensão.

Conforme pontua Pacheco (2011, p.14) acerca dos Institutos Federais: “[...] devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado”. Para ele a atuação dos Institutos Federais se estabelece por região, pois a aposta da união foi que essas são instituições inovadoras dentro de uma perspectiva política pedagógica, perpassando por um novo conceito educação profissional e tecnológica, não podendo ser comparado com nenhuma outra nação.

No entanto, ao analisarmos a lei de criação, observamos que o foco principal dos Institutos Federais, assim com era nas antigas Escolas Agrotécnicas, ainda é a educação básica. Pois uma de suas prerrogativas consiste em disponibilizar 50% das vagas para o ensino médio técnico integrado, ficando o restante dividido para outras formas de ensino como técnico pós-médio, graduações tecnológicas, especializações, dentre outras, conforme pode ser observado no art. 7º da Lei 11.892/08: “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”.

Todavia quando analisamos o art. 7º da lei 11.892, fica claro que o foco dos Institutos assim como das antigas escolas federais CEFET e EAF ainda é a educação básica, restando nesse sentido, saber se o investimento destinado a esse público “estrutura física, pedagógica, financeira” aumentou a qualidade dos serviços prestados com essa nova arrumação, ou, praticamente não se alterou muita coisa dos tempos passados das antigas EAF’s.

Pacheco (2011, p.15) esclarece que “[...] derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais”, tendo em vista superar antigas concepções pedagógicas. Diante desse contexto, o processo de ifetização tenta estabelecer novas perspectivas para o cenário da educação profissional, entendemos que a tarefa dos institutos efetiva-se com a construção democrática, que por sua vez possibilita a inclusão e a cidadania, através da junção da educação básica com a educação profissional.

Para Pacheco (2011, p.20,23) as instituições federais, em períodos distintos, atenderam a diferentes orientações de governos, que possuíam em comum uma concepção de formação centrada nas demandas do mercado, com a hegemonia daquelas ditadas pelo desenvolvimento industrial, assumindo, assim, um caráter pragmático e circunstancial para a educação profissional.

Nessa perspectiva, descreve ainda, o referido autor, que os Institutos Federais devem ofertar conforme a sua proposta político-pedagógica: a educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como programas de pós-graduação, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores, assim a transversalidade e a verticalização constituem aspectos que contribuem para a singularidade do desenho curricular nas ofertas educativas dessas instituições.

Outra questão de relevância nesse processo refere-se à aproximação dos distanciados da educação, aqueles que por diversos motivos não conseguiram terminar ou se qualificar no período correto, assim através da articulação do EJA com a educação profissional forma-se a modalidade de ensino PROEJA a qual une a educação básica com o ensino técnico profissional, oportunizando a esse público mais uma chance de se qualificar.

Enfim, o processo de ifetização perpassa pela autonomia que as escolas tiveram em se tornar Institutos, com as novas diretrizes que pressupõem uma nova identidade da educação profissional tecnológica destinada a formação básica e continuada.

## **5 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA DE CAMPO**

Diante da problemática estabelecida nessa pesquisa, se fez necessário a formulação de estratégias que respondessem aos anseios iniciais e aos questionamentos que direcionaram para a possibilidade da confirmação ou não das hipóteses sugeridas.

Assim, o cenário desse trabalho perpassa por um processo contínuo de indagações naturais do universo do pesquisador, a mesma se fortalece à medida que as observações e estudos vão se concretizando, todavia, foi necessário conhecer algumas abordagens metodológicas para perceber a que mais se aproxima dessa pesquisa.

Contudo, no ano de 2006 diversos questionamentos nos despertam a atenção, pois foi possível perceber através da fala espontânea e cotidiana dos discentes diversas reclamações, afirmadas anteriormente. Tais inquietações ainda hoje são muito presentes no contexto do ensino médio técnico, nesse sentido, estabelece-se uma linha de raciocínio que culmina em direção ao tema dessa pesquisa.

Passados alguns anos a política nacional destinada à educação federal implanta os Institutos, especificamente no ano de 2008, almejam com essa ação a universalização da educação básica com viés profissionalizante, no entanto as antigas EAF, já realizavam essa modalidade de ensino. Como já referenciado na problemática a qual explica as demandas que direcionaram para esse estudo, sugere-se um caminho que tenta compreender o que se fazia antes e o que se faz agora, ou seja, os efeitos que a criação do Instituto ocasiona ao público pesquisado no que condiz a sua abrangência, traduzida aqui em qualidade de ensino.

Por fim, percebe-se que devido à especificidade que cada antiga escola possuía torna relevante a utilização do estudo de caso, pois esse se aproxima mais do perfil dessa pesquisa, haja vista que a técnica de estudo de caso deve se articular com a problemática estabelecida.

### **5.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA**

A presente pesquisa tem a caracterização qualitativa, seguida do estudo de caso dentro de uma linha exploratória, o processo reflexivo firma-se através da interpretação dos fatos locais. Assim, chega-se ao entendimento que “a era das grandes narrativas e teorias findaram,

para os defensores do pós-modernismo estas precisam ser restringidas por questões de ordem locais, temporais e situacionais” como enfatiza Flick (2009, p.21).

Ele ainda pontua que devido às limitações da pesquisa quantitativa, a pesquisa qualitativa passa a ser mais utilizada, não obstante, deve-se aplicar a pesquisa qualitativa com a interpretação de seguimentos quantitativos, na perspectiva exploratória, Gil (2008, p.27), assim esse orienta que: “As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

O mesmo ainda esclarece que, de todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento, pois habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso, sendo que procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

Para ele as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato, pois se realiza este tipo de pesquisa especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado se tornando difícil a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis. Outra questão mencionada por ele refere-se a diversas vezes que as pesquisas exploratórias constituem a primeira etapa de uma investigação mais ampla, ou seja, quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. Outro ponto relevante seria o produto final deste processo, pois passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados.

Nessa direção, Yin (2001, p.21) vai dizer que o estudo de caso é um mecanismo relevante na investigação quando se pretende preservar as características significativas dos fatos da vida real, como, ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Esse ainda diz que o estudo de caso por focalizar um processo de mudança institucional específico se torna uma técnica de pesquisa indispensável para essa pesquisa, nesse sentido os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo: como e por que, quando o pesquisador tem pouco controle sobre eventos e

quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real, além da especificidade inédita do caso, salientando que esses podem incluir evidências quantitativas e qualitativas.

Não obstante, a sociologia da vida cotidiana também se configura como auxiliadora dessa pesquisa, pois deve auxiliar o pesquisador a desenvolver um olhar minucioso, detectando a observação além das aparências rumo a escuta sensível. Assim, devemos desvendar a vida cotidiana passando a paisagem social a pente fino, procurando os significantes mais do que os significados (Pais, 2003, p. 29).

## **5.2 PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS**

Os procedimentos e instrumentos metodológicos utilizados na coleta de dados foram: entrevistas individuais, questionários, registro de informações, análise documental e acervo bibliográfico. Assim, a análise dos dados dessa pesquisa efetiva-se através da coleta realizada no campo das entrevistas transcritas, dos questionários aplicados, dos documentos coletados, dentre outros, o qual se buscou interligá-los continuamente.

Pois, conforme Godoy (1995, p.62), os estudos qualitativos têm como preocupação principal a análise do mundo empírico em seu ambiente, possibilitando ao pesquisador uma melhor observação do fenômeno no contexto em que esse ocorre e do qual o mesmo faz parte. Assim, para ela, o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como instrumento confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados.

Dessa forma, os gestores/diretores dos campi responsáveis pelo período de implantação do IF Baiano, bem como, técnicos e professores, enquanto sujeitos nessa pesquisa, contribuíram na etapa de coleta de dados através de informações do que vivenciaram nas primeiras turmas do ensino médio técnico do Instituto.

Contudo, a análise dos documentos das unidades pesquisadas, a coleta de informações através de registros dos alunos presentes nesse momento histórico do IF Baiano, referente a dados como matrícula, evasão, desistência, aprovação, reprovação, dentre outros, contribuíram para uma amostragem da realidade desse período possibilitando um diagnóstico dos significados que representam a ifetização principalmente no que concerne o ensino médio técnico.

### 5.2.1 Entrevista

A entrevista foi utilizada na presente pesquisa tendo em vista realizar o desvelamento de questões ainda pouco compreendidas e até mesmo ainda não investigadas. Sendo a entrevista uma técnica de fundamental importância, para a investigação e reflexão dos dados, à mesma foi construída dentro de uma perspectiva semi-estruturada a qual contou com o roteiro apresentado em apêndice, extraído das questões principais, assim, procurou-se seguir a lógica da complementação, ou seja, à medida que se avançava, complementava-se questões anteriores.

Para tanto, a entrevista como uma técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado de forma a lhe fazer perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação, conforme define Gil (2008, p.109). Ele entende a entrevista como uma forma de interação social, entre entrevistador e entrevistado, pois ocorre um diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Corroborando, para Gaskell (2013, p.65), a entrevista qualitativa tem como objetivo fornecer “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação ao comportamento das pessoas em contextos sociais específicos”.

Já Lakatos e Marconi (2001, p.195), compreendem que a entrevista “é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social”.

Segundo Minayo (1996, p.109), a entrevista é um instrumento privilegiado de coleta de informações, pois possibilita a fala “reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos”; a autora considera que a entrevista transmite através do entrevistador questões de representação de públicos específicos, ao que concernem aspectos históricos, sociais, econômicos, dentre outros de cada cultura.

As entrevistas aqui empregadas foram organizadas em categorias referenciadas na pesquisa, distribuídas em blocos diferentes, a metodologia empregada não foi rígida, a fim de permitir que o entrevistador fizesse adaptações necessárias para cada caso, caso precisasse. Nesse intuito organizou-se um conjunto de questões sobre o tema estudado, configurando o

roteiro da entrevista, o qual também possibilitou maior liberdade ao entrevistado para livremente se esse sentir a vontade, conforme apêndice.

### **5.2.2 Questionário**

O questionário, segundo Gil (2008, p.121) é uma “técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado [...]”.

Assim o mesmo consta de questões abertas, como esclarece Gil (2008, p. 122):

Nas questões abertas solicita-se aos respondentes para que ofereçam suas próprias respostas. Pode-se perguntar, por exemplo: “Qual é no seu entender o maior desafio que o SUS deverá enfrentar nos próximos anos?”, oferecendo espaço para escrever a resposta. Este tipo de questão possibilita ampla liberdade de resposta. Mas nem sempre as respostas oferecidas são relevantes para as intenções do pesquisador. Há também dificuldades para sua tabulação.

Dessa forma o questionário contempla questões abertas às quais foram testadas previamente, conforme pontua Gil (2008, p.134), que o pré-teste é um instrumento de coleta de dados que tem por objetivo assegurar a validade e precisão, assim para que esse seja realmente seguro e bem elaborado, o mesmo deve conter: clareza e precisão dos termos; forma de questões; desmembramento das questões; ordem das questões; e, introdução.

No entanto, para aplicação do questionário em cada Campus, foram utilizados questionários conforme modelo em apêndice. Todavia, foram escolhidos dois servidores sendo um técnico administrativo e um professor os quais se faziam presentes no processo de ifetização das escolas Agrotécnicas transformadas hoje em Campi do IF Baiano.

### **5.2.3 Registro de Informações**

O presente instrumento, registro de informações visou compreender os processos de gestão, no que condizem com o ensino médio técnico integrado no processo recente de

criação/implantação do IF Baiano nos referidos campi de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim. Sendo assim, almejou-se coletar e estudar os aspectos relacionados diretamente com esse objeto de estudo, levando-se em consideração o período que compreendeu os anos de 2009 a 2012.

O registro das informações contidas nas secretarias acadêmica e administrativa, ou seja, os dados solicitados seguiram um roteiro, constante em apêndice, do que foi apresentado para que contribuísse com a presente pesquisa de forma significativa.

#### **5.2.4 Análise Documental**

O mapeamento e identificação quantitativa dos alunos das antigas Agrotécnicas e do IF Baiano foram obtidos através da análise de dados documentais coletados nas quatro unidades administrativas, atuais Campus do Instituto Federal Baiano, bem como outros dados como: quantidade de alunos do ensino médio técnico que efetivaram matrícula no primeiro momento e quantos concluíram o primeiro período 2009 – 2012; perfil do aluno (gênero, aspecto socioeconômico e faixa etária); quantidade de alunos que compunham o universo das escolas Agrotécnicas antes da criação do IF Baiano (número de matrículas líquida, evasão e aprovação).

Sendo assim, Gil (2008, p.147) comenta que “essas fontes documentais são capazes de proporcionar ao pesquisador dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas”. Pois para ele muitos casos são possíveis quando a investigação social se concretiza por documentos.

Podemos dizer que a análise dos documentos pôde contribuir esclarecendo, ou mesmo, confirmando afirmações coletadas em outra técnica como a entrevista ou questionário.

#### **5.2.5 Acervo Bibliográfico**

O acervo bibliográfico foi importante no sentido da composição do referencial teórico, pois, não seria possível criar um arcabouço referente ao tema proposto facilitando o

entendimento de muitas questões antes não percebidas. Conforme aponta Gil (2008, p.50), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Ele ainda esclarece que embora a maioria dos estudos exija algum tipo de trabalho desta natureza, os mesmos são desenvolvidos a partir de fontes bibliográficas, pois parte dos estudos de natureza exploratória podem ser considerados como pesquisas bibliográficas.

Todavia, com os avanços tecnológicos, consideramos também como acervo bibliográfico estudado na pesquisa àqueles disponibilizados em sítios virtuais, seja em livros ou artigos publicados na Internet.

### **5.2.6 Análise de Dados**

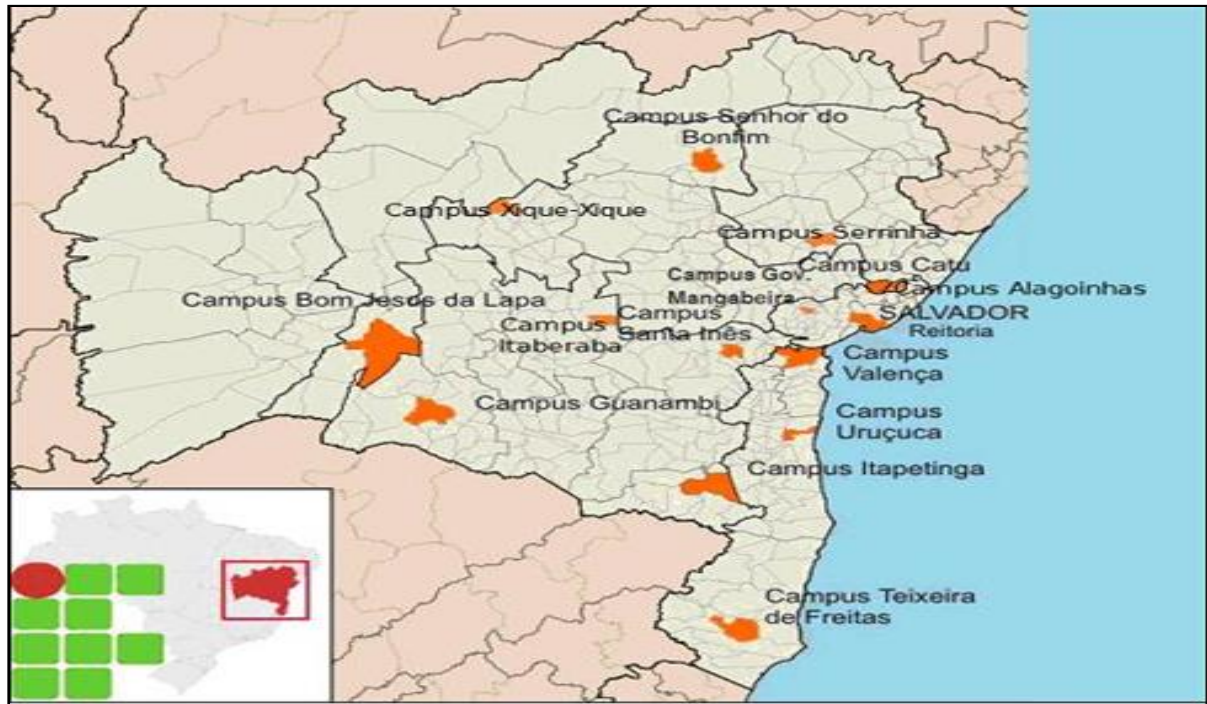
E por fim decorrente das inquietações mencionadas percebeu-se a necessidade de criar estratégias que respondessem aos anseios iniciais dessa pesquisa, assim, tornou-se necessário o tratamento dos dados, seguindo algumas orientações. Assim sendo, Bardin (2009, p.125,131), vai orientar que as diferentes fases do conteúdo se organizam através da pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A autora considera que a pré-análise correlaciona-se com período de intuições, porém visa à operacionalização e sistematização de ideias iniciais que concernem à exploração do material, considera que essa fase se efetiva após o cumprimento perfeito da pré-análise, para a mesma, depois de realizadas a fase de análise não passa de aplicação das decisões tomadas, já em relação à fase seguinte, que consiste no tratamento dos resultados obtidos e interpretação, sugere o tratamento dos resultados brutos para que esses possam ser significativos e válidos, pois diante de resultados significativos e com certo grau de fidelidade o analista poderá fazer as devidas inferências adiantando nesse sentido as interpretações de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para tanto, os aspectos como: recursos materiais, financeiros, humanos, além da estrutura física e dos aspectos pedagógicos, nortearam o pensamento de cada gestor sobre o processo de ifetização ocorrido, bem como as considerações reflexivas dos que representaram a comunidade escolar. Acrescentam-se ainda os documentos analisados e o embasamento teórico, recursos fundamentais e de extrema relevância para as considerações finais do estudo.

### 5.3 O IF Baiano como Ambiente da Pesquisa: Os Campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim

**Figura 2** – Mapa dos Campi do IF Baiano, 2012



Fonte: [www.google.com/maps](http://www.google.com/maps)

A presente pesquisa, através do estudo de caso, investigou aspectos da gestão educacional referente ao ensino médio técnico do IF Baiano, na delimitação dos Campi basilares, ou seja, os provenientes das escolas Agrotécnicas: Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim. Sendo os sujeitos da investigação, a comunidade escolar, gestores, professores, técnicos, os que participaram do processo de ifetização, com o intuito de buscar entender a visão de quem estava e permanece na Instituição.

Diante dos fatos que foram historicamente constituídos, os Campi tratados nessa pesquisa ainda guardam ranços das antigas escolas Agrotécnicas devido ao pouco tempo de existência do IF Baiano. Não obstante, deve-se considerar a identidade, a cultura, sobretudo, a memória que essas escolas preservam. Os projetos realizados, as conquistas, as pessoas que ali conviveram deixaram de alguma forma, suas impressões. Pode-se, vislumbrar que as antigas escolas significaram muito dentro de seus recortes territoriais, assim como, na amplitude do estado da Bahia e na representação nacional.

### 5.3.1 Campus Catu

**Figura 3** – IF Baiano/ Campus Catu



O campus de Catu está localizado no município de Catu, a 78 km de Salvador, está inserido no Território do Agreste de Alagoinhas, possui área de 439,573 Km<sup>2</sup> e população de 50.809 habitantes (IBGE, 2009), faz limite com as cidades de Pojuca, Alagoinhas, Araçás, Teodoro Sampaio, Terra Nova e São Sebastião do Passé. Em relação ao ensino médio, contempla os seguintes cursos: Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, esse compreende uma carga horária de 4.600 horas, acrescida de 240 horas de estágio, é constituído de regime seriado, com matrícula única para o Ensino Médio e a Educação Profissional; Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, o qual também tem carga horária e regime igual ao curso anterior e Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio, similar aos outros.

### 5.3.2 Campus Guanambi

O campus de Guanambi está localizado no município de Guanambi na região sudoeste do estado, a 757 km de Salvador, em relação ao ensino médio técnico integrado contempla os seguintes cursos: Técnico em Agroindústria, o qual possui duração de 3 (três) anos, realizando-se no período diurno, sendo um dos períodos, destinado às disciplinas do ensino médio e o outro turno destinado às disciplinas dá ensino técnico. A carga horária total de 3.560 horas completa-se com estágio supervisionado de 200 horas; Técnico em Agropecuária possui uma só Matriz curricular e confere o diploma de Técnico em Agropecuária aos seus concluintes; Técnico em Informática na modalidade PROEJA é um curso que faz parte do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para jovens e adultos (maiores de 18 anos). Este curso oferece o Ensino Médio Integrado ao curso profissionalizante técnico em informática.

**Figura 4** – IF Baiano / Campus Guanambi



### 5.3.3 Campus Santa Inês

O campus Santa Inês, está localizado na cidade de Santa Inês, pertencente à região do centro-sul baiano e microrregião de Jequié, fica a aproximadamente 290 km da capital baiana, no km 2,5 da BR 420.

O referido campus contempla os seguintes cursos destinados ao ensino médio técnico integrado: Agropecuária; Zootecnia; Técnico de Alimentos e Proeja similar aos cursos referenciados nos outros Campi.

**Figura 5** – IF Baiano / Santa Inês



### 5.3.4 Campus Senhor do Bonfim

O campus de Senhor do Bonfim, está localizado na cidade de Senhor do Bonfim, ao norte da Bahia, aproximadamente a 374 km da capital, pertence ao território de identidade denominado “Piemonte Norte do Itapicuru”, em virtude de ser um dos municípios que compõem a microrregião, demarcada pela principal bacia hidrográfica da região, do rio Itapicuru-Açu. Compõe o ensino médio integrado o curso técnico em Agropecuária.

**Figura 6** – IF Baiano / Campus Senhor do Bonfim



Nesse Contexto, uma história longínqua ao que concerne a formação do IF Baiano. Nessa perspectiva, os Campi de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, se caracterizam como de fundamental relevância na pesquisa, uma vez que a ambiência desses perpassa pela formação do IF Baiano. Não obstante, o atual cenário da educação técnica desperta para a necessidade de construção de novos paradigmas que ajudem na evolução da educação desses reconfigurados espaços, contudo, se fazem prováveis a intervenção e a contribuição através da pesquisa de característica exploratória.

## 6 COLETA E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E DOS DADOS DA PESQUISA

A coleta e análise das informações da pesquisa se fundamentaram em documentos adquiridos e constatados na pesquisa bibliográfica, documental e em loco, os quais foram obtidos através de entrevista semi-estruturada, questionário e do registro de informações, aproximando-se de questões explicitadas ao longo do referido estudo.

No decorrer do percurso investigativo foram aplicados alguns questionários para o público de professores e técnicos administrativos, bem como a realização de entrevistas com os gestores da época, além da coleta de informação através de documentos específicos. Entretanto, devido às necessidades surgidas no percurso natural da pesquisa, algumas adequações precisaram ser redirecionadas, tendo em vista o caráter experimental e a característica qualitativa.

Assim, com a obtenção dos referidos dados, pôde-se perceber a relevância que os mesmos compreenderam no universo desse estudo, fazendo relação com os questionamentos levantados anteriormente ao trabalho.

Nesses termos, a pesquisa de campo se iniciou após aprovação com anuência da orientadora, da instituição pesquisada, do comitê de ética, e também, dos sujeitos da pesquisa. Estes foram distribuídos da seguinte forma: cinco (5) gestores divididos em (Reitor e Diretores Gerais) os quais foram identificados através das respectivas siglas (GE1, GE2, GE3, GE4, GE5), no caso dos servidores foram distribuídos da seguinte forma: quatro (4) Técnicos Administrativos e quatro (4) Professores. Sendo assim, as seguintes siglas foram utilizadas (TA) para técnicos administrativos e (PF) para professores.

Salutar esclarecer que em relação aos gestores, planejava-se entrevistar cinco, sendo um representante de cada campus basilar do instituto, no entanto, apenas um não participou em virtude de desencontros e agendas incompatíveis. Quanto aos servidores, após aplicação dos questionários apenas um não foi devolvido, ficando o total de três técnicos e quatro professores, totalizando sete questionários.

## **6.1 A VISÃO DOS GESTORES SOBRE A FORMAÇÃO DA IFETIZAÇÃO**

Devido à necessidade de compreendermos o entendimento dos gestores sobre a formação da ifetização, particularmente o momento de gestão que vivenciaram, foi necessário à realização de entrevistas seguindo o roteiro semi-estruturado constante em apêndice.

Vale salientar que os sujeitos da entrevista que representaram o instituto no seu processo de criação foram os principais gestores daquele período, os quais se localizaram nesse estudo pelas seguintes siglas: GE1 para reitor, e GE2, GE3, GE4 para os diretores gerais dos campi.

A fim de investigar a história sob a ótica dos gestores, foram criadas as seguintes categorias de análise: a relevância do Instituto Federal; as escolas Agrotécnicas e a formação discente; a diferença das EAF's para o IF Baiano; as dificuldades da criação do IF Baiano; a gestão dos cursos no IF Baiano; os desafios do processo de implantação do IF Baiano; o primeiro período de gestão do IF Baiano - de 2009 a 2012; gestão: orçamento do ensino médio; práticas de Gestão; processo de formação do IF Baiano; ensino integrado; possibilidades de fazer diferente; e, gestão da educação no contexto do ensino médio.

### **6.1.1 A Relevância do Instituto Federal**

Tendo em vista a criação do IF Baiano através da lei 11.892/2008, essa categoria almejou-se saber, acerca da relevância do instituto para o cenário da educação profissional da Bahia.

Na visão do GE1, com o advento IF Baiano a transformação foi radical, pois o Instituto surgiu para ampliar o campo de atuação educacional, principalmente porque foi criado com o designo da verticalização, conforme o Art. 6º, inciso III, da lei 11.892/2008 “promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão”. Nesse sentido esclareceu que o Instituto Federal atingiu uma fatia da educação que antes estava restrita apenas às universidades e que hoje compõe a sua lista de atividades do IF Baiano. Assim destaca: “com a chegada dos institutos houve realmente a verticalização onde

nós trabalhamos desde a educação inicial continuada, diplomando pessoas que tinham conhecimento dos saberes, mas não tinham o seu diploma e mantendo a nossa tradição”.

Para o GE2, o Instituto Federal veio abrir as portas e facilitar a abrangência de mais cursos, diversidade essa que possibilita o acesso de mais pessoas. Segundo o gestor, a relevância do instituto é essa, pois a grande maioria dos professores é especializada com mestrado e doutorado, desta forma, o nível de aprendizado dos alunos do ensino médio técnico integrado vem melhorando a cada dia.

Segundo o GE3, o IF Baiano visa à oferta de ensino médio técnico profissionalizante nas formas integradas e subsequentes com atendimento mínimo de 50% para o ensino médio e o restante para as outras modalidades de ensino oferecidas, para ele a relevância da instituição está na descentralização da educação de nível médio, bem como das outras modalidades oferecidas.

Para o GE4, a relevância do IF Baiano está justamente no beneficiamento e fortalecimento da interiorização da educação, pois a partir do momento da sua criação, foi possível a abertura de novos campi aumentando dessa forma as possibilidades de mais alunos cursarem a educação profissional no Estado.

Conforme foram acontecendo às entrevistas, percebeu-se entrosamento e envolvimento dos gestores ao falar sobre a gestão educacional no período inicial de criação do IF Baiano, proporcionando, inclusive, a reflexão do processo vivenciado enquanto primeiros gestores. Contudo, ficou visível que para os gestores a principal relevância da criação do IF Baiano para educação profissional foi à ampliação da oferta de cursos nas diversas modalidades educacionais, além da expansão para outras localidades que foi possível posteriormente com o aumento dos campi.

### **6.1.2 As Escolas Agrotécnicas e a Formação Discente**

As EAF's tinham um papel específico na formação discente, pois estas se encontravam atreladas a especificidade rural, as suas matrizes focavam-se na absorção do conhecimento com ênfase na aula prática “aprender a fazer fazendo”, essa perspectiva demonstrava a característica que a formação docente desse período exigia, diante desse esclarecimento

passaremos aos depoimentos dos gestores que estiveram à frente desse processo na transição de Escola para Instituto Federal.

Nesse sentido, essa categoria visou saber se as EAF's baianas cumpriam o papel de preparar os discentes para o mundo do trabalho ou apenas para o mercado de trabalho.

Na visão do GE1, as EAF's passaram anos e anos formando o profissional de acordo com a visão que tinham, que para ele era específica para o mercado de trabalho. Ele esclarece que com a revolução tecnológica vivida a educação profissional caminha a passos gigantescos, existem canais que tornam mais próximo o Instituto das empresas, indústrias e fazendas.

O GE2 acredita que o curso de agropecuária que ofereciam enquanto EAF preparava direto para o mercado de trabalho, pois o aluno aprendia fazendo, para ele isso facilitava o manejo nas empresas onde se almejava trabalhar, naquela época poucos alunos se dedicavam ao curso superior, hoje é diferente a grande maioria dos alunos formados do integrado se dedica a entrar no curso superior.

Para o GE3 o lema que as EAF's tinham era bem claro, aprender a fazer fazendo, pois se dava uma atenção grande ao aprendizado, ou seja, a ênfase era muito grande na prática, porém a visão humanística que se tem hoje é muito maior, para ele se considerar o aspecto técnico os meninos saiam melhor preparados, mas no aspecto crítico a visão não era muito boa.

Na concepção do GE4 o IF Baiano, foi criado para beneficiar e fortalecer, permitindo a interiorização da educação, para ele a partir do momento dessa criação aumentou-se a possibilidade de abertura de novos campi, contribuindo com o acesso de mais alunos para a educação profissional, no entanto acredita que para melhoria efetiva da qualidade, o aumento de recursos se faz necessário.

Pudemos perceber que para os gestores havia qualidade nos cursos técnicos das EAF, mas atendiam àquele momento, preparavam mais de forma prática e técnica a fim de atender às exigências do mercado de trabalho, pois a principal finalidade era essa. Com o advento do Instituto a visão mudou, os próprios alunos passaram a ter outros interesses e não estudam apenas para trabalhar, os mesmos visam inclusive dar continuidade aos estudos, pois os cursos não atendem a finalidade apenas técnica, possuem um olhar para o aluno enquanto sujeito, de forma mais humana, cidadã, ou seja, a formação discente ampliou-se.

### 6.1.3 A Diferença das EAF's para o IF Baiano

Essa categoria visou saber a compressão dos gestores acerca do fato mais característico, diferenciar as antigas Escolas Agrotécnicas da Bahia e o atual IF Baiano.

O GE1 defende que a principal diferença nessa mudança condiz com o aumento das disciplinas propedêuticas na sua integralidade. Outro aspecto marcante para ele é o fato que no ensino médio, carro chefe do Instituto, os profissionais que atuam nesse seguimento estão se qualificando mais, fazendo mestrados e doutorados, sendo nesse sentido, o lado positivo para uma renovação e qualificação para ter cursos técnicos de qualidade.

O GE2 afirma que a diferença foi à diversificação dos cursos, ou seja, a inclusão desses teve fundamental na importância da identificação do profissional, pois antes eram poucas ofertas de cursos, com a criação do Instituto foram abertas várias portas para o profissional e para os alunos envolvidos no processo.

Para GE3 a principal diferença refere-se à escala de poder, pois com a transformação das EAF's em Instituto Federal as escolas deixaram de serem autarquias e passaram a ser hierarquicamente subordinadas à reitoria, destacou ainda que com esse fato o campus perdeu muito no aspecto angariar novos recursos humanos e orçamentários, pois o gestor agora depende da reitoria, essa limitação deixou o campus um pouco engessado, tarefa agora da reitoria, então para ele a diferença substancial é a perda de autonomia do campus.

A diferença enfatizada pelo GE4 decorre da possibilidade dos alunos de diversos municípios do Brasil terem a oportunidade de cursar o ensino profissional de nível médio, para ele esse foi o grande acerto do governo; por outro lado, esclarece que à promessa que o governo fez “MEC” na linha de aumentar a disponibilidade de professores, recursos humanos, dentre outros, não vem acompanhado o avanço dos Institutos Federais, pois afirma estar passando por uma carência muito grande de servidores quando na sua fala enfatiza que está, “faltando com isso o pessoal efetivo”, pois, comprova-se esse fato com o grande número de terceirizados trabalhando nos campi.

Podemos concluir nessa categoria que para os gestores a diferença consiste nas mudanças ocorridas apesar das opiniões divergirem acerca da diferença da EAF com o IF Baiano. Assim, as principais mudanças apontadas foram: em relação ao currículo, maior ênfase às disciplinas propedêuticas; a ampliação e diversidade dos cursos ofertados, com a

verticalização; a perda de autonomia do campus, antes independente sem interseção da reitoria; e a expansão territorial, possibilitando a educação profissional federal em localidades interioranas.

#### **6.1.4 As Dificuldades da Criação do IF Baiano**

Essa categoria trabalhou a fim de desvendar quais foram os maiores entraves na criação do IF Baiano na perspectiva dos gestores.

Para o GE1 em virtude dos novos cursos o grande entrave foi tentar atrair novos profissionais relacionados às novas áreas técnicas, pois a especificidade até então eram os cursos de agropecuária, zootecnia e agroindústria. Sendo assim, a composição dos professores técnicos era basicamente de engenheiros agrônomos, zootecnistas, veterinários e licenciados em agropecuária, esse era o lastro da área técnica das EAF's, com a criação dos novos cursos foi necessário trazer novos profissionais com perfis variados para atuarem, já que a área propedêutica sempre existiu, mas a nova área técnica não, então foi necessária a realização de concursos e a melhoria da infraestrutura.

Segundo o GE3 não houve muitos entraves que possam ser assim destacados para o ensino médio técnico, o que ele vê permeia pela questão política da perda de autonomia e pelo desenrolar dos cursos, uns mais tradicionais e outros voltados para questões mais humanísticas.

Já na visão do GE4 o maior entrave para o ensino integrado são os profissionais que adentram o campus, pois acreditam que esse é um curso de ensino médio. Para o GE4 a função principal do campus é ofertar o ensino profissionalizante, o mesmo destaca que “aqui é curso de ensino profissionalizante”.

No que tange aos entraves, os gestores são unânimes em afirmar que se referem aos professores para adequação da nova realidade. Destacou-se a necessidades de novos profissionais devido aos novos cursos da área técnica distinta ofertada pela EAF, e isso também vai implicar na questão da autonomia. Também foi abordado acerca do perfil do novo profissional que nem sempre condizia com a finalidade da instituição.

Assim, podemos concluir que as maiores dificuldades iniciais encontradas pelos gestores foi conseguir contratar, através de concurso público, profissionais com os perfis

adequados às necessidades dos campi, pois o processo seletivo não caminhou com a mesma velocidade das mudanças institucionais.

### **6.1.5 A Gestão dos Cursos**

Essa categoria teve o objetivo de saber dos gestores, se houve implantação de novos cursos no ensino médio técnico após a ifetização, uma vez que, um dos designíos dos Institutos Federais é ofertar 50% de vagas para o ensino médio técnico.

O GE1 é taxativo em afirmar que houve implantação de novos cursos em todos os campi do IF Baiano.

Para esse GE2 o campus que dirigiu teve um aumento um pouco precário em virtude das instalações que são as mesmas, pois o governo lançou um projeto de Instituto, contudo paralelo a esse projeto “não veio o projeto de infraestrutura”, mas segundo ele houve mesmo assim um aumento de dois cursos.

Já o GE3, diz que não acredita que o campus que geriu criou novos cursos.

Segundo o GE4 foram criados mais dois cursos.

Conforme acentua os gestores, no IF Baiano foram criados novos cursos de nível médio técnico em atendimento à lei de criação do Instituto quanto ao ensino médio.

### **6.1.6 Os Desafios da Gestão**

Essa categoria visou saber quais foram os principais desafios no processo de implantação dos novos cursos após o processo de criação do IF Baiano.

Segundo o GE1, a ampliação do quadro de professores da área técnica, construção de novos laboratórios, implantação de novos cursos foram o grande desafio da gestão no contexto do ensino médio técnico.

Já para o GE2 o grande desafio foi à convivência com as novas áreas do conhecimento, uma vez que o carro chefe do campus sempre foi o curso de agropecuária e

com a criação do Instituto outros cursos passaram a ser oferecidos. Nesse sentido, o grande desafio foi acomodar todos esses novos professores.

Para o GE3 o grande desafio foi o aporte de pessoal, o campus teve grandes problemas com os recursos humanos ao que diz respeito aos técnicos administrativos, em relação aos docentes o trabalho foi pequeno, pois não teve inserção de ensino médio integrado.

Os maiores desafios da gestão abordados pelos gestores consistem nas novas áreas ofertadas por novos cursos criados, pois antes as escolas Agrotécnicas por muito tempo trabalharam numa área especificamente rural com agricultura, agropecuária e zootecnia, com a mudança para Instituto o campo do conhecimento se ampliou e a criação de novos cursos implicava em novos profissionais, principalmente professores da área técnica e novas estruturas também.

#### **6.1.7 A Gestão dos Cursos no IF Baiano**

Essa categoria almejou desvelar, através da fala dos gestores, se houve aumento percentual de matrículas após a criação do Instituto Baiano, considerando o primeiro período de gestão compreendido nos anos de 2009 a 2012.

Nesse contexto o GE1 afirma que com a criação do Instituto houve um aumento considerável no número de matrículas, acentua: “essa marca aumentou significativamente, agora os dados positivos podem ser conseguidos através da PROEN e DDE dos nossos campi”.

O GE2 esclarece que com a divulgação e o lançamento dos Institutos houve sim um aumento no número de matrículas.

Segundo o GE3 depois da ifetização houve um pequeno crescimento, pois naquele momento específico o aumento de matrículas não foi tão significativo porque a instituição já vinha crescendo antes desse processo.

Para o GE4 houve um aumento de matrículas, porém afirma que não foi tão significativo, contudo “a instituição a cada ano que passa vem sendo reconhecida por nosso município, por nossa região como uma referência, um exemplo disso [...], recentemente teve quase 2.000 alunos inscritos”.

Conforme podemos observar os gestores são unânimes em confirmar o aumento do número de matrículas, para os mesmos esse crescimento tem ocorrido devido à divulgação e reconhecimento do Instituto perante a sociedade de forma positiva.

### **6.1.8 Gestão / Orçamento**

Essa categoria teve o objetivo de saber do gestor a respeito do orçamento do Instituto Federal para destinação de um percentual fixo para o ensino médio técnico integrado, quanto à existência de legislação específica, uma vez que, uma das prerrogativas da lei de criação dos Institutos Federais é destinar 50% de vagas para esse seguimento.

Para GE1 o orçamento é destinado à reitoria, a qual tem a função de repartir com os campi de acordo com as atividades de cada instituição, o mesmo é “baseado principalmente na sua matrícula”, nesse sentido, 50% da matrícula corresponde ao ensino médio fato que implica no orçamento. Seguindo esse ponto de vista ele esclarece que não pode deixar de atender ao ensino médio já que ele é “o grande carro chefe” do seu orçamento.

Na mesma direção que o gestor anterior o GE2 explicou que o orçamento do IF, vai de acordo com o número de alunos, “cada aluno depende do regime de sistema” semi-interno, residente. Sendo assim, o aluno que se encontra no sistema de residência tem um custo maior que o aluno normal e semi-interno, tendo em vista a alimentação desse discente que é realizada no campus.

O GE3 afirma não existir uma legislação específica para destinação do orçamento, para ele é muito interessante à pergunta: “por que não há, a nossa matriz orçamentária precisa ser melhor discutida no Instituto como um todo, [...] não temos dentro do instituto nenhum dado que possa nos levar a dizer quanto o Instituto gasta hoje com o ensino médio”.

Para o GE4 também não existe legislação específica, no entendimento dele o recurso tem que ser destinado ao campus em todas as esferas que ele atua. Dessa forma afirma: “que eu tenha conhecimento não”.

Os gestores deixam claro quanto ao orçamento que não possui legislação específica para destinação do recurso diretamente ao ensino médio, desconhecem. Afirmaram ainda, que os recursos chegam aos campi através do repasse da reitoria que o envia de acordo com o

número de alunos matriculados, com ressalva do número de alunos internos e semi-externos que fazem a diferença no orçamento.

### **6.1.9 Práticas de Gestão**

Essa categoria tem como objetivo saber dos gestores se houve novas práticas de gestão com a criação do Instituto Federal Baiano ao que concerne a política específica para o ensino médio técnico.

Para o GE1 com a criação dos Institutos Federais o governo procurou criar novas funções distribuindo, por exemplo, dentro do quadro de acordo com as necessidades foram criadas funções comissionadas – FC “[...] só isso já foi um avanço”, esclarece que antigamente as práticas de gestão consistiam no acúmulo de função sem gratificação.

Para o GE2 antes, na época da EAF, os gestores eram bem mais tranquilos, porque só tinha um curso, poucos alunos e uma coordenação, com os Institutos “triplicou a atividade de gestão, porque você tem que dividir as coordenações, os cursos, cada curso tem um professor acompanhando [...], realidade de alunos diferentes, situações diferentes principalmente com o ensino superior que foi um choque perante o ensino médio”.

Na visão do GE3 antes da criação do IF Baiano a constituição das escolas era eminentemente de nível médio técnico, “então todas as ações, todas as práticas pedagógicas, administrativas eram voltadas unicamente para o desenvolvimento do ensino médio de nível técnico”. Nesse contexto, ele acredita que o fato da inserção das outras modalidades de ensino, a exemplo do ensino superior contribuiu para as mudanças substanciais nas práticas de gestão, pois foi necessária a adaptação a essa nova realidade, segundo o mesmo os servidores da área técnica e os professores precisam se conscientizar do verdadeiro papel do EBTT, “é preciso à gente aprender a trabalhar dentro do novo modelo”.

Já o GE4 diz que as práticas de gestão estão relacionadas com a autonomia do gestor; para ele “a antiga EAF perdeu a sua autonomia, ou seja, o gestor deixou de ter autonomia de atuação, essa autonomia passou a ser na reitoria através do reitor”. Assim, o mesmo acredita que as novas práticas de gestão estão condicionadas a centralização do poder na reitoria.

Com a criação do Instituto Federal, com certeza houve novas práticas de gestão, segundo os gestores, as mudanças exigiram novas ações. Todavia, os mesmos não

demonstraram novas ações de gestão para o ensino médio técnico especificamente. Assim, metade deles entendeu que a gestão precisou se adequar a nova realidade e conseqüentemente esse fato aumentou o trabalho. Já a outra parte pontuou como novas práticas de gestão a criação de funções gratificadas e a perda de autonomia dos campi com a centralização da gestão na reitoria.

#### **6.1.10 Processo de Formação do IF Baiano**

Essa categoria almejou saber como foi à articulação das escolas com a comunidade no que tange a ifetização.

O GE1 explica que inicialmente as EAF's não foram chamadas para a discussão, pois a mesma foi feita dentro do CEFET-BA, no entanto acreditava que deveriam compor as negociações, alega que quando foram chamados, “a proposta não foi salutar, na nossa visão pra quem era uma autarquia que dependia dos seus próprios passos para gerir seu orçamento, passar a compor uma unidade em que você estaria agregado, no nosso caso nós estaríamos agregados ao CEFET-BA”, não era uma coisa boa. Elucida então que quando mudou a proposta, o entusiasmo passou a existir.

Para o GE2 “o projeto veio de cima pra baixo, não foi um projeto rediscutido, foi um projeto apresentado” o gestor esclarece que foi dado um prazo para as escolas Técnicas e Agrotécnicas se alinharem, fechando o acordo a partir do momento que foram liberados dois Institutos para a Bahia.

O GE3 enfatiza que “foi o primeiro Instituto criado, [...] não o primeiro criado legalmente, mas o primeiro em que as escolas se uniram e aceitaram ser Instituto”. Todavia, elucida que cada campus queria continuar com a sua autonomia, entretanto, “não havia como manter a autonomia dentro de cada campus e o poder central, então tivemos assim alguns entraves, mas esses entraves eram muito mais na linha politica, na linha de autoridade, autonomia de cada campus”. Afirma ainda, que foi o primeiro grupo de escolas que aceitou a transformação para Instituto.

Segundo o GE4 a criação do IF Baiano foi tranquila, “os diretores da época foram chamados em Brasília [...], nos foi apresentado o projeto”, o mesmo esclarece que a pressão

nesse momento foi forte, pois se ventilava pelos arredores naquele instante que quem não aderisse ao projeto de ifetização iria “ficar relegado ao nada”.

Os gestores não evidenciaram participação da comunidade escolar quanto à decisão de transformação da EAF em Instituto. Percebe-se que uma parte dos gestores demonstrou receio quanto à perda de autonomia da escola se assim fosse criado um único Instituto na Bahia, entretanto quando a proposta foi apresentada com a possibilidade de existir dois Institutos independentes houve boa aceitação por parte deles. A outra parte dos gestores disse que existiu uma breve aceitação para a transformação das Escolas em Instituto, levantou-se ainda a questão da insegurança vivenciada por eles caso não aderissem à proposta do governo.

#### **6.1.11 Ensino Integrado**

Essa categoria buscou investigar acerca do currículo comum para ensino médio técnico integrado em relação aos institutos federais ou se esse foi reformulado com a criação do IF Baiano.

O GE1 explana que primeiro é preciso ajustar o currículo internamente, pois eram escolas espalhadas pela Bahia com autonomia “então nem sempre o curso técnico agropecuário de Guanambi era o mesmo que estava no conjunto de Catu”. O gestor reafirma o ajustamento do currículo dentro do próprio instituto para depois tentar a regionalização.

Para o GE2 essa questão ainda é o grande problema, enfatiza que os cursos antigos são os piores e os novos são mais maleáveis de ajustar, explica que “cada local às vezes tem uma ementa diferente aproveitando as diversidades regionais, isso tem provocado uma falta de ajuste até no próprio Instituto Baiano”. O gestor diz ter participado de várias reuniões, discussões e comissões para a solução dessa situação, porém até o momento não houve nenhum acordo para adequar o curso e programas, que permitam a mobilidade do aluno de um campus para o outro.

Segundo o GE3 “dentro do próprio instituto nós temos uma dificuldade muito grande pra essa discussão, nós temos diferença, agora que nós estamos a discutir essa questão da equalização”. O gestor esclarece que tinham mais de 130 cursos de agropecuária espalhados, contudo cada um tinha sua matriz. O mesmo fecha o raciocínio afirmando serem necessários mais estudos nessa área para equalização dessa situação.

O GE4 acredita que o processo de reformulação só está acontecendo agora, “percebo que passou por algumas mudanças, mas nada substancial, nós estamos agora fazendo esse estudo para melhorar a diversificação desse currículo do ensino médio técnico profissionalizante”.

Todos os gestores foram unânimes quanto à necessidade de reformulação do currículo dos cursos. Ficou claro que os cursos possuíam identidade própria, pois as escolas Agrotécnicas eram autônomas. Contudo, com a criação do Instituto propõe-se equalizar o currículo dos cursos possibilitando ao aluno a transferência do campus quando o mesmo almejar para outro sem grandes diferenças na grade curricular.

#### **6.1.12 Possibilidades de Fazer Diferente**

Essa categoria almejou saber se os gestores acreditam em novas possibilidades de gestão que contemplem o novo dentro de uma perspectiva progressista.

Para o GE1 esse é objetivo final do Instituto, “cinco anos é o começo de uma nova história, mas que nós estamos respondendo satisfatoriamente agora, não pode acomodar tem que melhorar”.

Na perspectiva do GE2 o projeto continua inacabado “porque a cada ano, a cada período ele tem que evoluir se adequando as modernidades do mundo”. O mesmo enfatiza ser difícil chegar ao final dessa pergunta, porém acredita que a resposta para essa situação é se adequar as necessidades do mundo.

Segundo o GE3 é o que a lei diz, mas não é o que acontece, pois quando analisa o desempenho dos alunos que estão sendo submetidos ao ENEM, percebe que o desempenho está abaixo do esperado, nesse sentido, confirma-se o fracasso. Para o gestor não é só o aporte financeiro que vai mudar essa situação, acredita a receita perpassa pela capacitação dos novos e antigos no modelo vigente, pois afirma na realidade é necessário: “capacitar as pessoas mais velhas para o novo modelo que estão muito arraigadas no modelo antigo e capacitar os novos que entram e não conheciam o modelo antigo e na realidade não conhecem o modelo novo”.

Na visão do GE4 o IF Baiano vem fazendo bem a sua parte, ensino, pesquisa e extensão. Não acredita em 100%, entretanto em termos percentuais acha ter atendido entre 60 a 70% do objetivo principal, pois na região que estão inseridos vem cumprindo

satisfatoriamente, esclarece ainda, que não se pode achar que já cumpriu o papel, pois “a partir do momento que nós pensarmos que nós já estamos plenamente realizados, nós estamos fadados ao insucesso”.

Observa-se que para alguns gestores o instituto tem respondido satisfatoriamente às novas demandas de gestão, numa visão otimista, consideram o Instituto novo e vai melhorar ainda mais; na perspectiva de outros o Instituto deve se adequar às necessidades do mundo contemporâneo, afirmam ainda que para se efetivar as novas práticas de gestão, faz-se necessário além do aporte financeiro, a capacitação dos servidores, tanto antigos quanto os novos.

### **6.1.13 Gestão da Educação no Contexto do Ensino Médio**

Essa categoria teve como objetivo a ênfase dada à gestão da educação no período de 2009 a 2012 no contexto do ensino médio técnico integrado do IF Baiano

O GE1 destaca nesse período como fatores significantes da sua gestão para público pesquisado os seguintes pontos: inserção de novos cursos; o fato de todos os campi terem se transformados em canteiros de obras; a melhoria dos acervos bibliográficos; qualificação indistinta para técnicos e professores; a maioria das unidades com inserção do ensino médio técnico integrado; o ajuste da gama documental; aumento no quantitativo de servidores; seriedade e valorização da pessoa humana; cuidado com o bem público; a possibilidade dos intercâmbios para os discentes; parceria com outras instituições de ensino a exemplo da UNEB, UFBA e UFRB.

Os atos de gestão do GE2 perpassam pela transição de EAF para IF, pois afirma ter dado apoio à formação da reitoria em todos os aspectos (servidores, estrutura física, veículos, dentre outros), “pegar a mesma quantidade de servidores e atender as duas instituições é muito difícil”. O gestor enfatiza que a sua gestão foi marcada inicialmente por essa questão, contudo destaca em seus atos os: projetos como “Segundo Tempo”; construção de piscina; construção de projeto arquitetônico com valor inicial de 8,5 milhões e final 10 milhões; 12 a 13 laboratórios; 8 salas de aula; novas bibliotecas; implantação de novos cursos. Entretanto, o desafio dessa gestão foi lidar com a implantação do nível superior, pois demandava a montagem de uma nova equipe de docentes, passar de 40 professores para 80, sair de 60

servidores e passar a ter 120, de 450 alunos e passar a ter 1200, então para o gestor à marca da sua gestão consiste nessas questões. O mesmo termina a sua fala com a seguinte explanação: “a grande satisfação nossa de Instituto hoje é que com a inserção da pesquisa e extensão nossos alunos estão chegando à universidade já com material publicado”.

A perspectiva do GE3 incide do fato dele ter sido diretor numa modalidade onde se tinha autonomia, afirma: “eu fui moldado muito na linha de gestão de busca de recursos, da autonomia para os departamentos para criação de cursos, de discussão [...], eu trabalhei muito no sentido de dar autonomia”. O mesmo explana que se sentia melhor no modelo antigo (EAF), esclarece que no novo modelo se sente preso, G3 termina o seu raciocínio dizendo o seguinte “a gente precisa aprender a avançar no sentido da nova política, da nova política de gestão e da nova política educacional no modelo de Instituto”.

Para o GE4 a partir de 2010 começou a perda de autonomia no campus, ele afirma que “antes quando tínhamos uma dificuldade íamos para Brasília atrás de nossas forças políticas, através das pessoas que tomam decisão no MEC”, nessa perspectiva, o gestor esclarece que hoje essa função está centrada na figura do reitor.

Os gestores ao enfatizar o que foi mais marcante no período de 2009 a 2012, primeiro ciclo de gestão do IF Baiano, não mencionaram o ensino médio técnico integrado, porém eles destacaram de forma geral o que consideraram mais significativo, em síntese podemos concluir como: os cursos novos, o aumento do número de alunos, as melhorias da estrutura física, o aumento do número de servidores, as parcerias com as universidades, dentre outros. Os mesmos ainda pontuaram dificuldades como perda de autonomia e os novos desafios a serem enfrentados pela gestão.

## **6.2 AS IMPRESSÕES DOS REPRESENTANTES DA COMUNIDADE ESCOLAR ACERCA DA MUDANÇA**

Similar ao que foi feito no processo dos gestores também foram tratadas as informações dos questionários aplicados à comunidade, tendo em vista, os oito questionários aplicados distribuídos a quatro professores e quatro técnicos, o qual apenas um não foi devolvido.

Partimos desse referencial, objetivando-o em seis questões, elaborando assim o questionário utilizado constante em apêndice. Abaixo apresentamos um quadro sintético das categorias em evidência e as suas devidas respostas.

### 6.2.1 Formação Discente

Quando foi perguntado para esses professores e técnicos se o Instituto Federal Baiano vem atendendo a função social de qualificar os alunos do ensino médio técnico integrado para o mundo do trabalho, as respostas foram essas:

**Quadro 1** – Formação Discente, 2009 – 2012

PF1	Para esse docente atende
PF2	Para esse professor quando o aluno sai direto em busca de emprego o mesmo encontra, porém um número expressivo tem ido para as universidades esse fato para o professor também cumpri a função social da formação discente.
PF3	Para esse docente atende
PF4	Para o docente o ensino médio integrado está saindo com uma formação ruim, apenas alguns cursos de outras modalidades de ensino surtindo resultado positivo.
TA1	Para esse técnico administrativo esse é o momento dos Institutos reverem seus currículos no intuito de atender o mundo do trabalho, para ele é complicado o fato de não ter pesquisas que confirmem esse cumprimento.
TA2	Para ele sim quando se toma com base a formação exercida e não quando se refere ao aluno egresso.
TA3	Para esse técnico a alinhamento de pesquisa, ensino e extensão ajudam o trabalho docente e pedagógico.
TA4	-

Observando o quadro acima o qual destaca o quesito qualificação, tendo em vista se o IF Baiano vem atendendo a função social de qualificar os alunos para o mercado de trabalho percebe que os pesquisados se dividem em dois grupos entre os que acreditam que o Instituto atende sua função e aqueles que estão indecisos, não tem certeza, nesse sentido, entende-se que essa questão poderia ser melhor esclarecida através de uma pesquisa dos egressos.

### 6.2.2 Benefícios e Entraves

Quando perguntado aos docentes e técnicos a respeito dos benefícios e entraves na criação do IF Baiano os quais concernentes com o ensino médio integrado, obtivemos as seguintes respostas:

**Quadro 2** – Benefícios e entraves da criação do IF Baiano, 2009 – 2012

	BENEFÍCIOS	ENTRAVES
PF1	Aumento do número de vagas, pesquisa e extensão.	Dificuldade de integrar disciplina, compromisso dos estudantes com o estudo.
PF2	Reserva de 50% de vagas para o médio técnico integrado.	Risco ao atender diversas modalidades de ensino ao mesmo tempo.
PF3	Aumento no número de estudantes, oferta de curso superior, política de assistência estudantil, estímulo a permanência e aumento de servidores.	Professores atuando em níveis e modalidades distintas.
PF4	Unificação de procedimentos e aumento de mais recursos.	A falta de conscientização dos professores que o curso é técnico e não apenas médio.
TA1	A possibilidade do aluno conseguir uma formação profissional e a continuidade dos estudos.	Conseguir construir um currículo integrado para permitir a integração proposta.
TA2	A ampliação das modalidades de oferta.	-
TA3	Maior organização do ensino.	Pouca autonomia didática e pedagógica.
TA4	-	-

Observando o quadro acima percebemos que os servidores destacam treze benefícios e sete entraves. Quanto aos benefícios dizem respeito ao aumento do número de vagas, ampliação da diversidade dos cursos e currículo. Em relação aos entraves focou-se nos professores frente aos novos desafios e no currículo nas diferentes modalidades de ensino.

### 6.2.3 Dificuldades da Criação do IF Baiano

Quando perguntado aos docentes e técnicos sobre quais foram os principais desafios para os gestores nesse período de implantação, as respostas foram essas:

**Quadro 3** – Dificuldades apontadas pelos docentes e técnicos administrativos na criação do IF Baiano, 2009 – 2012

PF1	Alta rotatividade de servidores
PF2	Dificuldade do gestor de lidar com uma diversidade muito grande de cursos, docentes lidando em ambos os cursos médio e superior, processo de expansão muito acelerada.
PF3	Perda de autonomia do campus onde tudo agora se centraliza na reitoria.
PF4	Crescimento acelerado de número de estudantes, oferta de curso superior, falta de infraestrutura, poucos servidores.
TA1	A criação dos Institutos a partir de uma estrutura com expertise no ensino profissional e sem histórico de outros níveis de ensino criou grande dificuldade em virtude de poucos servidores, infraestrutura deficiente a partir dessa prerrogativa montar uma estrutura que atendesse a essa nova demanda criada a partir da lei 11.892.
TA2	Adequação ao oferecimento de modalidades distintas
TA3	-
TA4	-

Observando o quadro acima se percebe que de acordo com o questionário a gama de dificuldades foi evidenciada onze vezes, onde podemos constatar que o momento inicial de ifetização foi bastante desafiador para toda comunidade educacional.

Para os professores e técnicos administrativos foram várias as dificuldades enfrentadas nesse período de criação do IF Baiano, destacando-se nos seguintes aspectos: velocidade das mudanças, reestruturação física, perda da autonomia do campus, diversidade de modalidades de ensino, dentre outros.

#### 6.2.4 Gestão dos Cursos

Quando perguntado aos docentes e técnicos se houve aumento no número de matrículas do ensino médio técnico integrado com a criação do IF Baiano, obtivemos as seguintes respostas:

**Quadro 4** – Gestão / Cursos, 2009 – 2012

PF1	Sim, permitiu a criação de dois cursos integrados e um subsequente.
PF2	Houve um aumento significativo devido ao aumento dos cursos, em 2007 foram 527 alunos, em 2008 foram 623 e em 2014 ultrapassou as 1300 matrículas.
PF3	Sim
PF4	Não, o aumento se deu no subsequente e no superior.
TA1	Sim

TA2	O aumento não foi tão significativo no campus Santa Inês
TA3	Não precisou se aumentou ou não aumentou
TA4	-

Observando o quadro acima, o qual se refere ao aumento de matrículas nos cursos do ensino médio técnico integrado, cinco servidores afirmam ter tido um aumento sim, um diz não ter aumentado e o outro não soube.

Conforme pontua a maioria, a impressão da comunidade interna é de que houve aumento no número de alunos matriculados. No entanto, fica evidente que isso ocorreu devido ao aumento do número de cursos. Apenas um professor citou aumento do curso do ensino médio técnico integrado, outros apenas afirmaram que aumentou o número de matrículas e outros ainda afirmaram ter aumentado devido à criação de cursos no subsequente e superior. Aquele que respondeu que não houve aumento nas matrículas fez a ressalva de que não foi no ensino médio técnico, portanto podemos concluir que houve aumento mesmo pequeno no período inicial pós ifetização se for considerado de forma geral, porém pouco se falou referente ao médio integrado.

### 6.2.5 Desafios para a Gestão

Quando perguntado aos docentes e técnicos quais foram às mudanças perceptíveis em relação a: recursos financeiros, currículo, professores efetivos, estrutura física, dentre outras, obtivemos as seguintes respostas:

#### Quadro 5 – Novos desafios para gestão do IF Baiano, 2009 – 2012

PF1	Recurso financeiro, aumento do orçamento, aumento do número de servidores, docentes e técnicos administrativos, construção de pavilhão pedagógico e administrativo, aquisição de equipamentos, laboratórios.
PF2	Através do aumento perceptível de recurso financeiro foi possível a construção e triplicação da estrutura física, a elevação de 27 professores para 90, reformulação do currículo para atender a legislação vigente e a avaliação do MEC.
PF3	Aumento de recursos, no entanto ainda insuficiente para adequação da estrutura física necessária, currículo em construção e aumento do número de professores efetivos e técnicos.
PF4	Recurso financeiro melhorou, o currículo piorou, aumentou o quantitativo de professores e a estrutura física melhorou.
TA1	Até o presente momento os campi têm lutado para a melhoria da sua infraestrutura necessária de acordo com a nova realidade, observa-se a carência de discussão na área do currículo, em relação aos professores o aumento fica condicionado à melhoria e ampliação dos campi esse fato tem sido uma luta constante dos dirigentes para atender a demanda.

TA2	O recurso financeiro aumentou na proporção do número de matrículas, melhorou a estrutura mais ainda não suficiente para atender a demanda, houve aumento significativo do número de professores e o currículo vem sendo avaliado.
TA3	Aumento dos investimentos, melhora da estrutura física...
TA4	-

Podemos concluir que tanto os docentes quanto os técnicos administrativos são unânimes em afirmar que houve mudanças. Diversas variáveis foram apresentadas como elementos desafiadores para a gestão os quais foram confirmadas com as respostas aos questionários. Assim, para os professores e técnicos administrativos, houve aumento dos recursos financeiros, estrutura física foi melhorada, apesar de que precisa melhorar ainda mais, pois as necessidades vão surgindo com os novos cursos, houve aumento do número de servidores e mudanças curriculares.

### 6.2.6 Mudança das EAF's para IF Baiano

Quando perguntado aos docentes e técnicos sobre qual era a principal diferença das antigas Escolas Agrotécnicas e o atual Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico, obtivemos as seguintes respostas:

#### Quadro 6 – Comparativo das EAF's e IF Baiano, 2009 – 2012

PF1	A oportunidade dos estudantes cursarem o ensino médio técnico e prosseguir com os estudos no próprio Instituto no ensino superior.
PF2	A principal diferença é a centralização do poder na reitoria, deixando os campi dependentes em quase tudo, outro aspecto perpassa pelo aumento do número de vagas para comunidade fator bastante positivo, porém o atendimento aos vários níveis de idades pode fazer a diminuição da qualidade dos cursos.
PF3	Em virtude da diversidade de oferta de cursos e com o advento dos cursos superiores, foram reduzidas as atividades de cunho práticos ficando os setores cada vez menos assistidos devido à redução de material para as aulas práticas.
PF4	Quando éramos escola Agrotécnica, tínhamos qualidade em nossos cursos do integrado. Hoje somos instituto e a qualidade deixa a desejar, além da perda da autonomia.
TA1	Aumentou a oferta de cursos, estabelecimentos de documentos como: PDI, Regimentos, Planos de cursos, organização didática e abertura para qualificação docente.
TA2	Acredita que ainda tem autonomia didática e pedagógica, no entanto também admite a perda de autonomia, pois a mesma agora está centrada na figura do reitor.
TA3	A perda de identidade dos profissionais de educação.
TA4	-

Observando o quadro acima se percebe que o número de diferenças listadas correspondeu a onze, as respostas se afinaram no sentido de evidenciar que várias mudanças ocorreram, caracterizando assim as diferenças marcantes entre as antigas EAF's e o atual IF Baiano. A diferença mais apontada pelos professores e técnicos administrativos foi à perda da autonomia do campus. Outro ponto a considerar mesmo não sendo unânime é a preocupação com questão da qualidade dos cursos.

### **6.3 O CONTEXTO PEDAGÓGICO DA IFETIZAÇÃO**

Ao analisarmos o contexto pedagógico da ifetização, uma vez que nos atentamos para o que menciona a legislação de criação dos Institutos Federais, o atendimento de modalidades distintas (50% de vagas para o ensino médio técnico integrado, 20% para as graduações, cursos de tecnólogos, outras distribuídos no percentual restante), entende-se que esse contexto pedagógico da ifetização perpassa pela possibilidade de ampliação da proposta político-pedagógica, seja através da verticalização e da transversalidade, seja através da nova perspectiva da educação profissional a qual articula pesquisa, ensino e extensão.

Nesse sentido, acreditamos que uma das prerrogativas do contexto pedagógico ao que se refere à ifetização perpassa pela verticalização, pois essa possibilita que o mesmo docente atue em diferentes seguimentos educacionais do instituto, educação básica, ensino técnico, tecnólogo, graduação e pós-graduação, desde que esteja habilitado para exercer tal atividade.

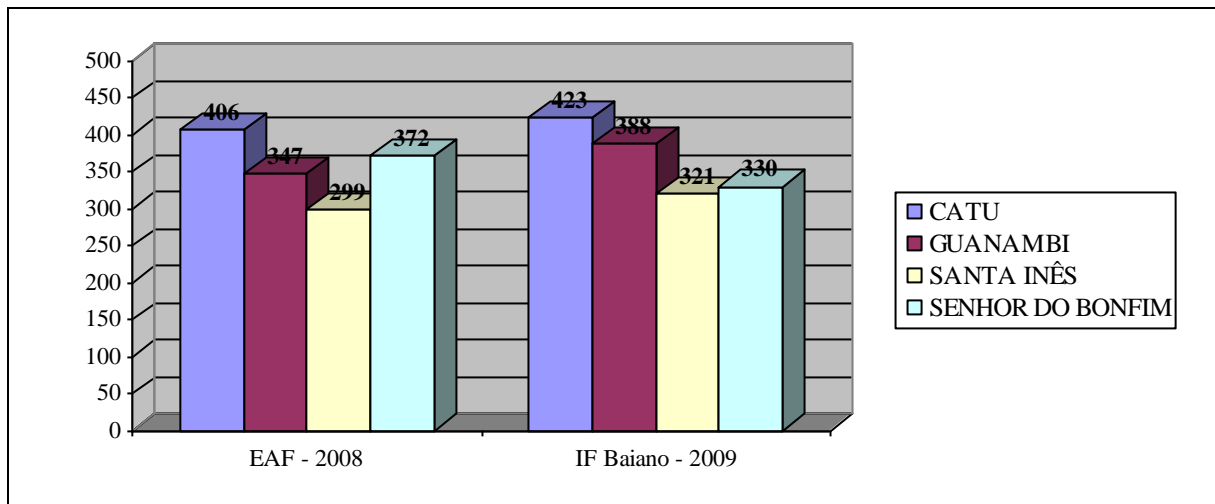
Isso permite que em um mesmo espaço coexista a articulação de diferentes níveis e modalidades de ensino, oportunizando ao discente quando terminar seus estudos na educação básica a possibilidade de progredir até o nível superior e pós-graduação, pois nesse mesmo espaço, oferta-se ensino médio técnico profissionalizante, curso técnico para quem já concluiu o ensino médio, cursos de tecnólogos, licenciatura e bacharelados, além das pós-graduações, mestrado e doutorado.

Quanto à transversalidade, refere-se à organização do trabalho didático, fazendo o diálogo entre a educação e a tecnologia. Nesse caminhar, “a transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim da ação pedagógica” (PACHECO, 2010, p.21).

Outro aspecto marcante que condiz com esse contexto pedagógico da Ifetização, consiste na utilização dos vários espaços educacionais pelos discentes estimulando assim o compartilhamento de estudantes de diferentes níveis. Sob essa perspectiva, o contexto pedagógico da ifetização foi observado através de documentos fornecidos pelos campi de Guanambi e Santa Inês, assim como através do registro de informações, instrumento utilizado para coletar dados nas secretarias acadêmicas.

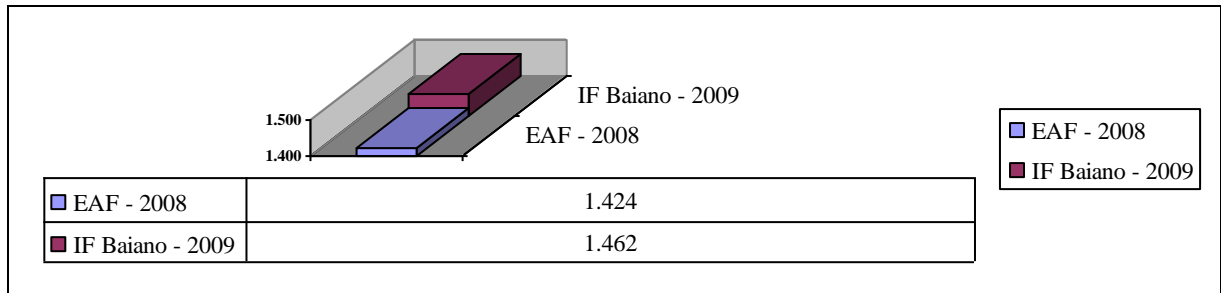
Diante desse contexto procurou-se a confirmação ou negação de questões referidas na justificativa dessa pesquisa, como por exemplo: saber o efetivo de alunos que compunham as EAF's – Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim em 2008, momento anterior à criação do IF Baiano; saber o quantitativo de alunos que efetivaram matrícula em 2009, primeiro ano de funcionamento do IF Baiano; saber o quantitativo de alunos e alunas dos quatro campi mencionados; saber o quantitativo de evasão dos campi de Guanambi e Santa Inês; identificar o índice reprovação do campus de Guanambi. Nessa perspectiva, essas questões podem ser melhores visualizadas a seguir através da observação e análise dos gráficos.

**Gráfico 2** – Matrícula do Ensino Médio Técnico Integrado EAF/ IF Baiano por campus, 2008 – 2009.



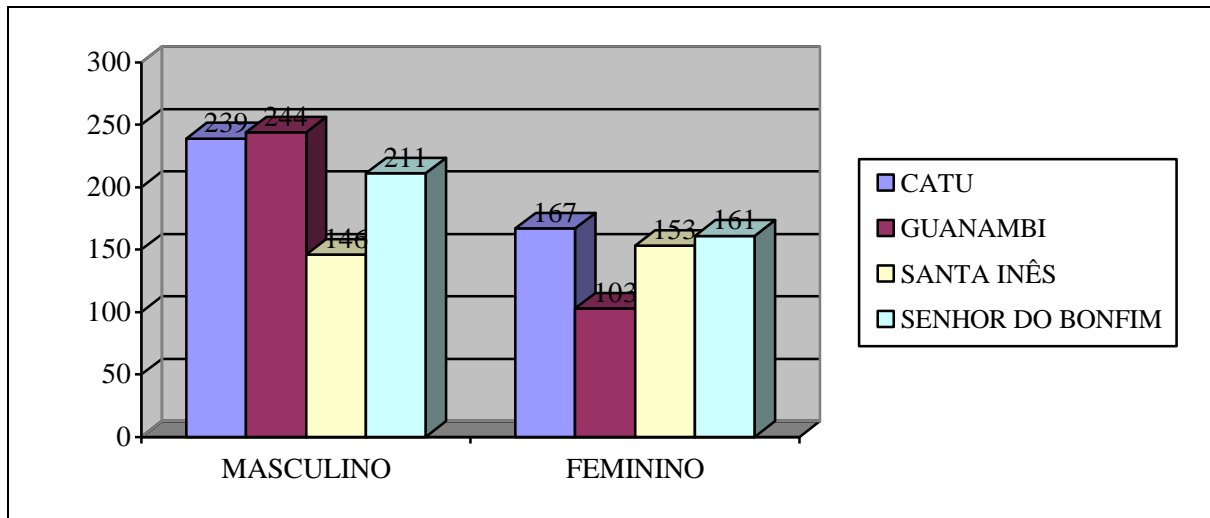
Fonte: Pesquisa de campo nos campi do IF Baiano 2014

Essa representação gráfica apresenta o quantitativo de alunos matriculados nas Escolas Agrotécnicas de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bomfim em 2008 e a mesma composição já como IF Baiano em 2009. Pudemos perceber claramente um discreto aumento nas matrículas quando comparadas com o ano anterior à ifetização.

**Gráfico 3** – Matrícula do Ensino Médio Técnico Integrado EAF/ IF Baiano, 2008 – 2009

Fonte: Pesquisa de campo nos campi do IF Baiano 2014

O gráfico acima apresenta o número total de matrículas correspondente ao ano de 2008 nas quatro escolas, momento anterior à criação do IF Baiano, e o total de matrículas dos campi em 2009 pós ifetização. Percebemos, portanto que no primeiro ano de formação houve um pequeno aumento.

**Gráfico 4** – Matrícula do Ensino Médio Técnico Integrado das Escolas Agrotécnicas Federais por gênero, 2008

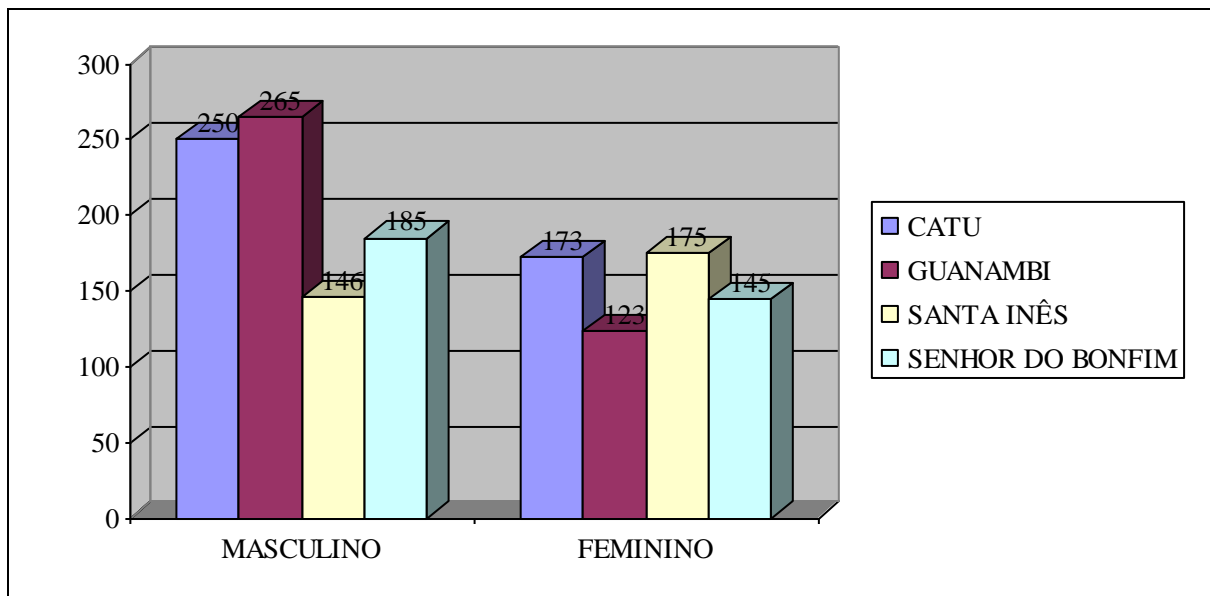
Fonte: Pesquisa de campo nos campi do IF Baiano 2014

Ao observamos o gráfico 4, fica perceptível a predominância das matrículas masculinas em detrimento às femininas, considerando o ano de 2008 e isso se deve, principalmente, pode-se dizer, aos cursos das antigas Agrotécnicas.

Dessa forma, Guanambi, representa o campus com maior número de alunos do sexo masculino, 244 matriculados, seguindo de Catu com 239. Referente ao sexo feminino, Catu representa o campus de maior número de alunas matriculadas com o total de 167. Percebe-se que o menor número de alunas matriculadas é do campus de Guanambi com 103.

Essa representação gráfica apresenta o quantitativo de alunos e alunas que estavam matriculados nas Escolas Agrotécnicas de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim no ano de 2008.

**Gráfico 5** – Matrícula do Ensino Médio Técnico Integrado IF Baiano por campus gênero no ano de 2009



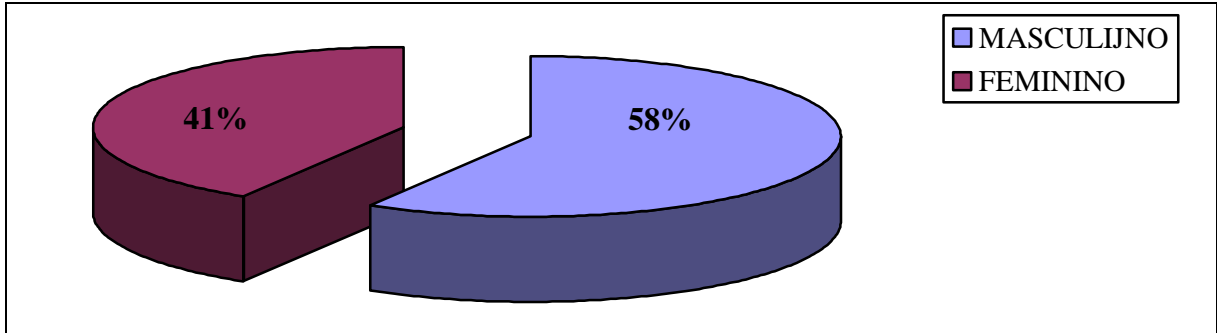
Fonte: Pesquisa de campo nos campi do IF Baiano 2014

Essa representação gráfica apresenta o quantitativo de alunos e alunas que estavam matriculados nos campi do IF Baiano no ano de 2009.

Os gráficos 6 e 7 apresentaram o total de alunos e alunas matriculados nas Escolas Agrotécnicas no ano de 2008 e no IF Baiano no ano de 2009.

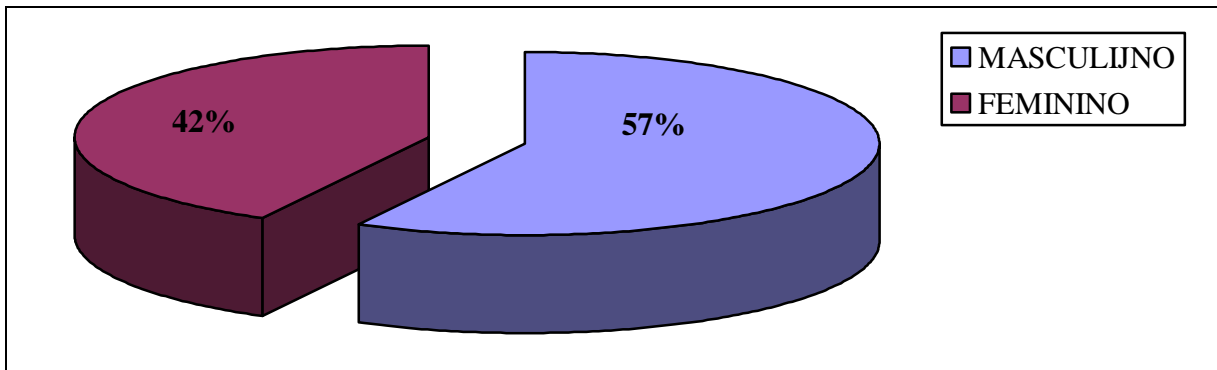
Após analisar as duas representações, gráfico 6 e 7, as quais dizem respeito ao gênero concernente dos dois momentos da educação profissional na Bahia. Pôde-se perceber que tanto antes como depois da ifetização não existiu aumento substancial no número de alunas nos cursos já praticados no nível médio técnico integrado dessas unidades.

**Gráfico 6** – Matrícula do Ensino Médio Técnico Integrado EAF por gênero, 2008



Fonte: Pesquisa de campo nos campi do IF Baiano 2014

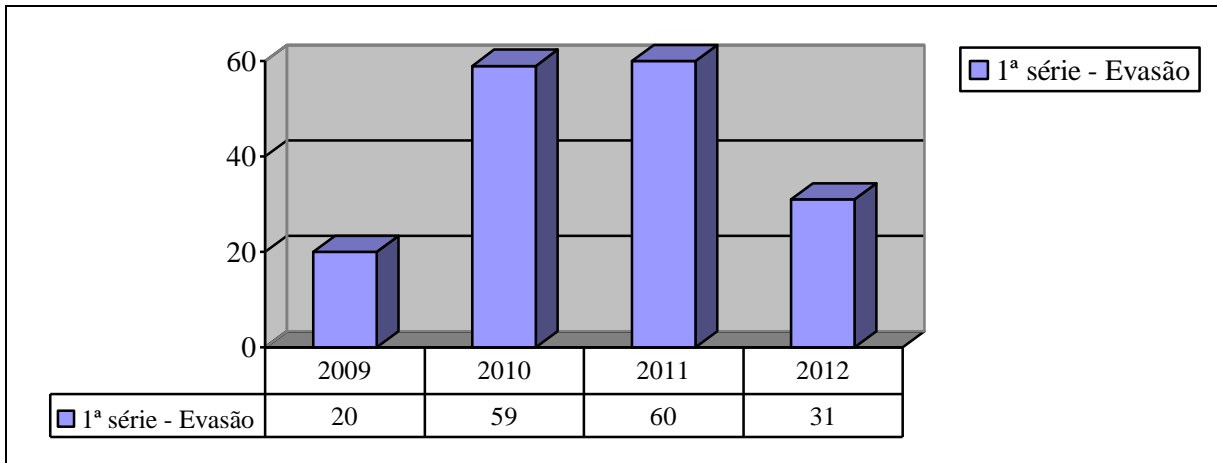
**Gráfico 7** – Matrícula do Ensino Médio Técnico Integrado IF Baiano por gênero, 2009



Fonte: Pesquisa de campo nos campi do IF Baiano 2014

Nesse ínterim apontaremos nessa mesma abordagem gráfica o indicador de evasão dos campi de Guanambi e Santa Inês.

**Gráfico 8** – Evasão na 1ª série no Campus Guanambi, 2009 – 2012

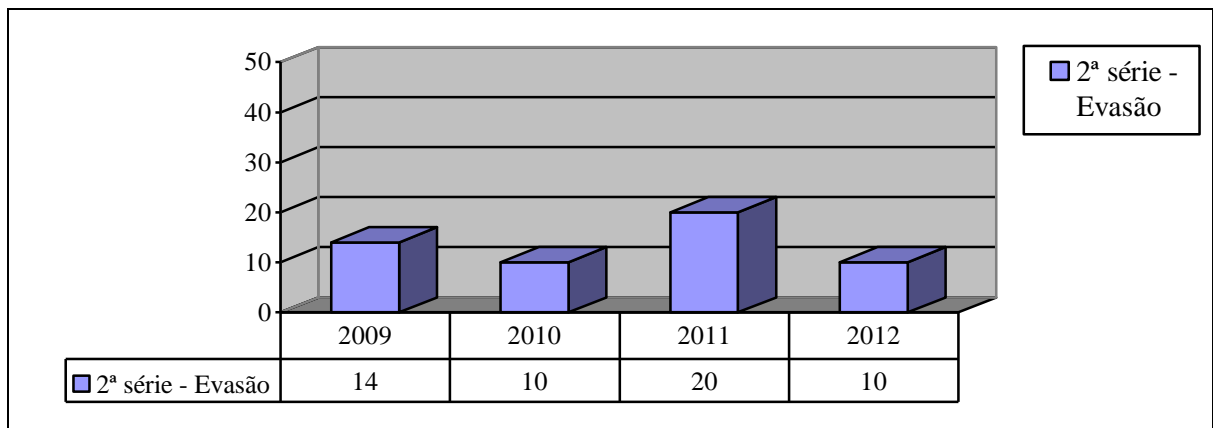


Fonte: Pesquisa de campo no IF Baiano 2014/ Campus Guanambi, 2014

Observa-se que no ano de 2009, no IF Baiano – Campus Guanambi evadiram na 1ª série 20 alunos, em 2010 evadiram 59 alunos, em 2011 evadiram 60 alunos e em 2012 evadiram 31 alunos, totalizando uma evasão de 170 alunos nos quatro anos da 1ª série do integrado.

Feita à análise aponta-se os anos de 2011 e 2010 como os anos de maiores índices de evasão da 1ª série.

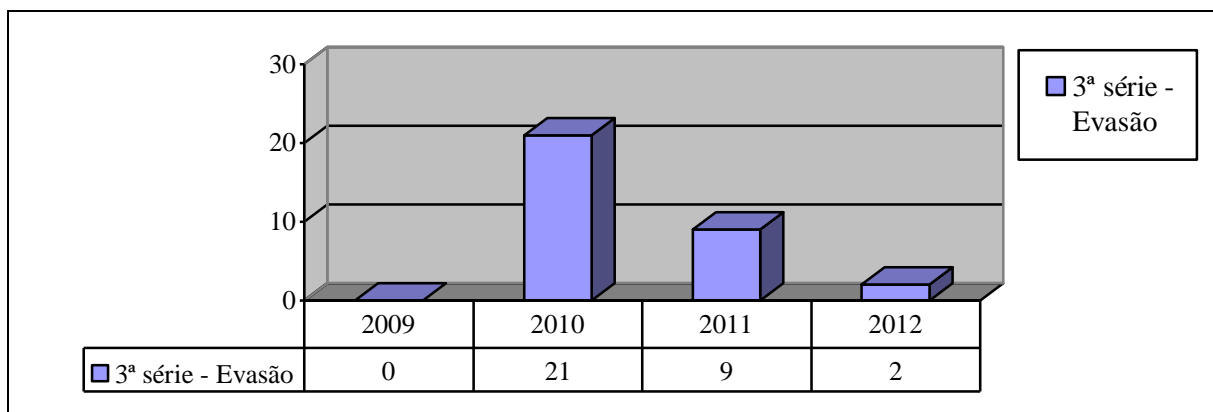
**Gráfico 9** – Evasão na 2ª série no Campus Guanambi, 2009 – 2012



Fonte: Pesquisa de campo no IF Baiano 2014/Campus Guanambi, 2014

Observa-se que no ano de 2009, no IF Baiano – Campus Guanambi evadiram na 2ª série 14 alunos, em 2010 evadiram 10 alunos, em 2011 evadiram 20 alunos e em 2012 evadiram 10 alunos, totalizando 54 alunos evadidos nos quatro anos da 2ª série do integrado. Feita à análise aponta-se o ano de 2011 como o ano de maior índice de evasão para a 2ª série.

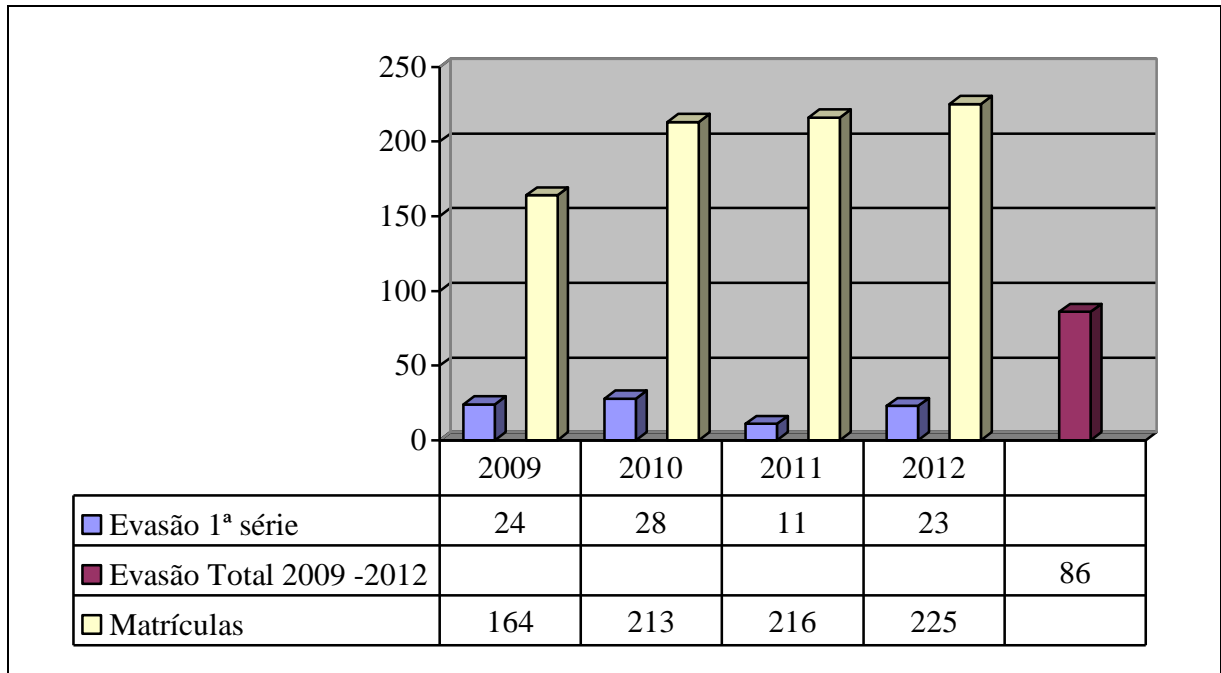
**Gráfico 10** – Evasão na 3ª série no Campus Guanambi, 2009 - 2012



Fonte: Pesquisa de campo no IF Baiano/ Campus Guanambi, 201

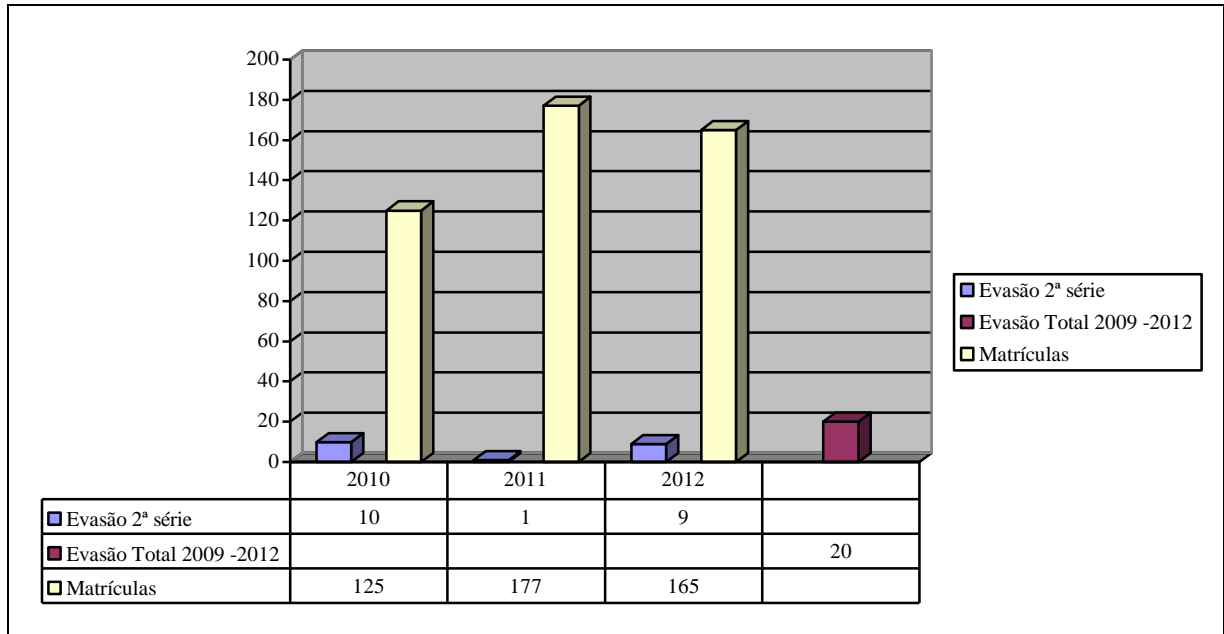
Observa-se que no ano de 2009, no IF Baiano – Guanambi, não houve evasão na 3ª série de alunos, em 2010 evadiram 21 alunos, em 2011 evadiram 09 alunos e em 2012 evadiram 02 alunos, totalizando 32 alunos evadidos nos quatro anos da 2ª série do integrado. Apontando-se o ano de 2010 como o ano de maior índice para 3ª série.

**Gráfico 11** – Evasão na 1ª série no Campus Santa Inês, 2009 - 2012



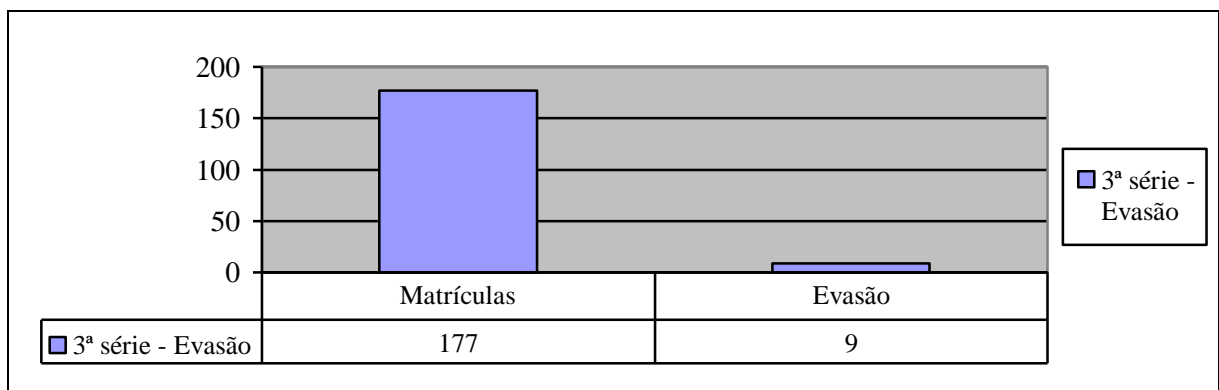
Fonte: Pesquisa de campo no IF Baiano /Campus Santa Inês, 2014

Observa-se que no ano de 2009, ingressaram na 1ª série do ensino médio técnico integrado do IF Baiano – Campus Santa Inês, 164 alunos, sendo que desses 07 desistiram, 04 pararam de frequentar, 02 trancaram e 11 pediram transferência, totalizando 24 alunos. No ano seguinte 2010, dos 213 alunos que ingressaram na primeira série, 11 desistiram e 17 pediram transferência, totalizando 28 alunos. Em relação ao ano de 2011, dos 216 alunos que ingressaram na 1ª série, 11 alunos solicitaram transferência. Por fim, no ano de 2012 dos 225 que iniciaram a 1ª série 23 pediram transferência. Feita à análise, compreende-se, que a evasão total no primeiro período de gestão do IF Baiano ao que concerne a 1ª série do ensino médio técnico integrado correspondeu ao total de 86 alunos que deixaram o campus.

**Gráfico 12** – Evasão da 2ª série por ano e total no Campus Santa Inês, 2009 – 2012

Fonte: Pesquisa de campo no IF Baiano /Campus Santa Inês, 2014

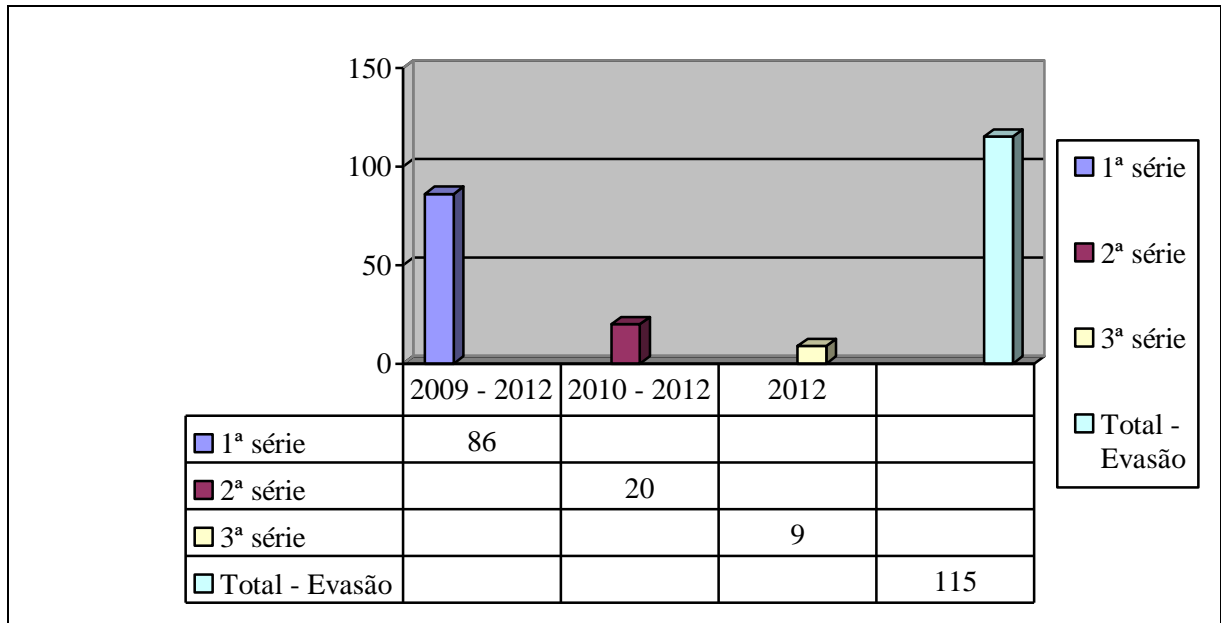
Observa-se que no ano de 2010, ingressaram na 2ª série do ensino médio técnico integrado 125 alunos, sendo que desses 05 desistiram e 05 pediram transferência, totalizando 10 alunos. No ano seguinte 2011, dos 177 alunos que ingressaram na 2ª série, 01 desistiu. Em relação ao ano de 2012, dos 165 alunos que ingressaram na 2ª série, 01 trancou e 08 pediram transferência. Feita à análise aponta-se o ano de 2010 como o ano de maior índice de evasão, esclarece-se ainda, que em todo o período um total de 20 alunos deixou o campus.

**Gráfico 13** – Evasão na 3ª série no Campus Santa Inês, 2012

Fonte: IF Baiano/Campus Santa Inês, 2014

Observa-se que no ano de 2012, no campus Santa Inês, ingressaram na 3ª série do ensino médio técnico integrado 177 alunos, sendo o índice de evasão de 09 alunos.

**Gráfico 14** – IF Baiano – Campus Santa Inês, Evasão Total do Ensino Médio Técnico Integrado 1ª, 2ª e 3ª série, 2009 – 2012



Fonte: Pesquisa de campo no IF Baiano /Campus Santa Inês, 2014

Tendo em vista o número de evasão do referido campus nos anos que compreendem 2009 a 2012, foi possível a visualização de todo o período, totalizando assim 115 alunos que deixaram os estudos no campus Santa Inês.

Partindo desses pressupostos que condizem com aspectos que perpassam pelos processos de evasão, nas considerações finais insinuam-se as possíveis causas que perfazem o surgimento da mesma.

Em relação ao indicador reprovação utilizaremos para análise o campus de Guanambi.

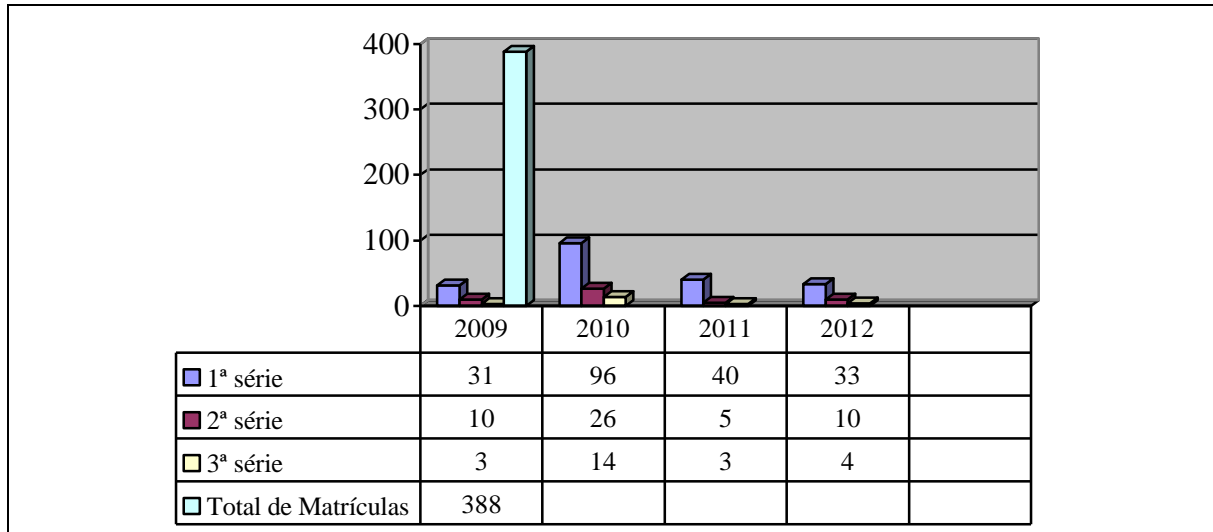
O gráfico 15 apresenta o índice de reprovação da 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio técnico integrado do campus Guanambi, sendo esses diferenciados por série, no ano de 2009, o total de matrículas nas três séries do integrado correspondia a 388 alunos, desses foram reprovados 31 alunos na 1ª série, 10 alunos na 2ª série e 03 alunos na 3ª série, perfazendo o total de reprovação nesse ano de 44 alunos.

Em 2010 na 1ª série foram reprovados 96 alunos, na 2ª série foram reprovados 26 alunos e na 3ª série foram reprovados 14 alunos.

Em 2011 na 1ª série foram reprovados 40 alunos, na 2ª série foram reprovados 05 alunos e na 3ª série foram reprovados 03 alunos.

Em 2012 na 1ª série foram reprovados 33 alunos, na 2ª série foram reprovados 10 alunos e na 3ª série foram reprovados 04 alunos.

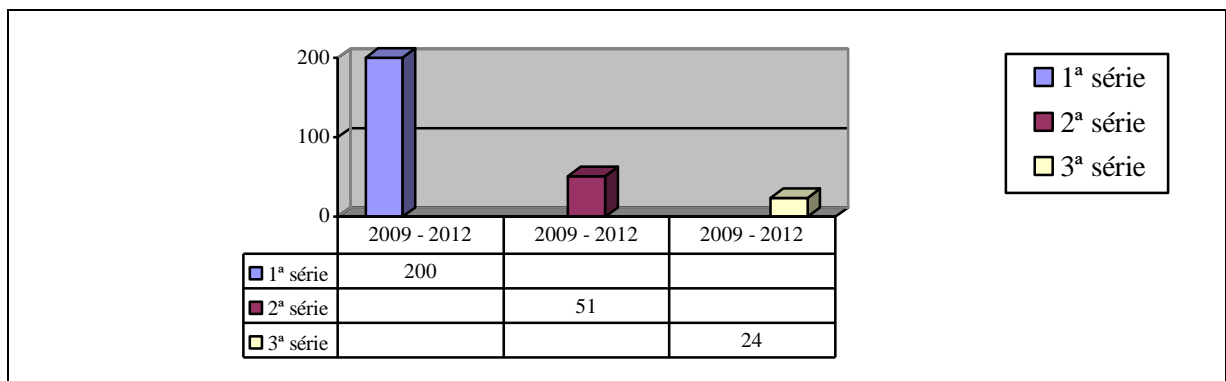
**Gráfico 15** – IF Baiano / Campus Guanambi, Reprovação da 1ª, 2ª e 3ª séries, 2009 – 2012.



Fonte: Pesquisa de campo no IF Baiano /Campus Guanambi, 2014

Analisando o gráfico acima percebemos que o ano de 2010 apresentou o maior índice de reprovação para a 1ª série, tendo ainda as maiores reprovações a 2ª e 3ª séries no mesmo ano.

**Gráfico 16** – IF Baiano – Campus Guanambi, reprovação total da 1ª, 2ª e 3ª séries, 2009 – 2012



Fonte: Pesquisa de campo no IF Baiano /Campus Guanambi, 2014

Tendo em vista o total de reprovação fica bem evidente que entre as três séries a 1ª série apresentou o maior índice de reprovação, chegando a 200 alunos reprovados nesse

primeiro período 2009 a 2012, ficando em segundo lugar a 2ª série com 51 alunos e a 3ª série com 24 alunos.

Diante de tal complexidade, de vivenciar diversos níveis de ensino, com diferentes características de alunos, lidar com o mesmo grupo de docentes e técnicos para atender públicos distintos dentro do mesmo espaço, percebem-se os desafios que estão presentes na missão que os Institutos Federais têm em educar em todo Brasil.

Portanto, torna desafiador oferecer essa educação inovadora, com a responsabilidade de não perder a qualidade e cumprir a missão de articular trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da formação básica e continuada de seres humanos íntegros e éticos, capazes de criar e transformar, esquecendo os velhos condicionamentos que sugerem as verdades absolutas e as reproduções tão frequentes na Educação Brasileira.

#### **6.4 RECURSOS MATERIAIS, FINANCEIROS, ESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS HUMANOS**

O processo de criação do Instituto Federal Baiano implicou em adaptações necessárias as antigas EAF's, pois as mesmas tiveram que se tornar uma nova entidade com características diferentes das quais viam sendo disseminadas ao longo da sua história.

Naquele momento era preciso erguer uma nova estrutura ainda desconhecida de muitos, contexto esse, que nos fez acreditar que o grupo gestor e toda a sua comunidade acadêmica, técnica e discente, precisou empenhar-se ao máximo para efetivar medidas que alicerçassem a consolidação dessa nova fase da educação profissional na Bahia.

Nesse sentido, o plano de metas e ações prioritárias para o exercício de 2012 do IF Baiano, suscitou uma lista de prioridades que se destacaram nesse ano e que inferiram diretamente no ensino médio técnico integrado. Assim dizendo, ao seguirmos essa abordagem nos deparamos com algumas questões destacadas aqui do relatório de gestão, as quais analisamos quando compararmos nos quadros abaixo a diferença de recursos materiais (permanente e de consumo) e financeiros (gasto direto por órgão executor) , estrutura física (aquisição de imóveis e obras e instalações) bem como o crescimento de pessoal através de recursos humanos (técnicos administrativos e docentes).

Diante desse fato torna imprescindível para esse estudo traçar um comparativo das antigas escolas Agrotécnicas de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim com o atual Instituto Federal Baiano relacionando os referidos campi.

**Quadro 7** - Comparativo das Escolas Agrotécnicas Federais, 2008 e o IF Baiano-Campus Catu, 2009 – 2012

	EAF Catu/2008	IF Baiano Campus Catu /2009 - 2012		
	Ano 2008	Anos	Total Anual (R\$)	Indicadores
Rec. Material Permanente e de Consumo	R\$: 948.444,16	2009	R\$: 609.388,97	Permanente
			R\$: 173.645,92	Consumo
		2010	R\$: 2.634.529,10	Permanente
			R\$: 1.172.990,00	Consumo
		2011	R\$: 796.594,01	Permanente
			R\$: 961.447,70	Consumo
2012	R\$: 772.990,77	Permanente		
	R\$: 1.308.622,14	Consumo		
Total de Recursos Permanente e de Consumo			R\$: 8.430.208,61	
Rec. Financeiro Gastos Diretos por Órgão Executor	R\$: 13.704.906,45	2009	R\$: 18.751.754,89	Orçamento anual dos Referidos Anos
		2010	R\$: 7.980.933,31	
		2011	R\$: 4.769.056,87	
		2012	R\$: 8.562.899,05	
Total Orçamentário do IF Baiano			R\$: 40.064.644,12	
Estrutura Física	R\$: (.....)	2009	R\$: 2.700.000,00	Aquisição de Imóveis
		2010	R\$: 327.745,10	Obras e Instalações
		2011	R\$: 5.964,28	
		2012	R\$: 1.893.746,51	
Total de Aquisição de Imóveis, Obras e Inst.			R\$: 4.927.455,89	
Total de Rec. Humanos – Servidores Efetivos.				Percentual de 30,97 %
Total em 2008		Total em 2009		
113 Servidores		148 servidores		

Fonte: Portal da Transparência <[www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br)>

**Quadro 8** – Comparativo das Escolas Agrotécnicas Federais/2008 e o IF Baiano-Campus Guanambi, 2009 – 2012

	EAF Guanambi 2008	IF Baiano Campus Guanambi 2009 a 2012		
	Ano/2008	Anos	Total Anual (R\$)	Indicadores
Rec. Material Permanente e de Consumo	R\$: 1.016.130,76 R\$: 1.142.766,18 R\$: 2.158.896,94	2009	R\$: 1.296.706,40	Permanente
			R\$: 891.639,52	Consumo
		2010	R\$: 1.847.667,09	Permanente
			R\$: 1.108.797,95	Consumo
		2011	R\$: 1.101.461,31	Permanente
			R\$: 1.164.386,71	Consumo

		2012	R\$: 1.004.445,18	Permanente
			R\$: 1.059.696,99	Consumo
Total de Recursos Permanente e de Consumo			R\$: 9.474.801,15	
Rec. Financeiro Gastos Diretos por Órgão Executor	R\$: 9.116.670,80	2009	R\$: 10.047.283,25	Orçamento anual dos Referidos Anos
		2010	R\$: 6.715.614,76	
		2011	R\$: 7.402.874,84	
		2012	R\$: 7.248.948,69	
Total Orçamentário do IF Baiano			R\$: 31.414721,54	
Estrutura Física	R\$: 968.832,12	2009	R\$: 605.045,55	Obras e Instalações
		2010	R\$: 982.183,84	
		2011	R\$: 1.585.320,91	
		2012	R\$: 1.304.535,01	
Total de Aquisição de Imóveis, Obras e Inst.			R\$: 4.477.085,31	
Total de Rec. Humanos – Servidores Efetivos.				Percentual de %
Total em 2008		Total em 2009		
Servidores		Servidores		

Fonte: Portal da Transparência <www.portaltransparencia.gov.br>

**Quadro 9** - Comparativo das Escolas Agrotécnicas Federais/2008 e o IF Baiano-Campus Santa Inês 2009 – 2012

	EAF Santa Inês 2008	IF Baiano – Campus Santa Inês 2009 a 2012		
	Ano 2008	Anos	Total Anual (R\$)	Indicadores
Rec. Material Permanente e de Consumo	R\$: 1.016.130,76 R\$: 1.142.766,18 R\$: 2.158.896,94	2009	R\$: 203.268,44	Permanente
			R\$: 601.703,35	Consumo
		2010	R\$: 457.097,91	Permanente
			R\$: 799.182,05	Consumo
		2011	R\$: 347.690,47	Permanente
			R\$: 1.171.042,62	Consumo
		2012	R\$: 576.552,36	Permanente
			R\$: 1.052.643,22	Consumo
Total de Recursos Permanente e de Consumo			R\$: 5.209.180,42	
Rec. Financeiro Gastos Diretos por Órgão Executor	R\$: 9.116.670,80	2009	R\$: 7.980.150,02	Orçamento anual dos Referidos Anos
		2010	R\$: 3.231.262,51	
		2011	R\$: 4.472.926,13	
		2012	R\$: 5.228.328,47	
Total Orçamentário do IF Baiano			R\$: 20.912.667,13	
Estrutura Física	R\$: (.....)	2009	R\$:	Obras e Instalações
		2010	R\$:	
		2011	R\$: 590.095,48	
		2012	R\$: 409.744,77	
Total de Aquisição de Imóveis, Obras e Inst.			R\$: 999.840,25	
Total de Rec. Humanos – Servidores Efetivos.				Percentual de %
Total em 2008		Total em 2009		
Servidores		Servidores		

Fonte: Portal da Transparência <www.portaltransparencia.gov.br>

**Quadro 10** – Comparativo das Escolas Agrotécnicas Federais/2008 e o IF Baiano-Campus Senhor do Bonfim 2009 – 2012

	EAF Senhor do Bonfim 2008	IF Baiano Campus Senhor do Bonfim 2009 a 2012		
	Ano 2008	Anos	Total Anual (R\$)	Indicadores
Rec. Material Permanente e de Consumo	R\$: 1.023.252,24 R\$: <u>812.478,63</u> R\$: 1.835.730,87	2009	R\$: 256.418,24	Permanente
			R\$: 1.018.867,34	Consumo
		2010	R\$: 68.765,18	Permanente
			R\$: 743.474,94	Consumo
		2011	R\$: 650.844,02	Permanente
			R\$: 781.407,62	Consumo
2012	R\$: 634.031,62	Permanente		
	R\$: 1.013.807,01	Consumo		
Total de Recursos Permanente e de Consumo			R\$: 5.167.615,97	
Rec. Financeiro Gastos Diretos por Órgão Executor	R\$: 8.238.191,64	2009	R\$: 9.074.288,33	Orçamento anual dos Referidos Anos
		2010	R\$: 2.691.533,45	
		2011	R\$: 5.389.854,94	
		2012	R\$: 7.825.074,66	
Total Orçamentário do IF Baiano			R\$:24.980.751,38	
Estrutura Física	R\$ 569.333,50	2009	R\$: 163.379,02	Obras e Instalações
		2010	R\$: 27.306,31	
		2011	R\$: 1.472.471,60	
		2012	R\$: 2.041.785,47	
Total de Aquisição de Imóveis, Obras e Inst.			R\$: 3.704.942,40	
Total de Rec. Humanos – Servidores Efetivos.				Percentual de 33%
Total em 2008		Total em 2009		
75 Servidores efetivos		100 Servidores efetivos		

Fonte: Portal da Transparência <[www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br)>

## 6.5 A GESTÃO DA EDUCAÇÃO DIANTE DA COMPLEXIDADE DO INSTITUTO FEDERAL

No atual contexto educacional complexo, múltiplo e diversificado que perpassa a realidade do IF Baiano, a gestão do ensino médio técnico se apresenta como um grande desafio, pois precisa transcorrer entendendo a nova concepção dessa modalidade de educação, uma vez que os Institutos Federais foram criados com o desígnio da verticalização da educação.

Conforme define a Lei nº 11.892/2008, no caput do seu art. 2º, a diversidade de modalidades educacionais compõe o Instituto Federal.

Os Institutos Federais de Educação são instituições de educação, superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

Nessa ótica, a gestão da educação técnica teve que se conectar com cada território de identidade os quais eram originários dos campi, tendo em vista a representatividade dos espaços e sua inserção no mundo do trabalho. Além disso, a reformulação do currículo, a criação e a extinção de cursos, a agilidade dos seus processos acadêmicos e muitas outras medidas se fizeram necessárias para o andamento dos tramites institucionais que compreendem a dinâmica de um Instituto Federal, adequando-se às novas realidades surgidas no cotidiano institucional.

Para tanto, a Constituição Federal garante como princípio norteador do ensino público a gestão democrática, que deverá ser ministrada com base na gratuidade, conforme o art. 206. Por sua vez, a LDBEN, Lei nº 9.394/96, em seu art. 14, reafirma a importância do processo de democratização, pois, coloca em evidência que os sistemas de ensino devem definir as normas da gestão democrática do ensino público, levando em consideração as suas peculiaridades, conforme invocados a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola em comum acordo com a sua comunidade.

A partir desse ponto de vista, que retrata a visão democrático-participativa amparada pela Constituição Federal e pela LDBEN e dos fatos observados do íterim da pesquisa nos direcionam para o entendimento dos processos que concernem ao contexto da gestão do ensino médio técnico integrado.

Assim, diante da complexidade que abarca o Instituto Federal, a gestão da educação precisa estar atenta aos aspectos indispensáveis como legislação, administração de recursos, didático pedagógico, comunicação, dentre outros, a fim de intervir no seu território de identidade, visando atender aos educandos do ensino médio ao superior, do curso técnico ao tecnológico.

Para tanto, grandes são os desafios enfrentados pelos gestores e o relatório de gestão pode ser um aliado para superar os entraves, uma vez que possibilita visualizar a trajetória percorrida e traçar ações futuras.

Ao analisar o relatório de gestão de 2011 do IF Baiano, especificamente no quesito que retrata as principais dificuldades enfrentadas pelo Instituto, tendo em vista a criação e implantação, podemos destacar os indicadores que para nós mais se aproximaram do objeto de estudo dessa pesquisa, tais como: distância entre reitoria e os campi; recursos humanos insuficientes; e, principalmente, falta do sistema de rede de informatização.

Segundo os gestores, a distância existente entre a reitoria, localizada na capital, e os seus campi, no interior do estado, dificultou bastante a tramitação de documentos, pois exigiu da reitoria elevada movimentação de servidores até os campi e vice-versa, assim, vários foram os esforços para dirimir os obstáculos.

Outro entrave considerado relevante foi o baixo quadro de pessoal, para os gestores isso foi bem complicado, pois com o desenvolvimento do instituto, fazia-se necessário um quadro de servidores que atendesse a nova demanda, visto que condizia com a ampliação da oferta de vagas e o aumento dos cursos, no entanto, a insuficiência no quadro de servidores dificultava essa realização.

Nesse caminhar outro entrave de bastante relevância ao que concerne o perfeito andamento das atividades acadêmicas e administrativas do IF Baiano foi à paralisação geral de servidores deflagrada nesse ano, esse acontecimento implicou na alteração do calendário letivo, interferindo diretamente na programação das atividades da pró-reitoria de ensino, como por exemplo: composição de grupos de trabalho; cumprimento em tempo hábil do planejamento; normatização de atividades dos docentes; discussão sobre regulamentação de estágios; regimento disciplinar discente, ou seja, nas atividades cotidianas, episódio que contribuiu para o atraso de todo o cronograma.

O relatório assinala também um entrave grave ocorrido no campus Guanambi que prejudicou as atividades acadêmicas, que foi a falta de água para irrigação, esse fato interferiu nos setores de agricultura, comprometendo a produção de pesquisa.

Por fim, podemos dizer que o maior entrave registrado foi à inexistência de um sistema de informatização de dados na reitoria e nos campus, situação essa que impossibilitou a gestão de forma integradora e a visão global do desenvolvimento de muitas atividades acadêmicas como: quantitativo de alunos aprovados, reprovados, evadidos; emissão de declarações, históricos escolares e informações cadastrais dos discentes “quantitativo de matrículas efetivas por nível, índice de eficácia dos cursos, dentre outras necessárias”.

Segundo o relatório esse fato fez o IF Baiano aderir ao “Siga Edu”, por orientação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. No entanto, alguns desses problemas persistem até os dias atuais.

Diante de tais contextos descritos ao que concernem os entraves destacados, entendemos que esses possuíam relação com o ensino médio técnico integrado ocasionando para esse público um arrolamento de situações que contribuiriam negativamente com a gestão da Educação nesse período. Nota-se ainda, que as visualizações desses entraves assinalados através do relatório de gestão de 2011 auxiliaram o processo reflexivo, pois responderam a questionamentos içados na problematização desse estudo, os quais puderam ser somados às entrevistas realizadas com os gestores e as impressões que obtivemos da comunidade.

Findado os entraves, passamos aos benefícios, utilizamos essa mesma linha de raciocínio analisando alguns itens do relatório de gestão de 2012. Perante esse identificamos objetivos estratégicos que foram considerados prioritários para o desenvolvimento do Instituto, haja vista que visou superar as limitações enfrentadas até aquele momento, nesse sentido, entendemos os objetivos traçados e realizados como benefícios revertidos para os cursos de nível técnico do supracitado Instituto.

Nesse contexto, o relatório abordou o macroprocesso finalístico de ensino, destacando a importância da efetivação da ampliação da oferta de vagas dos cursos de nível médio técnico. Outras questões encaradas como benefícios mencionados foram as modificações implantadas nos processos de trabalho em 2012. Sendo assim, destacamos o que entendemos como benefícios: o acompanhamento por software gerencial, fato esse que resultou segundo o relatório uma maior qualidade dos dados obtidos, melhorando a gestão e a decisões tomadas; a criação de um documento orientador para o processo de construção e socialização dos calendários acadêmicos, o que resultou em calendários acadêmicos estruturados, atendendo a legislação; a construção do arquivo digital da pró-reitoria de ensino, que segundo o relatório resultou em uma maior agilidade na busca de documentos e acesso direto aos documentos por todos os servidores da PROEN; a informatização da secretaria de registros acadêmicos do Campus Catu, que segundo o relatório causou um impacto resultante na organização e facilidade de acesso aos registros acadêmicos; e o processo de avaliação das disciplinas do ensino médio integrado no Campus Senhor do Bonfim, o que segundo o relatório ocasionou gradativamente as transformações das práticas avaliativas das disciplinas.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos jovens chegam ao IF Baiano cheios de esperança para concluir sua formação básica com o ensino médio integrado a uma profissão. Terem o diferencial como eles dizem, ou seja, a possibilidade de ingressar mais rapidamente ao mercado de trabalho. Uns conseguem o almejado e até continuam no instituto através da formação continuada, outros desistem ou não conseguem acompanhar os estudos por diversos fatores. Assim, partindo das inquietações enquanto professor do ensino médio técnico integrado, o qual vivencia esse cotidiano ofertado pela educação federal, imbuídos no propósito de gerar reflexões e fazer surgir novos caminhos para a melhoria da formação educativa e profissional desses estudantes, propusemos essa pesquisa.

Nesse lapso temporal pôde-se caminhar em direção ao desvelamento de questões ainda pouco exploradas. Esse momento ímpar ao que alude o fechamento dos estudos nos aproximou da problematização que condisse com a transição de quatro instituições distintas conhecidas como EAF's em uma nova, denominada IF Baiano. Melhor dizendo, o estudo de caso acerca da gestão da educação no contexto do ensino médio técnico nos campi basilares do IF Baiano, Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, no primeiro mandato de gestão enquanto instituto federal, correspondente ao período de 2009 a 2012.

Para tanto, se fez necessário buscar, através do referencial teórico, informações acerca do contexto do ensino médio e técnico em nosso país e na Bahia, a fim de auxiliar no entendimento investigativo. Não obstante, a pesquisa de campo foi imprescindível para nos aproximar da comunidade escolar, perceber o momento vivido e as estratégias utilizadas pelos gestores através das entrevistas, bem como a opinião dos servidores técnicos administrativos e professores, os quais participaram desse momento de mudança, configurando uma amostra da comunidade interna do período, conforme responderam aos questionários. Além disso, documentos como relatório de gestão e registros de informações coletadas na secretaria acadêmica foram salutares para nosso entendimento.

Nesse íterim proposto com a intenção de compreender o que essa modificação significou para o ensino médio técnico integrado e a fim de extrair elementos que nos direcionassem os estudos, optamos, inicialmente, pelos seguintes aspectos: quantidade de alunos, matrículas efetivas do primeiro momento, por gênero, no ano de 2009, aspectos socioeconômicos, faixa etária, evasão e aprovação, bem como, matrículas das EAF's.

No entanto, durante a pesquisa de campo, obtivemos êxito na aquisição dos dados: quantidade de matrículas em 2009; identificação do gênero; quantidade de matrículas de 2008; evasão na 1ª, 2ª e 3ª séries do campus Guanambi de 2009 a 2012; evasão no campus Santa Inês na 1ª, 2ª e 3ª de 2009 a 2012; e, reprovação no campus Guanambi nas 1ª, 2ª e 3ª séries de 2009 a 2012.

Em contrapartida não foi possível coletar alguns dados como: aspectos socioeconômicos, faixa etária e aprovação. Acreditamos que a inexistência de um sistema informatizado de banco de dados tenha dificultado a obtenção dessas informações. Porém, esclarecemos que esse fato não prejudicou as nossas reflexões, pois estes não se configuraram como peças fundamentais da problemática estabelecida.

Nesse sentido, ao iniciar a pesquisa de campo, percebemos que não era possível, responder a todos os questionamentos, uma vez que nem todos os campi conseguiam precisar todas as informações, então logo se vislumbrou um entrave, pois mesmo antes da aplicação dos questionários, da realização das entrevistas e da análise documental, ficou evidenciada a falta de um sistema de dados que desse suporte a todos os elementos questionados nesse estudo.

Portanto, pudemos presenciar que nem a reitoria nem os campi dispunham de sistema de informatização, bastava-nos assim, a tentativa de conseguir nas secretarias acadêmicas dos campi os referidos dados, porém já com a certeza que não conseguiríamos todos em virtude da falta desse sistema.

Passada essa fase, começamos o trabalho de tratamento das informações, levamos em conta o observado, começando a destrinchar as problemáticas estabelecidas na pesquisa, assim, foram registradas as falas dos gestores, as impressões da comunidade através dos técnicos administrativos e dos professores, o registro de informações, a análise documental, bem como os relatórios de gestão de 2011 e 2012. Vale ressaltar que, não foram realizadas pesquisas com alunos, devido à falta de contato com os egressos, pois o IF Baiano não dispõe de observatório e acompanhamento dessa natureza, como já sabíamos desse fato nem mencionamos realizar tal procedimento.

Partimos dos objetivos propostos na presente pesquisa para analisar as implicações do processo de criação do IF Baiano para o ensino médio técnico na transição Escola – Instituto Federal, considerando o período inicial da gestão do ensino médio técnico, de 2009 a 2012. Nesse sentido, foram definidas categorias de análise tais como: a relevância do Instituto

Federal; formação discente; a diferença das EAF's para o IF Baiano; dificuldades da criação do IF Baiano; gestão dos cursos no IF Baiano; os desafios do processo de implantação do Baiano; o primeiro período de gestão do IF Baiano – de 2009 a 2012; gestão: orçamento do ensino médio; práticas de gestão; processo de formação do IF Baiano; ensino integrado; possibilidades de fazer diferente; e, gestão da educação no contexto do ensino médio.

Essas categorias representam o direcionamento dos caminhos percorridos para que pudéssemos chegar a um entendimento diante da amplitude da temática.

Para tanto, a título de conclusão, fizemos uma síntese escolhendo as categorias que mais se interligavam entre as respostas dos sujeitos pesquisados e também se relacionavam com os documentos analisados, não obstante, elementos constitutivos da gestão no processo de ifetização, quais sejam: contexto pedagógico, nos aspectos de oferta de vagas, novos cursos e currículo; recursos financeiros e recursos humanos, técnicos administrativos e professores; estrutura física; e, estrutura administrativa.

Assim como os objetivos secundários também nos deram suporte nessa trajetória, possibilitando a identificação dos entraves e dos benefícios; mais especificamente os principais benefícios que os alunos do ensino médio técnico obtiveram; e, contudo, o diferencial na gestão da educação do ensino médio técnico das antigas Agrotécnicas e o IF Baiano.

Todavia, ficou evidente a teia de inter-relações entre os membros da comunidade interna do instituto, nos campi, e vice versa. Como um organismo vivo, o espaço educativo acontece e não é diferente com a gestão. Para que aconteça com efetividade faz-se necessário o envolvimento e a participação de todos. Podemos constatar essas afirmações, mesmo de forma resumida, quando visualizamos o quadro 11, o qual deixa claro as impressões desses sujeitos acerca do processo de ifetização e do momento vivido.

Tendo em vista a identificação das categorias analisadas pudemos chegar as seguintes conclusões: em relação ao contexto pedagógico, a oferta no número de vagas, os gestores concordam parcialmente, para os professores e técnicos houve aumento, porém esse fato é realmente percebido quando o gráfico 2 e 3 referentes as matrículas das EAF's no ano de 2008 e as matrículas do IF Baiano dos campi em 2009 são visualizadas.

Percebe-se que no ano de 2008 na EAF Catu o número de matrículas era de 406 alunos e em 2009 já sob a denominação de campus Catu passou a 423 alunos, seguindo essa mesma linha na EAF Guanambi o número de matrículas era de 347 alunos e em 2009 passou já como campus a 388 alunos, na EAF Santa Inês no ano de 2008 o número de matrículas era de 299

alunos e em 2009, também sob essa nova denominação passou a 321 alunos, na EAF Senhor do Bonfim o número de matrículas era de 372 alunos, no entanto ao se tornar campus não aumentou em números as suas matrículas abaixou para 330 alunos.

**Quadro 11** – Síntese das categorias de análise: contexto pedagógico nos aspectos de oferta de vagas, novos cursos, currículo; recursos financeiros; servidores, técnicos administrativos e professores; estrutura física; e, estrutura administrativa, considerando todas como elementos de gestão do processo de ifetização, 2009 – 2012.

Categorias Analisadas		Sujeitos da pesquisa			Documentos
		Gestores	Professores	Técnicos	
Contexto Pedagógico	Oferta de vagas	Em parte concordam que houve aumento	Houve aumento	Afirmam aumento	Gráfico 2 e 3 Matrícula das EAF's e dos Campi
	Novos cursos	Houve aumento em atendimento a lei de criação	O aumento ficou atrelado ao aumento do número de cursos	Ampliação na diversidade de cursos	Quadro 12 Quantidade de cursos, número de vagas
	Currículo	Necessidade de reformular o currículo	Não obtivemos esse dado	Não obtivemos esse dado	Não houve reformulação
Recursos Financeiros		Não há legislação específica para destinar recurso diretamente ao ensino médio	Houve aumento do recurso financeiro	Houve aumento do recurso financeiro	Quadros 07 a 10 Rec. Financeiro Gastos Diretos por Órgão Executor
Servidores Técnicos Adm. e Professores		Houve aumento de técnicos e professores	Houve aumento do número de servidores	Houve aumento do número de servidores	Quadro 10 Recursos Humanos - Servidores Efetivos
Estrutura Física		Inicialmente não houve mudança na estrutura física dos campi mencionados	Foi melhorada, porém necessita melhorar	Foi melhorada, porém necessita melhorar	Quadros de 08 a 10 Estrutura / Obras e Instalações
Estrutura Administrativa		Perda de autonomia do campus	Perda de autonomia do campus	Perda de autonomia do campus	O relatório de gestão não faz referência

Ao observarmos o gráfico 3 ficou mais evidente o aumento total de matrículas do ano de 2008 que era de 1.424 alunos nas quatro EAF's e passando em 2009 a IF Baiano a 1.462, demonstrando nesse sentido, um discreto aumento nesse primeiro ano.

Ao que concerne aos novos cursos, os gestores, professores e técnicos concordaram que houve aumento de curso, ao analisarmos o quadro 12, conseguimos precisar realmente quais cursos foram implantados, visualizamos desta forma que os campi de: Catu implantou os cursos de Química e Alimentos para o integrado, ofertando 70 vagas cada um; Guanambi não criou nenhum curso novo; Santa Inês também não criou nenhum curso; e Senhor do Bonfim, também não alterou, permanecendo com o curso de Agropecuária. Assim pode-se afirmar que os únicos cursos novos do ensino médio integrado foram criados no campus de Catu.

No aspecto de mudança curricular nota-se que os gestores foram unânimes quanto à necessidade de reformulação do currículo dos cursos do integrado, pois essa discussão encontra-se em estado latente, uma vez que não chegaram a um entendimento dentro do Instituto, enquanto aos professores não levantaram esse indicativo.

No quesito orçamento os gestores afirmaram não existir legislação específica para destinação dos recursos para os alunos do ensino médio, sendo esse orçamento livre para utilização segundo as demandas internas, já os professores e técnicos asseguraram ter havido aumento nos recursos, entretanto, em relação a essa percepção só pudemos visualizar mais claramente quando observamos os quadros de 07 a 10 os quais demonstraram a captação orçamentaria dos campi através do recurso financeiro e gastos diretos por órgão executor, porém não foi possível identificarmos o percentual gasto com o ensino médio técnico integrado, confirmando assim o que os gestores afirmaram.

Quanto ao aumento de servidores técnicos e professores, o quadro 10, expôs o total de recursos humanos – servidores efetivos da EAF Senhor do Bonfim em 2008 que era de 75 servidores efetivos e logo após o processo de criação em 2009 aumentou para 100 servidores, ou seja, o aumento nesse primeiro momento foi de 33,3%. Em relação aos outros campi, não conseguimos precisar esses dados por falta de confirmação.

Outro elemento de análise de fundamental importância nesse estudo se caracterizou pela identificação dos entraves e dos benefícios, destacando-se assim, os quais consideramos mais marcantes.

Por isso destacamos os entraves relatados nas falas dos gestores ocorridos nesse primeiro período de gestão: a criação de novos cursos com perfis variados foi um grande

entreve, pois tiveram que atrair novos profissionais relacionados com áreas distintas das existentes; a perda de autonomia configurou-se como grande entrave para os campi; diferença dos cursos com visões técnicas em detrimento de outros com visões mais humanísticas; a complicação que os novos profissionais fazem ao lecionar nos cursos de nível médio técnico, pois segundo os gestores os mesmos pensam estar lecionando em cursos exclusivamente de nível de médio desprezando a parte técnica existente.

Seguindo a mesma perspectiva os membros da comunidade proferiram as suas impressões a respeito dos entraves, professores e técnicos elencaram alguns pontos de vista, desta forma os docentes ressaltaram como entraves: a dificuldade de articulação entre as disciplinas técnicas com as disciplinas propedêuticas; a falta de compromisso dos discentes com os estudos; o risco do atendimento de diversas modalidades ao mesmo tempo, fator preponderante para diminuição da qualidade dos cursos do ensino médio técnico integrado; professores atuando em diversos níveis e modalidades distintas.

Para os técnicos ficaram evidenciados como entraves os seguintes aspectos: a falta de conscientização de professores em relação aos cursos técnicos, por acharem que os mesmos são apenas de nível médio; a dificuldade em construir um currículo integrado; a pouca autonomia didática e pedagógica.

Não obstante, através do relatório de gestão do ano de 2011 registramos as dificuldades ocorridas nesse período às quais foram articuladas perfeitamente com os já sobressaídos entraves percebidos, uma vez que esses foram vivenciados por aqueles que geriam o Instituto. Portanto, o mesmo assinalou como dificuldades: a distância entre reitoria e os campi; a escassez de recursos humanos; a falta de um sistema de rede de informatização.

Em presença dessas questões entendemos que a soma dessas dificuldades a exemplo da fala dos gestores, das impressões da comunidade e do relatório de gestão do ano de 2011 contemplaram a lista dos entraves vivenciados no contexto da gestão da educação do ensino médio técnico integrado. Pois naquela época já tinha decorrido três anos da criação do IF Baiano, podendo-se assim, diagnosticar os empecilhos ocasionados a esse público.

Ao que se reportou aos benefícios levantados, abraçamos a mesma vereda descrita anteriormente. Para os gestores o entendimento dos benefícios perpassou pela verticalização e facilidade de acesso dos discentes após conclusão dos cursos de nível médio técnico no nível superior; abrangência de mais cursos para esse público; aumento de mais alunos com a criação do Instituto; e, descentralização da educação de nível médio.

No enfoque dos membros da comunidade quando perguntados sobre os benefícios implantados para os cursos do nível médio técnico do IF Baiano, para os professores foram os seguintes pontos: aumento no número de vagas; incremento da pesquisa ensino e extensão; reserva de 50% de vagas para o médio técnico integrado; aumento no número de estudantes; política de assistência estudantil; estímulo à permanência e aumento de servidores; unificação de procedimentos; e, aumento de mais recursos.

E os técnicos administrativos quando perguntados sobre a mesma questão enveredaram pelos seguintes entendimentos: maior possibilidade dos discentes conseguirem uma formação profissional; continuidade dos estudos no próprio Instituto; ampliação das modalidades de oferta de curso e vagas; maior nível de organização do ensino.

Nessa mesma vertente, reafirmando alguns benefícios e relatando outros, o relatório de gestão do ano de 2012 destacou: a ampliação da oferta de vagas nos cursos de nível médio técnico, os quais se destacam nesse estudo os campi relacionados na pesquisa no quadro a seguir; a criação de um documento orientador para o processo de construção e socialização dos calendários acadêmicos; a construção do arquivo digital da pró-reitoria de ensino; a informatização da secretaria de registros acadêmicos do campus Catu e o; processo de avaliação das disciplinas do ensino médio integrado no campus Senhor do Bonfim.

**Quadro 12** – Quantidade de cursos, número de vagas e turno dos cursos de nível médio técnico integrado dos campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim do IF Baiano – 2012.

Campus	Curso	Nº de Vagas	Turno
Catu	Agropecuária	80	Integral
	Alimentos (novo)	70	Integral
	Química (novo)	70	Integral
Guanambi	Agropecuária	80	Integral
	Agroindústria	40	Integral
Santa Inês	Agropecuária	-	Integral
	Zootecnia	80	Integral
	Alimentos	35	Integral
Senhor do Bonfim	Agropecuária	80	Integral

Fonte: Relatório de gestão do IF Baiano 2012

A partir da análise feita com base nas entrevistas com os gestores, dos documentos de registro das secretarias, dos questionários dos servidores e a análise do relatório de gestão de 2012, foi possível identificar vários benefícios efetivados para os discentes dos cursos de nível médio técnico no que concerniu o período aludido.

Então, como resultado, em meio a tudo o que foi exposto ao que condiz aos benefícios relatados, entende-se que esses compuseram a gama de vantagens ocorridas nesse processo de criação. No entanto, as identificações dos principais benefícios atribuídos aos discentes dos cursos técnicos de nível médio estão imbricadas a percepção que impetramos ao analisar o pensamento dos gestores, as impressões da comunidade e o relatório de gestão de 2012, sendo esses clarificados como principais quando entram em simbiose.

Sendo assim, destacamos como os principais benefícios percebidos: Gestores – aumento de mais alunos com a criação do Instituto; professores – aumento no número de vagas; técnicos administrativos – ampliação das modalidades de oferta de curso e vagas; relatório de gestão, a ampliação da oferta de vagas nos cursos de nível médio técnico.

Feita a análise dos relatos, impressões e documentos, foram evidenciados praticamente os mesmos aspectos de um no outro, gerando o entendimento que esses seriam os principais benefícios gerados para os cursos técnicos de nível médio, porém as identificações de todos os benefícios citados se constituíram como de extrema relevância para o público pesquisado.

**Quadro 13** – Síntese dos benefícios e entraves da transformação de EAF para IF Baiano 2009 – 2012, segundo os gestores, os servidores técnicos administrativos e os professores, os itens que aparecem repetidos foram sublinhados.

	Benefícios/ EAF – IF Baiano	Entraves/ EAF – IF Baiano
Gestores	Entrevista: verticalização; <u>maior diversidade de cursos</u> ; aumento de servidores; expansão da educação de nível médio. Relatório de gestão: <u>ampliação da oferta de vagas</u> ; norma de orientação para elaboração calendários acadêmicos; construção do arquivo digital da pró-reitoria de ensino; a informatização da secretaria de registros acadêmicos do campus Catu; e, processo de avaliação das disciplinas do ensino médio integrado no campus Senhor do Bonfim.	Entrevista: <u>novos cursos de diferentes áreas</u> ; <u>perda da autonomia do campus</u> ; diferença de cursos, uns com visões técnicas e outros com visões mais humanísticas; visão dos novos profissionais que <u>priorizam o ensino médio em detrimento da parte técnica</u> ; contratação de professores de áreas diversificadas para atenderem aos cursos novos ou planejados. Relatório de gestão: a distância entre reitoria e os campi; a escarcas de recursos humanos; a falta de um sistema de rede de informatização.
Técnicos Administrativos	possibilidade do discente conseguir uma formação profissional; continuidade dos estudos no próprio Instituto; <u>maior diversidade de cursos</u> ; e, melhor organização do ensino.	<u>a falta de conscientização de professores em relação aos cursos técnicos, por acharem que o mesmo é apenas médio</u> ; a dificuldade em construir um currículo integrado; e a <u>pouca autonomia didática e pedagógica</u> .
Professores	<u>aumento no número de vagas</u> ;	<u>a articulação entre as disciplinas técnicas</u>

	ênfase a ensino, pesquisa e extensão; reserva de 50% de vagas para o médio técnico integrado; aumento no número de estudantes; política de assistência estudantil; estímulo a permanência e aumento de servidores; unificação de procedimentos e aumento de recursos.	<u>com as disciplinas propedêuticas</u> ; a falta de compromisso dos discentes com os estudos; o risco no atendimento de diversas modalidades de ensino ao mesmo tempo; professores atuando em diversos níveis e modalidades distintas.
--	---	---

No quesito diferencial na gestão da educação do ensino médio técnico das antigas EAF's e o IF Baiano, pode-se considerar que o elo de transição que diferencia a época das EAF's de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim do atual Instituto Federal Baiano, perpassou pela ampliação de novos cursos e extinção dos mesmos, registro de diplomas, ampliação na oferta, verticalização do ensino, pois essa veio possibilitar o avanço dos alunos da educação básica adentrar no nível superior, a garantia mínima de 50% das vagas para o ensino médio técnico.

Outros aspectos percebidos através dos relatos como subsídios que nos permitem encontrar o diferencial na gestão do ensino técnico das Agrotécnicas e do atual IF Baiano, condizem com: o aumento das disciplinas propedêuticas; a ampliação de professores se qualificando através de mestrados e doutorados para atuarem nesse seguimento; a diversificação dos cursos; a subordinação das antigas escolas transformadas em campi à reitoria; a perda de autonomia dos campi; a possibilidade de mais alunos terem acesso aos cursos técnicos.

Podemos então concluir que a diferença de EAF para Instituto, sobressaiu quando as mudanças foram concretizadas possibilitando a ressignificação dessa educação profissional destinada ao ensino médio.

Quanto às hipóteses sugeridas mesmo que de forma parcial e provisória adviemos às mesmas as quais atribuíram à criação do IF Baiano: maior aporte financeiro e administrativo, bem como outros recursos disponibilizados pelo governo federal que possibilitaram a obtenção de vários benefícios para o ensino médio técnico; mudanças na gestão do ensino médio quanto à estrutura dos cursos “carga horária, número de alunos oriundos da região circunvizinha aos campi, articulação da área técnica com a área propedêutica, curso técnico em sintonia com o mundo do trabalho”.

Em síntese, pudemos obter como resposta da primeira hipótese a confirmação inicial do aumento do aporte financeiro quando da transição do ano de 2008 para o ano de 2009,

outros aspectos como o aumento dos recursos material, permanente e de consumo também foram percebidos, tendo em vista aquisição de materiais, infraestrutura inicial e o aumento nesse primeiro momento de servidores e técnicos para dar suporte aos cursos oferecidos, pode-se nesse sentido sim, afirmar que de partida foram engaranhados benefícios para o ensino médio técnico.

Entretanto, em relação aos cursos do nível médio técnico inicialmente não foram percebidas mudanças significativas quanto à estrutura dos cursos, carga horária, aumento do número de alunos das áreas circunvizinhas, articulação das áreas técnicas com as áreas propedêuticas e a sintonia com o mundo do trabalho.

Sendo assim, os gestores proferiram as primeiras linhas de raciocínio, conforme as entrevistas. Para eles as antigas escolas tinham como foco o mercado, naquela época o ensino era centrado no fazer, esclarecem ainda que a formação era muito mais técnica centrada no cumprimento de tarefas, contudo no quesito criticidade e humanidade essas ficavam devendo. Ou seja, os cursos tinham como principal objetivo a formação técnica do discente em detrimento de outras questões também necessárias.

Outro aspecto importante a se observar foi referente ao orçamento do IF Baiano, tendo em vista o recorte temporal, achamos conveniente analisar o exercício desse último ano de 2012, pois esse ocorreu nos primeiros quatro anos do grupo gestor. Sendo assim, apresentamos o orçamento desse exercício e os programas efetivados relacionados com área de estudo dessa pesquisa.

Portanto, nesse ano o IF Baiano arrecadou o total de R\$ 178.369.948,00 (cento e setenta e oito milhões, trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e quarenta e oito reais), o programa Educação Profissional e Tecnológica – 2031 consumiu desse orçamento o valor de R\$ 99.832.020,00 (noventa e nove milhões oitocentos e trinta e dois mil e vinte reais), ou seja, um percentual de 55,96% do orçamento. Segundo o próprio relatório esse é o programa de maior importância para o IF Baiano.

Nessa mesma perspectiva outro programa que condiz com o ensino médio técnico é o programa Educação Básica – 2030. O mesmo arrecadou nesse mesmo exercício o valor de R\$ 578.914,00 (quinhentos e setenta e oito mil, novecentos e quatorze reais), do orçamento total.

Conforme, as informações do montante orçamentário o qual incidiu no público pesquisado, com a ressalva apenas que esse se referiu a toda Educação Básica e Profissional do IF Baiano, fizemos uma simulação para demonstrar através do orçamento dos campi – Catu,

Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, no caso que se houvesse uma diretriz que obrigasse a utilização de um percentual específico para o ensino médio integrado, tendo em vista o seu atendimento segundo a lei de criação nº 11.892/2008.

Portanto, acreditamos que se o campus fosse direcionado a ter um percentual mínimo de 50% de vagas para o ensino médio técnico, deveria também utilizar um percentual fixo do recurso para esse público, nesse sentido, a realidade desses cursos seria outra. Nesse contexto imaginamos que seria possível com esse fato aumentar o número de alunos, de cursos, as adaptações necessárias e conseqüentemente a reformulação curricular, devido às demandas que fossem surgindo.

Deste modo, dando continuidade esclarecemos ainda, que quando realizamos as entrevistas com os respectivos gestores da época, ao abordarmos o tema Gestão/Orçamento o qual tinha como principal objetivo saber quanto do orçamento do campus era destinado ao ensino médio técnico, os gestores foram categóricos em afirmar que a legislação não previa nenhum percentual fixo para utilização com esse seguimento, a maioria afirmou que a gestão do recurso estava ligada com as necessidades das demandas internas, número de matrículas e grau de investimento dos cursos (baixo e alto grau). Como exemplo, foi utilizado o curso agropecuário como de alto grau, pois necessita de alojamento, refeitório, insumos para os animais e plantações, dentre outros, e o curso de informática como de baixo grau, pois o mesmo segundo o gestor dependia de menor recurso.

Professando o ponto de vista estabelecido anteriormente, o qual é meramente fictício, se a lei 11.892/2008 constituísse que os campi dos Institutos Federais também tivessem que garantir um percentual mínimo de 50% para o seguimento da educação básica, “cursos técnicos médios integrados”, com base no percentual de 55,96%, utilizado no programa Educação Profissional e Tecnológica – 2031, mencionado no relatório de gestão do ano de 2012 como o de maior importância, o qual teve um aporte considerável de dotação orçamentária, bem como inúmeras ações realizadas. Este Programa foi orçado na ordem R\$ 99.832.020,00 (noventa e nove milhões, oitocentos e trinta e dois mil e vinte reais), correspondendo a 55,96% do orçamento originário do Instituto. Entretanto, reafirmamos que essa simulação foi meramente fictícia.

Partindo desse referencial entendemos que quando a lei preconizou prioritariamente que os Institutos Federais deveriam ofertar o mínimo de 50% das vagas para educação básica, representadas no IF Baiano pelo ensino médio técnico integrado, deveria também garantir através da mesma legislação 11.892/2008 a alocação de um percentual orçamentário

específico para esse seguimento de natureza inviolável por campus. Só podendo ser utilizado para esse público.

**Quadro 14** – Simulação de recurso do Instituto Federal Baiano – Campus Catu, 2009 – 2012

IF Baiano – Campus Catu			
Rec. Financeiro Gastos Diretos por Órgão Executor	Anos	Orçamento	55,96%
	2009	R\$ 18.751.754,89	R\$ 10.493.482,04
	2010	R\$ 7.980.933,31	R\$ 4.466.130,28
	2011	R\$ 4.769.056,87	R\$ 2.668.764,22
	2012	R\$ 8.562.899,05	R\$ 4.791.798,31
Total orçamentário do IF Baiano desse período.		R\$ 40.064.644,12	R\$ 22.420.174,85

**Quadro 15** - Simulação de recurso do Instituto Federal Baiano – Campus Guanambi, 2009 – 2012

IF Baiano – Campus Guanambi			
Rec. Financeiro Gastos Diretos por Órgão Executor	Anos	Orçamento	55,96%
	2009	R\$ 10.047.283,25	R\$ 5.622.459,71
	2010	R\$ 6.715.614,76	R\$ 3.758.058,02
	2011	R\$ 7.402.874,84	R\$ 5.622.459,71
	2012	R\$ 7.248.948,69	R\$ 3.758.058,02
Total orçamentário do IF Baiano desse período.		R\$ 31.414.721,54	R\$ 17.579.678,17

**Quadro 16** – Simulação de recurso do Instituto Federal Baiano – Campus Santa Inês, 2009 – 2012

IF Baiano – Campus Santa Inês			
Rec. Financeiro Gastos Diretos por Órgão Executor	Anos	Orçamento	55,96%
	2009	R\$: 7.980.150,02	R\$ 4.465.691,95
	2010	R\$: 3.231.262,51	R\$ 1.808.214,50
	2011	R\$: 4.472.926,13	R\$ 4.465.691,95
	2012	R\$: 5.228.328,47	R\$ 1.808.214,50
Total orçamentário do IF Baiano desse período.		R\$: 20.912.667,13	R\$ 11.702.728,53

**Quadro 17** - Simulação de recurso do Instituto Federal Baiano – Campus Senhor do Bonfim, 2009 – 2012

IF Baiano – Campus Senhor do Bonfim			
Rec. Financeiro Gastos Diretos por Órgão Executor	Anos	Orçamento	55,96%
	2009	R\$ 9.074.288,33	R\$ 5.077.971,75
	2010	R\$ 2.691.533,45	R\$ 1.506.182,12
	2011	R\$ 5.389.854,94	R\$ 5.077.971,75
	2012	R\$ 7.825.074,66	R\$ 1.506.182,12
Total orçamentário do IF Baiano desse período.		R\$ 24.980.751,38	R\$ 13.979.228,47

Contudo, elucidamos que os recursos são utilizados por todo seguimento educacional contido no campus, tendo como únicos critérios as prioridades elencadas por cada equipe gestora. Nada obstante, acreditamos que esse seguimento da educação básica requer um acolhimento diferenciado em virtude do processo formativo que o discente dessa faixa etária necessita.

Diante de tantos questionamentos e reflexões acerca do ensino médio técnico percebemos que a partir da lei de criação dos Institutos Federais começou a surgir um processo de ressignificação da educação profissional, contudo quando destacamos algumas categorias de análises, pudemos evidenciar quais procedimentos poderiam ajudar a inovar essa nova perspectiva da educação profissional, uma vez que a mesma ainda está arraigada de elementos do passado.

Nesse intuito, elencamos alguns procedimentos os quais consideramos inovadores no contexto da gestão, alguns até já referendados anteriormente. Partindo desses pressupostos destacamos as possíveis inovações que podem alterar o atual contexto pedagógico da gestão do IF Baiano, tendo em vista as categorias: ofertas de vagas; novos cursos; currículo; recursos financeiros; servidores, técnicos administrativos e professores; estrutura física; e, estrutura administrativa. Uma vez que o aumento de matrículas e a criação de cursos foram muito discretos, bem como a ausência da reformulação dos currículos.

Sendo assim, sugerimos ouvir as comunidades acadêmica e local, através de fóruns específicos, como preconiza a LDBEN já referida anteriormente nos art. 12 e 14 constate às folhas 20 e 21 seja através dos conselhos escolares de forma mais efetiva, seja por meio de avaliações institucionais.

Outra ação sugerida refere-se à distribuição e melhor administração dos recursos destinados ao ensino médio por campus, tendo em vista a lei 11.892/2008, a qual preconizou o percentual mínimo de 50% de vagas para esse seguimento. No entanto, essa mesma legislação não determinou um percentual fixo do orçamento para ser utilizado com esse nível da educação básica. Pois, sua manutenção orçamentária restringe-se às matrículas, fato esse confirmado através das falas dos gestores: o GE1 disse que os recursos estão condicionados ao número de matrículas, para GE2 “cada aluno depende do regime de sistema”, o GE3 afirmou que “[...] não temos dentro do Instituto nenhum dado que possa nos levar, a dizer quanto o Instituto gasta hoje com o ensino médio”, e o GE4, afirmou que não tem conhecimento acerca da legislação.

Diante desse contexto, criamos um percentual fictício como possibilidade inovadora, porém, entendemos ser necessário um estudo prévio para identificação de um percentual possível o qual poderá ser alterado em cada período de gestão.

Defendemos a manutenção de um percentual fixo em virtude do que preconizou a lei, pois, achamos que esse pode ajudar a melhorar os cursos de nível médio técnico nos quesitos: melhor acolhimento, estrutura de aprendizagem resignificada, núcleos de pesquisa e extensão voltadas a esse público, aquisição de equipamentos, dentre outras possibilidades. Visto que ao analisarmos as tabelas e gráficos percebemos que o aumento de matrículas foi bem discreto, apenas dois cursos foram criados e nenhum curso foi reformulado, ou seja, o que o governo entende como carro chefe não vem tendo a valorização como deveria.

Após essas análises e reflexões ficaram evidentes a necessidade de reafirmação das perspectivas da gestão democrática visando envolver todos no processo a fim de auxiliar as tomadas de decisões e o aprimoramento das ações.

Por fim, ressaltamos que passada a fase de transição e adaptações, urge olhar com maior atenção para a etapa final da educação básica tendo em vista o contexto historicamente constituído no Brasil. Assim, o pensar e o agir pedagógico devem buscar as interações possíveis e necessárias entre os sujeitos que compõem o universo escolar: estudantes, professores, gestores, técnicos educacionais, comunidade, dentre outros, para perceber e contribuir com o desenvolvimento desses processos que permeiam a gestão democrática a fim de ressignificar os processos de transformação ocorridos na educação, melhor dizendo na saliência do IF Baiano.

Faz-se necessário integrar o médio com o técnico, a teoria com a prática, a gestão com a comunidade, sobretudo conectar a educação básica com a continuada, pois a aprendizagem consiste em um processo múltiplo e dinâmico de ir e vir constantes.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BAUER, Martin W. & GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRASIL. Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997. Regulamenta a Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, no âmbito federal, e determina outras providências. Revogado

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de junho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Publicado no D.O. U em 26/07/2004.

BRASIL. Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Publicado no D. O. U em 14/11/2007.

BRASIL. Decreto nº 83.935, de 4 de setembro de 1979. Altera a denominação dos estabelecimentos de ensino. Publicado no D.O.U em 05/09/1979, pág. 12891.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Publicado no DOU de 21/06/2007 e retificado no DOU de 22/06/2007.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 30 de dezembro de 2008.

BRASIL. Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas e dá outras providências. Publicado no D. O. U em 01/07/1993.

BRASIL. Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993. Transforma as Escolas Agrotécnicas Federais em autarquias e dá outras providências. Publicada no D. O. U em 17/11/1993.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Publicada no D.O. U em 26/12/1996.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação; *FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (Unicef)*. Estudo de boas práticas de educação pública em escolas avaliadas pela Prova Brasil: Caderno de Campo – orientações e instrumentos de trabalho para pesquisadores. Brasília, DF: MEC, Unicef, 2006.

BRASIL. Senado Federal. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96*. Brasília: 1996.

BRAVO, Ismael. *Gestão Educacional no Contexto da Territorialização*. Campinas, SP: Alínea, 2007.

BUARQUE, Cristovam. *A Federalização da Educação, Projeto Brasil 2022 – do Brasil que temos ao Brasil que queremos*; São Paulo, 07 e 08 de abril de 2006.

CASTRO, Claudio Moura. Blog A Entrevista: pontos de vista impopulares de Claudio de Moura Castro. Disponível em: < <http://www.grupoa.com.br/blogA/post/2013/11/07/BlogA-Entrevista-Claudio-de-Moura-Castro.aspx> >. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

CIAVATTA, Maria. *Arquivos da Memória do Trabalho e da Educação e a Formação Integrada*. Disponível em: < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo07/Maria%20Ciavatta%20-%20Texto.pdf> >. Acesso em 23 abril 2014.

EXPANSÃO DA REDE FEDERAL. DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Disponível em: < <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal> > acesso em 28 de abril de 2014.

FIALHO, Nadia Hage, RAMALHO, Betânia Leite. Sistemas de ensino e inclusão social: a dimensão pedagógica da gestão da educação. In: BONETI, L. W., ALMEIDA, N. P., HETKOWSKI, T.M. *Inclusão sociodigital: da teoria à prática*. Curitiba/PR: Imprensa Oficial, 2010. Disponível em: < <http://www.uneb.br/gestec/publicacoes-e-recursos-para-pesquisa/publicacoes/> >. Acesso em 30 ago. 2013.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução Joice Elias Costa. – 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação*. São Paulo, SP: UNESP, 2000.

Gil, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. *Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades*. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995.

IANNI, Octavio. *O Mundo do Trabalho*. Disponível em <[http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01\\_01.pdf](http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf)>. Acesso em: 23 abril 2014.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas 2001.

LIBÂNIO, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* 9. Ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

LUCK, Heloisa. A evolução da gestão educação a partir de mudança paradigmática. Bahia. Disponível em: <<http://progressãoead.files.wordpress.com/2009/09/a-evolução-da-gestao-educacional.luck.pdf>>

MENEZES, Maria Arlinda de Assis. Educação Profissional, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local e Regional: O Instituto Federal de Educação Baiano Campus Catu. 2011. 237 f.. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – UNIFACS, Salvador, 2011.

Ministério da Educação, Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica, Escola Agrotécnica Federal de Catu-Ba. Disponível em <[http://IFBaiano.edu.br/portal/wpcontent/uploads/2009/05/Historico\\_Escola\\_Agrotecnica\\_Federla\\_de\\_Catu.pdf](http://IFBaiano.edu.br/portal/wpcontent/uploads/2009/05/Historico_Escola_Agrotecnica_Federla_de_Catu.pdf)>. Acesso em: 08 de set. de 2014.

PACHECO, Eliezer. Org. *Institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica*. Brasília, São Paulo: Moderna, 2011.

PAIS, José Machado. *Vida Cotidiana: enigmas e revelações*, São Paulo, SP: Cortez, 2003.

PEREIRA, Roger. Educação, Pesquisa: excesso de disciplinas no ensino médio contribui para evasão. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/educacao/pesquisa-excesso-de-disciplinas-no-ensino-medio-contribui-para-evasao,b1050d9b48850410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>>. Acesso em 30 de agosto de 2014.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Gastos Diretos por Órgão Executor. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>>. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

SILVA, Caetana Juracy Resende. Org. *Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008, comentários e reflexões*. Natal: IFRN, 2009.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre, Bookman, 2001.

## **APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB  
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPUS I  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS  
 APLICADAS À EDUCAÇÃO (GESTEC)  
 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 1 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO E REDES SOCIAIS

PESQUISADOR: RICARDO PETRONIO MOREIRA DE SOUZA

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA**

A presente entrevista visa compreender os processos de gestão, no que condizem ao ensino médio técnico integrado no processo recente de implantação do IFBAIANO. Assim, almeja-se estudar os aspectos relacionados com esse objeto de estudo, levando-se em consideração o período de entrada do ensino médio técnico no IFBAIANO – 2009 a 2012. O senhor poderia nos dar essa entrevista sobre o referido assunto? \_\_\_\_\_. Para ser fiel aos dados coletados eu necessito gravar essa entrevista, está de acordo? \_\_\_\_\_. Esclareço que os dados coletados serão utilizados em nossa pesquisa resguardando-lhe. Nesses termos reitero o desejo de gravar a nossa conversa, o s.r. nos permite?

### **BLOCO 1**

#### TEMA 1 (Instituto Federal / Relevância)

(Objetivo: saber a concepção do professor em relação ao instituto federal ao que concerne a importância do IFBAIANO na sociedade pesquisada)

PERGUNTA: Professor o que é um Instituto Federal? E qual a sua relevância para o ensino médio técnico?

#### TEMA 2 (Escolas Agrotécnicas / Formação Discente)

(Objetivo: saber se as Escolas Agrotécnicas Baianas cumpriam o papel de preparar os discentes para o mundo do trabalho ou apenas para o mercado de trabalho).

PERGUNTA: As antigas Escolas Agrotécnicas eram efetivas no papel de qualificar pessoas para o mundo do trabalho ou apenas para o mercado?

#### TEMA 3 (Diferença IFBAIANO / EAFS)

(Objetivo: saber se o gestor tem a compreensão da principal diferença entre a EAFS e O IFBAIANO).

PERGUNTA: Qual a principal diferença das antigas Agrotécnicas e o atual IFBAIANO para o ensino médio técnico?

**TEMA 4 (Dificuldades / Criação do IFBAIANO)**

(Objetivo: saber qual foi para ele o maior entrave na criação do IFBAIANO)

**PERGUNTA:** Quais foram os entraves na criação do IFBAIANO para o ensino médio técnico?

Esgotado esse bloco de quatro perguntas seguiremos agora com a mudança do tema e passaremos a outros aspectos de relevância no contexto da gestão do ensino médio técnico do IFBAIANO.

**BLOCO 2****TEMA 1 (Gestão / Cursos)**

(Objetivo: saber se houve implantação de novos cursos nos campi no ensino médio técnico após a ifetização).

**PERGUNTA:** Houve a implantação de novos cursos para o ensino médio técnico nos campi de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim?

**TEMA 2 (Gestão / Desafios)**

(Objetivo: saber quais foram os principais desafios no processo de implantação dos novos cursos após o processo de criação do IFBAIANO)

**PERGUNTA:** Quais foram os principais desafios da gestão do Instituto, na implantação de novos cursos destinados ao ensino médio técnico nos campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim?

**TEMA 3 (Gestão / Primeiro Período 2009/2012)**

(Objetivo: saber se houve aumento do percentual de matrículas após a criação dos institutos).

**PERGUNTA:** Professor o senhor consegue precisar o aumento/percentual das matrículas referentes ao ensino médio técnico no primeiro período do IFBAIANO 2009/2012 quando comparadas a antes da ifetização?

**TEMA 4 (Gestão / Orçamento)**

(Objetivo: saber quanto do orçamento é destinado para o ensino médio técnico).

**PERGUNTA:** Professor o senhor poderia me dizer quanto do orçamento do IFBAIANO é destinado ao ensino médio técnico? Existe uma legislação específica para destinação desse orçamento destinado a esse público?

Esgotado esse bloco de quatro perguntas seguiremos agora com a mudança do tema e passaremos a outros aspectos de relevância no contexto da gestão do ensino médio técnico do IFBAIANO.

**BLOCO 3****TEMA 1 (Práticas de Gestão)**

(Objetivo: saber se houve novas práticas de gestão com a criação do Instituto ao que concerne a política específica para o ensino médio técnico).

**PERGUNTA:** Professor o que o senhor pode-me dizer sobre as práticas de gestão destinadas ao ensino médio técnico antes e depois da criação do IFBAIANO?

## TEMA 2 ( Processo de Formação do IFBAIANO)

(Objetivo: saber como foi a articulação com as demais escolas no que tange comunidade acadêmica, local e gestão no processo de criação do Instituto).

PERGUNTA: Como se deu o processo de formação do IFBAIANO? Independente do que preconiza a lei, a tarefa foi difícil no processo de articulação com as demais escolas?

## TEMA 3 ( Ensino integrado)

(Objetivo: saber se o currículo é comum em outros institutos e se foi reformulado com a criação do IFBAIANO).

PERGUNTA: Como funciona o currículo do ensino médio integrado, foi reformulado com a criação do IF? O mesmo é comum com os demais currículos dos outros IF's do Brasil?

## TEMA 4 (Possibilidades de Fazer Diferente)

(Objetivo: Saber se o gestor acredita em novas possibilidades de gestão que contemplem o novo em uma perspectiva progressista).

PERGUNTA: O senhor acredita que o instituto já cumpriu boa parte da missão a qual foi destinado? Oferecer educação profissional de qualidade, pública e gratuita, em todos os níveis e modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão.

## TEMA 5 (Gestão da Educação no Contexto do Ensino Médio)

(Objetivo: Deixar o gestor livre para que ele possa refletir e desenvolver uma linha de raciocínio que contemple o processo de gestão destinado ao ensino médio técnico do IFBAIANO).

PERGUNTA: Professor o senhor poderia refletir sobre a sua gestão especificamente ao que condizem os aspectos marcantes percebidos nesse período para o ensino médio técnico do IFBAIANO.

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES E TÉCNICOS**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À EDUCAÇÃO (GESTEC)  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 1 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO E REDES SOCIAIS**

**GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO  
TÉCNICO**

**Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IF Baiano no período de 2009 a  
2012 nos Campus de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim.**

**PESQUISADOR: RICARDO PETRONIO MOREIRA DE SOUZA**

**Questionário (Professores/Servidores)**

O presente questionário visa compreender os processos de gestão, no que condizem ao ensino médio técnico integrado no processo recente de implantação do IFBAIANO. Assim, almeja-se estudar os aspectos relacionados com esse objeto de estudo, levando-se em consideração o período de entrada do ensino médio técnico no IFBAIANO – 2009 a 2012. O senhor poderia responder sobre o referido assunto? \_\_\_\_\_  
Esclareço que os dados coletados serão utilizados em nossa pesquisa resguardando-lhe. Nesses termos reitero o desejo de aplicar esse questionário o s.r. esta de acordo? \_\_\_\_\_.

**TEMA-1 (IF Baiano / Formação Discente)**

- a) PERGUNTA: O Instituto Federal Baiano tem atendido a função social de qualificar os alunos do ensino médio técnico integrado para o mundo do trabalho?

---

---

---

---

---

**TEMA-2 (Criação do IF Baiano – Benefícios/Entraves)**

- b) PERGUNTA: Cite benefícios e entraves na criação do IF Baiano no que tange o ensino médio técnico integrado.

---

---

---

---

---

**TEMA-3 (Dificuldades / Criação do IF Baiano)**

- c) PERGUNTA: Quais foram os principais desafios para o gestor nesse período de implantação?

---

---

---

---

---

**TEMA-4 (Gestão / Cursos)**

- d) PERGUNTA: Houve aumento no número de matrículas do ensino médio técnico integrado com a criação do IF Baiano? (Obs: responda por seu campus)

---

---

---

---

---

**TEMA-5 (Gestão / Desafios)**

- e) PERGUNTA: Quais foram às mudanças perceptíveis por você em relação a: recursos financeiros, currículo, professores efetivos, estrutura física, dentre outras?

---

---

---

---

---

**TEMA-5 (Diferenças EAF – IF Baiano)**

- f) PERGUNTA: Qual a principal diferença das antigas Escolas Agrotécnicas e o atual Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico?

---

---

---

---

---

---

**APÊNDICE C – REGISTRO DE INFORMAÇÕES**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À EDUCAÇÃO (GESTEC)  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 1 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO E REDES SOCIAIS**

**GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO  
TÉCNICO**

**Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IF Baiano no período de 2009 a  
2012 nos Campus de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim.**

**PESQUISADOR: RICARDO PETRONIO MOREIRA DE SOUZA**

**REGISTRO DE INFORMAÇÕES**

O presente REGISTRO DE INFORMAÇÕES visa compreender os processos de gestão, no que condizem ao ensino médio técnico integrado no processo recente de implantação do IF Baiano. Assim, almeja-se estudar os aspectos relacionados com esse objeto de estudo, levando-se em consideração o período de entrada do ensino médio técnico no IFBAIANO – 2009 a 2012.

**1 – Qual era o orçamento total da EAF em 2008?**

---

---

---

**2 – Qual era o orçamento total do campus em 2010?**

---

---

---

**3 – Quantos alunos do ensino médio técnico integrado efetivaram matrícula nesse primeiro momento (2009) no campus?**

---

---

---

**4 – Quantos alunos do ensino médio técnico integrado concluíram o 3º ano em 2012?**

---

---

---

**5 – Qual o perfil desses alunos do ensino médio técnico integrado 1º/2º/3º ANOS? – Gênero:**

**Alunos do sexo masculino quantitativo em 2008:**

---

**Alunas do sexo feminino quantitativo em 2008:**

---

**Alunos do sexo masculino quantitativo em 2009:**

---

**Alunas do sexo feminino quantitativo em 2009:**

---

**6 – Quantos alunos foram aprovados no 3º ano do ensino médio técnico em 2012?**

---

**7 – Quantos alunos foram reprovados no 3º ano do ensino médio técnico em 2012?**

---

**8 – Qual o percentual de evasão do ensino médio técnico no primeiro período que compreende 2009 a 2012?**

---

**SETOR:**

\_\_\_\_\_  
**SERVIDOR/ASSINATURA**

**ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Universidade do Estado da Bahia**  
**Departamento de Educação – Campus I**  
**Programa de Pós – Graduação GESTEC**

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Eu, Valdério Santos Silva matrícula, 74335534-4 Diretor do Departamento de Educação, Campus I, da Universidade do Estado da Bahia, estou ciente e autorizo o (a) pesquisador (a) Ricardo Petronio Morcira de Souza a desenvolver nesta instituição o projeto de pesquisa intitulado Gestão da Educação no Contexto do Ensino Médio Técnico, Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IFBAIANO no Período de 2009 a 2012 nos Campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, o qual será executado em consonância com as normas e resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos, em especial a Resolução CNS 466/12. Declaro estar ciente de que a instituição proponente é corresponsável pela atividade de pesquisa proposta e executada pelos seus pesquisadores e dispõe da infraestrutura necessária para garantir o resguardo e bem estar dos sujeitos de pesquisa.

Salvador, 20 de Maio de 2014.

Assinatura e carimbo do  
responsável institucional

Prof. Dr. Valdério Santos Silva  
Diretor Pró-Tempore-DEDCI-NEB  
Matricula 74335534-4  
Port. nº 16/2014 D.O. de 03/01/2014

**ANEXO B – OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO IF BAIANO**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO  
GABINETE DO REITOR**

Rua do Rouxinol, 115 - Bairro do Imbuí, CEP: 41720-052 - Salvador-BA  
E-mail: [gabinete@ifbaiano.edu.br](mailto:gabinete@ifbaiano.edu.br) Telefone: 71 3186-0021

Ofício Circular nº 001/2014/IF BAIANO - GABINETE

Salvador, 02 de janeiro de 2014.

Aos Diretores Gerais dos *Campi* Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim.

**Assunto:** Autoriza realização de pesquisa na área de gestão da educação.

Senhores Diretores,

Em atenção à solicitação do servidor RICARDO PETRÔNIO MOREIRA DE SOUZA, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Siape 2524657, informamos que autorizamos o docente em apreço a realizar pesquisa nessa unidade, tendo em vista elaboração de trabalho para o Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação GESTEC, cursado na Universidade do Estado da Bahia.

Por oportuno, informamos que o tema da pesquisa refere-se à “GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO – Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IF Baiano no período de 2009 a 2012”, que contará com entrevistas, coletas de documentos e outros procedimentos.

Diante do exposto, solicitamos a colaboração de V.Sas. com vistas a promover os meios necessários para efetivação do referido pleito.

Atenciosamente,

  
**NILTON DE SANTANA DOS SANTOS**  
Reitor Substituto

## ANEXO C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIÃO METROPOLITANA DE  
EDUCAÇÃO E CULTURA S/C  
LTDA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IFBAIANO no Período de 2009 a 2012 nos Campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim.

**Pesquisador:** RICARDO PETRONIO MOREIRA DE SOUZA

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 30298314.4.0000.5600

**Instituição Proponente:**

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 726.659

**Data da Relatoria:** 18/06/2014

#### Apresentação do Projeto:

O presente trabalho tem como principal objetivo a investigação dos efeitos que as mudanças das denominadas Escolas Agrotécnicas, até então autarquias federais, sofreram em decorrência da lei de criação dos Institutos Federais. Nessa perspectiva, pretende-se identificar as transformações que ocorreram nesse processo de transição, tendo como principal foco o ensino médio técnico. Assim, almeja-se constatar os reais benefícios e vantagens da criação do IF Baiano e os possíveis entraves no seu processo de gestão da educação técnica. Nesse sentido, a mesma utilizará a abordagem qualitativa com o auxílio do estudo de caso, por se tratar de uma mudança institucional específica, sendo os sujeitos da investigação a comunidade escolar como: reitor, diretores dos campi, professores e técnicos, a fim de compreender a visão de quem estava no processo de transição.

#### Objetivo da Pesquisa:

De acordo com o autor:

"Objetivo Primário:

Analisar as implicações da formação do Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico, em seu processo de gestão.

Objetivo Secundário:

**Endereço:** Av. Luís Tarquínio Pontes Nº 600

**Bairro:** Centro

**CEP:** 42.700-000

**UF:** BA

**Município:** LAURO DE FREITAS

**Telefone:** (71)3378-8900

**Fax:** (71)3378-8900

**E-mail:** jose.fernando@kroton.com.br

UNIÃO METROPOLITANA DE  
EDUCAÇÃO E CULTURA S/C  
LTDA



Continuação do Parecer: 726.659

Identificar quais os principais benefícios do IFBAIANO para o ensino médio técnico em seu primeiro ciclo de formação; Visualizar os possíveis entraves no que condiz aos efeitos que o processo de "ifetização" possa ter ocasionado para o ensino médio técnico; Encontrar diferencial na gestão da educação do ensino médio técnico das antigas Agrotécnicas com o IFBAIANO."

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Segundo o pesquisador, em riscos: "Tendo em vista que esse trabalho propõe-se à análise de dados do período em que ocorreu a mudança dos discentes, bem como entrevistas dos gestores, docentes e técnicos que deverão comentar a sua vivência e o processo de gestão no auge de implantação do IFBAIANO, dentro de uma perspectiva qualitativa, pode se dizer que os riscos estão na fala dos que participaram do processo, na interpretação do que foi vivido por cada sujeito, a forma como irão "contar" a versão pessoal, pois cada um participou da mudança de acordo com sua história profissional e sobretudo de vida". Ainda, enquanto "Benefícios", informam que: "O gestor deve compreender o contexto educacional, se situando no quanto vivenciado pela comunidade educacional, dessa forma, urge que os processos referentes à gestão e formação de gestores se aproximem do ambiente sócio educacional, uma vez que a política educacional e os gestores que a conduzem devem criar mecanismos de administrar democraticamente. Sendo assim, percebemos a importância dessa pesquisa para contribuir com a gestão democrática e participativa na educação técnica, uma vez que se faz possível com o diálogo entre a comunidade escolar e a realidade que a circunda, bem como, a percepção das interferências geradas com o desenvolvimento socioeconômico do Estado. Sobretudo, deve a presente pesquisa gerar benefícios como proporcionar a avaliação do processo de "ifetização" para provocar na gestão indicativos de qualidade a serem atingidos. Contudo, sugerir práticas inovadoras que possam colaborar para a melhoria da qualidade na educação do ensino médio técnico, através da reflexão sobre gestão educacional nesse contexto".

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A pesquisa é de grande relevância acadêmica. Seus resultados podem contribuir com as políticas públicas do Ensino Profissional no país.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Termos de acordo com o solicitado.

**Recomendações:**

Recomenda-se a consulta constante da Resolução 466/2012 em caso de dúvidas e o retorno a este comitê quanto aos resultados obtidos e andamento da pesquisa.

Endereço: Av. Luís Tarquínio Pontes Nº 600  
Bairro: Centro CEP: 42.700-000  
UF: BA Município: LAURO DE FREITAS  
Telefone: (71)3378-8900 Fax: (71)3378-8900 E-mail: jose.fernando@kroton.com.br

UNIÃO METROPOLITANA DE  
EDUCAÇÃO E CULTURA S/C  
LTDA



Continuação do Parecer: 726.659

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Projeto aprovado.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

LAURO DE FREITAS, 23 de Julho de 2014

---

**Assinado por:**

**José Fernando Oliveira Costa**  
(Coordenador)

**Endereço:** Av. Luís Tarquínio Pontes Nº 600

**Bairro:** Centro

**CEP:** 42.700-000

**UF:** BA

**Município:** LAURO DE FREITAS

**Telefone:** (71)3378-8900

**Fax:** (71)3378-8900

**E-mail:** jose.fernando@kroton.com.br

## ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadores: Ricardo Petronio Moreira de Souza (Mestrando)  
Nadia Hage Fialho (Orientadora)

Contato: Avenida Ministro Antônio Carlos Magalhães, nº 377, Condomínio Arboris Praças Residenciais, Bloco 02, Apartº 202, Buraquinho, Lauro de Freitas – BA, CEP: 42.700-000 Tel.: (71) 92775173 / E-mail: ricardopetronio@ig.com.br.

Informa-se ao sujeito da pesquisa, intitulada *GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO, Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IFBAIANO no Período de 2009 a 2012 nos Campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos:*

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as implicações da criação do Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico. Constituindo como objetivos específicos:

- a) Discorrer sobre o processo de criação do IF Baiano “ifetização” para o ensino médio técnico na transição Escola – Instituto Federal, identificando entraves e benefícios;
- b) Identificar quais foram os principais benefícios que os alunos no ensino médio técnico obtiveram nos primeiros anos de criação “2009 a 2012” do Instituto Federal Baiano;
- c) Encontrar o diferencial na gestão da educação do ensino médio técnico das antigas Agrotécnicas e o IF Baiano.

Nessa perspectiva, pretende-se identificar as transformações que ocorreram nesse processo de transição, tendo como principal foco o ensino médio técnico. Almeja-se, contudo constatar os reais benefícios e vantagens da criação do IFBAIANO e os possíveis entraves no processo de gestão da educação técnica. Nesse sentido, a mesma utilizará a abordagem qualitativa com o auxílio do estudo de caso por se tratar de uma mudança institucional específica, sendo os sujeitos da investigação a comunidade escolar (reitor, diretores de campi, professores e técnicos), a fim de compreender a visão de quem estava no processo de transição, assim, será indicada para os gestores entrevista semi-estruturada, conforme gravação da voz do sujeito, já para os técnicos e professores será utilizado questionário, contudo, esses instrumentos farão parte dos dados do estudo de caso, os quais devem contribuir com as políticas públicas do Ensino Profissional. Não obstante, garante-se maiores esclarecimentos durante o processo da pesquisa, pois essa terá o resultado informado quando for concluída, informa-se ainda que os sujeitos dessa pesquisa tem a prerrogativa de recusar a participação ou até mesmo de retirar o seu consentimento em qualquer momento sem nenhum constrangimento para o mesmo. Nesses termos, o sigilo será assegurado da privacidade do sujeito referente aos dados que foram relatados. Por fim, elucida-se que o sujeito da pesquisa tem o direito de acionar judicialmente se a sua imagem for arranhada por danos decorrentes dessa.

Diante dos fatos explicados, Eu, sujeito da pesquisa, Alex Batista Dias, RG Nº 2.057.151-84 dou anuência como parte da pesquisa uma vez que essa utilizará a transcrição da minha fala e/ou questionário em trabalhos acadêmicos dela resultantes, assim, autorizo a minha participação na pesquisa, ao assinar o presente termo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC

Assinatura do sujeito da pesquisa

Assinatura do pesquisador

COMITÊ DE ÉTICA UNIÃO METROPOLITANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/C LTDA  
Av. Luís Tarquínio Pontes Nº 600  
Bairro: Centro, Lauro de Freitas – BA.  
Telefone: (71) 3378-8900

**ANEXO E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pesquisadores: Ricardo Petronio Moreira de Souza (Mestrando)  
Nadia Hage Fialho (Orientadora)

Contato: Avenida Ministro Antônio Carlos Magalhães, nº 377, Condomínio Arboris Praças Residenciais, Bloco 02, Apartº 202, Buraquinho, Lauro de Freitas – BA, CEP: 42.700-000 Tel.: (71) 92775173 / E-mail: ricardopetronio@ig.com.br.

Informa-se ao sujeito da pesquisa, intitulada GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO, Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IFBAIANO no Período de 2009 a 2012 nos Campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, conforme *Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos*:

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as implicações da criação do Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico. Constituindo como objetivos específicos:

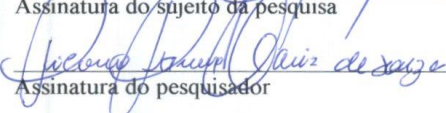
- a) Discorrer sobre o processo de criação do IF Baiano “ifetização” para o ensino médio técnico na transição Escola – Instituto Federal, identificando entraves e benefícios;
- b) Identificar quais foram os principais benefícios que os alunos no ensino médio técnico obtiveram nos primeiros anos de criação “2009 a 2012” do Instituto Federal Baiano;
- c) Encontrar o diferencial na gestão da educação do ensino médio técnico das antigas Agrotécnicas e o IF Baiano.

Nessa perspectiva, pretende-se identificar as transformações que ocorreram nesse processo de transição, tendo como principal foco o ensino médio técnico. Almeja-se, contudo constatar os reais benefícios e vantagens da criação do IFBAIANO e os possíveis entraves no processo de gestão da educação técnica. Nesse sentido, a mesma utilizará a abordagem qualitativa com o auxílio do estudo de caso por se tratar de uma mudança institucional específica, sendo os sujeitos da investigação a comunidade escolar (reitor, diretores de campi, professores e técnicos), a fim de compreender a visão de quem estava no processo de transição, assim, será indicada para os gestores entrevista semi-estruturada, conforme gravação da voz do sujeito, já para os técnicos e professores será utilizado questionário, contudo, esses instrumentos farão parte dos dados do estudo de caso, os quais devem contribuir com as políticas públicas do Ensino Profissional. Não obstante, garante-se maiores esclarecimentos durante o processo da pesquisa, pois essa terá o resultado informado quando for concluída, informa-se ainda que os sujeitos dessa pesquisa tem a prerrogativa de recusar a participação ou até mesmo de retirar o seu consentimento em qualquer momento sem nenhum constrangimento para o mesmo. Nesses termos, o sigilo será assegurado da privacidade do sujeito referente aos dados que foram relatados. Por fim, elucida-se que o sujeito da pesquisa tem o direito de acionar judicialmente se a sua imagem for arranhada por danos decorrentes dessa.

Diante dos fatos explicados, Eu, sujeito da pesquisa, *Arisuama Rodrigues do Santos*  
RG Nº 5210681-8 dou anuência como parte da pesquisa uma vez que essa utilizará a transcrição da minha fala e/ou questionário em trabalhos acadêmicos dela resultantes, assim, autorizo a minha participação na pesquisa, ao assinar o presente termo.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC**

  
Assinatura do sujeito da pesquisa

  
Assinatura do pesquisador

COMITÊ DE ÉTICA UNIÃO METROPOLITANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/C LTDA  
Av. Luís Tarquínio Pontes N° 600  
Bairro: Centro, Lauro de Freitas – BA.  
Telefone: (71) 3378-8900

## ANEXO F – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC**

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadores: Ricardo Petronio Moreira de Souza (Mestrando)  
Nadia Hage Fialho (Orientadora)

Contato: Avenida Ministro Antônio Carlos Magalhães, nº 377, Condomínio Arboris Praças Residenciais, Bloco 02, Apartº 202, Buraquinho, Lauro de Freitas – BA, CEP: 42.700-000 Tel.: (71) 92775173 / E-mail: ricardopetronio@ig.com.br.

Informa-se ao sujeito da pesquisa, intitulada GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO, Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IFBAIANO no Período de 2009 a 2012 nos Campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos:

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as implicações da criação do Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico. Constituindo como objetivos específicos:

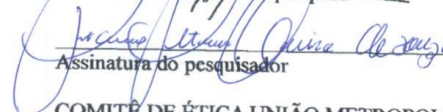
- a) Discorrer sobre o processo de criação do IF Baiano “ifetização” para o ensino médio técnico na transição Escola – Instituto Federal, identificando entraves e benefícios;
- b) Identificar quais foram os principais benefícios que os alunos no ensino médio técnico obtiveram nos primeiros anos de criação “2009 a 2012” do Instituto Federal Baiano;
- c) Encontrar o diferencial na gestão da educação do ensino médio técnico das antigas Agrotécnicas e o IF Baiano.

Nessa perspectiva, pretende-se identificar as transformações que ocorreram nesse processo de transição, tendo como principal foco o ensino médio técnico. Almeja-se, contudo constatar os reais benefícios e vantagens da criação do IFBAIANO e os possíveis entraves no processo de gestão da educação técnica. Nesse sentido, a mesma utilizará a abordagem qualitativa com o auxílio do estudo de caso por se tratar de uma mudança institucional específica, sendo os sujeitos da investigação a comunidade escolar (reitor, diretores de campi, professores e técnicos), a fim de compreender a visão de quem estava no processo de transição, assim, será indicada para os gestores entrevista semi-estruturada, conforme gravação da voz do sujeito, já para os técnicos e professores será utilizado questionário, contudo, esses instrumentos farão parte dos dados do estudo de caso, os quais devem contribuir com as políticas públicas do Ensino Profissional. Não obstante, garante-se maiores esclarecimentos durante o processo da pesquisa, pois essa terá o resultado informado quando for concluída, informa-se ainda que os sujeitos dessa pesquisa tem a prerrogativa de recusar a participação ou até mesmo de retirar o seu consentimento em qualquer momento sem nenhum constrangimento para o mesmo. Nesses termos, o sigilo será assegurado da privacidade do sujeito referente aos dados que foram relatados. Por fim, elucida-se que o sujeito da pesquisa tem o direito de acionar judicialmente se a sua imagem for arranhada por danos decorrentes dessa.

Diante dos fatos explicados, Eu, sujeito da pesquisa, João Luís Almeida Feitosa, RG Nº 719255 dou anuência como parte da pesquisa uma vez que essa utilizará a transcrição da minha fala e/ou questionário em trabalhos acadêmicos dela resultantes, assim, autorizo a minha participação na pesquisa, ao assinar o presente termo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC

  
Assinatura do sujeito da pesquisa

  
Assinatura do pesquisador

COMITÊ DE ÉTICA UNIÃO METROPOLITANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/C LTDA  
Av. Luís Tarquínio Pontes Nº 600  
Bairro: Centro, Lauro de Freitas – BA.  
Telefone: (71) 3378-8900

## ANEXO G – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pesquisadores: Ricardo Petronio Moreira de Souza (Mestrando)  
Nadia Hage Fialho (Orientadora)

Contato: Avenida Ministro Antônio Carlos Magalhães, nº 377, Condomínio Arboris Praças Residenciais, Bloco 02, Apartº 202, Buraquinho, Lauro de Freitas – BA, CEP: 42.700-000 Tel.: (71) 92775173 / E-mail: ricardopetronio@ig.com.br.

Informa-se ao sujeito da pesquisa, intitulada GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO, Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IFBAIANO no Período de 2009 a 2012 nos Campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, conforme *Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos:*

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as implicações da criação do Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico. Constituindo como objetivos específicos:

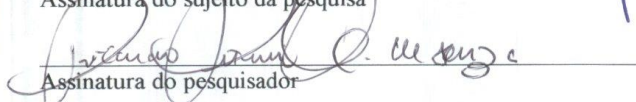
- a) Discorrer sobre o processo de criação do IF Baiano “ifetização” para o ensino médio técnico na transição Escola – Instituto Federal, identificando entraves e benefícios;
- b) Identificar quais foram os principais benefícios que os alunos no ensino médio técnico obtiveram nos primeiros anos de criação “2009 a 2012” do Instituto Federal Baiano;
- c) Encontrar o diferencial na gestão da educação do ensino médio técnico das antigas Agrotécnicas e o IF Baiano.

Nessa perspectiva, pretende-se identificar as transformações que ocorreram nesse processo de transição, tendo como principal foco o ensino médio técnico. Almeja-se, contudo constatar os reais benefícios e vantagens da criação do IFBAIANO e os possíveis entraves no processo de gestão da educação técnica. Nesse sentido, a mesma utilizará a abordagem qualitativa com o auxílio do estudo de caso por se tratar de uma mudança institucional específica, sendo os sujeitos da investigação a comunidade escolar (reitor, diretores de campi, professores e técnicos), a fim de compreender a visão de quem estava no processo de transição, assim, será indicada para os gestores entrevista semi-estruturada, conforme gravação da voz do sujeito, já para os técnicos e professores será utilizado questionário, contudo, esses instrumentos farão parte dos dados do estudo de caso, os quais devem contribuir com as políticas públicas do Ensino Profissional. Não obstante, garante-se maiores esclarecimentos durante o processo da pesquisa, pois essa terá o resultado informado quando for concluída, informa-se ainda que os sujeitos dessa pesquisa tem a prerrogativa de recusar a participação ou até mesmo de retirar o seu consentimento em qualquer momento sem nenhum constrangimento para o mesmo. Nesses termos, o sigilo será assegurado da privacidade do sujeito referente aos dados que foram relatados. Por fim, elucida-se que o sujeito da pesquisa tem o direito de acionar judicialmente se a sua imagem for arranhada por danos decorrentes dessa.

Diante dos fatos explicados, Eu, sujeito da pesquisa, Osvaldo Santos de Paula, RG Nº 1411084-95 dou anuência como parte da pesquisa uma vez que essa utilizará a transcrição da minha fala e/ou questionário em trabalhos acadêmicos dela resultantes, assim, autorizo a minha participação na pesquisa, ao assinar o presente termo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC

  
Assinatura do sujeito da pesquisa

  
Assinatura do pesquisador

COMITÊ DE ÉTICA UNIÃO METROPOLITANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/C LTDA  
Av. Luís Tarquínio Pontes Nº 600  
Bairro: Centro, Lauro de Freitas – BA.  
Telefone: (71) 3378-8900

## ANEXO H – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadores: Ricardo Petronio Moreira de Souza (Mestrando)  
Nadia Hage Fialho (Orientadora)

Contato: Avenida Ministro Antônio Carlos Magalhães, nº 377, Condomínio Arboris Praças Residenciais, Bloco 02, Apartº 202, Buraquinho, Lauro de Freitas – BA, CEP: 42.700-000 Tel.: (71) 92775173 / E-mail: ricardopetronio@ig.com.br.

Informa-se ao sujeito da pesquisa, intitulada GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO, Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IFBAIANO no Período de 2009 a 2012 nos Campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, conforme *Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos*:

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as implicações da criação do Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico. Constituindo como objetivos específicos:

- a) Discorrer sobre o processo de criação do IF Baiano “ifetização” para o ensino médio técnico na transição Escola – Instituto Federal, identificando entraves e benefícios;
- b) Identificar quais foram os principais benefícios que os alunos no ensino médio técnico obtiveram nos primeiros anos de criação “2009 a 2012” do Instituto Federal Baiano;
- c) Encontrar o diferencial na gestão da educação do ensino médio técnico das antigas Agrotécnicas e o IF Baiano.

Nessa perspectiva, pretende-se identificar as transformações que ocorreram nesse processo de transição, tendo como principal foco o ensino médio técnico. Almeja-se, contudo constatar os reais benefícios e vantagens da criação do IFBAIANO e os possíveis entraves no processo de gestão da educação técnica. Nesse sentido, a mesma utilizará a abordagem qualitativa com o auxílio do estudo de caso por se tratar de uma mudança institucional específica, sendo os sujeitos da investigação a comunidade escolar (reitor, diretores de campi, professores e técnicos), a fim de compreender a visão de quem estava no processo de transição, assim, será indicada para os gestores entrevista semi-estruturada, conforme gravação da voz do sujeito, já para os técnicos e professores será utilizado questionário, contudo, esses instrumentos farão parte dos dados do estudo de caso, os quais devem contribuir com as políticas públicas do Ensino Profissional. Não obstante, garante-se maiores esclarecimentos durante o processo da pesquisa, pois essa terá o resultado informado quando for concluída, informa-se ainda que os sujeitos dessa pesquisa tem a prerrogativa de recusar a participação ou até mesmo de retirar o seu consentimento em qualquer momento sem nenhum constrangimento para o mesmo. Nesses termos, o sigilo será assegurado da privacidade do sujeito referente aos dados que foram relatados. Por fim, elucida-se que o sujeito da pesquisa tem o direito de acionar judicialmente se a sua imagem for arranhada por danos decorrentes dessa.

Diante dos fatos explicados, Eu, sujeito da pesquisa, Nivaldo Moreira Cavalcante, RG Nº 6592648-03 dou anuência como parte da pesquisa uma vez que essa utilizará a transcrição da minha fala e/ou questionário em trabalhos acadêmicos dela resultantes, assim, autorizo a minha participação na pesquisa, ao assinar o presente termo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC

  
Assinatura do sujeito da pesquisa

  
Assinatura do pesquisador

COMITÊ DE ÉTICA UNIÃO METROPOLITANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/C LTDA  
Av. Luís Tarquínio Pontes Nº 600  
Bairro: Centro, Lauro de Freitas – BA.  
Telefone: (71) 3378-8900

## ANEXO I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pesquisadores: Ricardo Petronio Moreira de Souza (Mestrando)  
Nadia Hage Fialho (Orientadora)

Contato: Avenida Ministro Antônio Carlos Magalhães, nº 377, Condomínio Arboris Praças Residenciais, Bloco 02, Apartº 202, Buraquinho, Lauro de Freitas – BA, CEP: 42.700-000 Tel.: (71) 92775173 / E-mail: ricardopetronio@ig.com.br.

Informa-se ao sujeito da pesquisa, intitulada GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO, Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IFBAIANO no Período de 2009 a 2012 nos Campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, conforme *Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos:*

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as implicações da criação do Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico. Constituindo como objetivos específicos:

- a) Discorrer sobre o processo de criação do IF Baiano “ifetização” para o ensino médio técnico na transição Escola – Instituto Federal, identificando entraves e benefícios;
- b) Identificar quais foram os principais benefícios que os alunos no ensino médio técnico obtiveram nos primeiros anos de criação “2009 a 2012” do Instituto Federal Baiano;
- c) Encontrar o diferencial na gestão da educação do ensino médio técnico das antigas Agrotécnicas e o IF Baiano.

Nessa perspectiva, pretende-se identificar as transformações que ocorreram nesse processo de transição, tendo como principal foco o ensino médio técnico. Almeja-se, contudo constatar os reais benefícios e vantagens da criação do IFBAIANO e os possíveis entraves no processo de gestão da educação técnica. Nesse sentido, a mesma utilizará a abordagem qualitativa com o auxílio do estudo de caso por se tratar de uma mudança institucional específica, sendo os sujeitos da investigação a comunidade escolar (reitor, diretores de campi, professores e técnicos), a fim de compreender a visão de quem estava no processo de transição, assim, será indicada para os gestores entrevista semi-estruturada, conforme gravação da voz do sujeito, já para os técnicos e professores será utilizado questionário, contudo, esses instrumentos farão parte dos dados do estudo de caso, os quais devem contribuir com as políticas públicas do Ensino Profissional. Não obstante, garante-se maiores esclarecimentos durante o processo da pesquisa, pois essa terá o resultado informado quando for concluída, informa-se ainda que os sujeitos dessa pesquisa tem a prerrogativa de recusar a participação ou até mesmo de retirar o seu consentimento em qualquer momento sem nenhum constrangimento para o mesmo. Nesses termos, o sigilo será assegurado da privacidade do sujeito referente aos dados que foram relatados. Por fim, elucida-se que o sujeito da pesquisa tem o direito de acionar judicialmente se a sua imagem for arranhada por danos decorrentes dessa.

Diante dos fatos explicados, Eu, sujeito da pesquisa, DANIELE SILVA DE MATOS, RG Nº 0841521255 dou anuência como parte da pesquisa uma vez que essa utilizará a transcrição da minha fala e/ou questionário em trabalhos acadêmicos dela resultantes, assim, autorizo a minha participação na pesquisa, ao assinar o presente termo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias  
Aplicadas à  
Educação – GESTEC

*Cameli Silva de Mato*

Assinatura do sujeito da pesquisa

*Luciana Freitas Cameli de Souza*

Assinatura do pesquisador

COMITÊ DE ÉTICA UNIÃO METROPOLITANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/C LTDA  
Av. Luís Tarquínio Pontes Nº 600  
Bairro: Centro, Lauro de Freitas – BA.  
Telefone: (71) 3378-8900

## ANEXO J – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pesquisadores: Ricardo Petronio Moreira de Souza (Mestrando)  
Nadia Hage Fialho (Orientadora)

Contato: Avenida Ministro Antônio Carlos Magalhães, nº 377, Condomínio Arboris Praças Residenciais, Bloco 02, Apartº 202, Buraquinho, Lauro de Freitas – BA, CEP: 42.700-000 Tel.: (71) 92775173 / E-mail: ricardopetronio@ig.com.br.

Informa-se ao sujeito da pesquisa, intitulada GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO, Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IFBAIANO no Período de 2009 a 2012 nos Campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos:

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as implicações da criação do Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico. Constituindo como objetivos específicos:

- a) Discorrer sobre o processo de criação do IF Baiano “ifetização” para o ensino médio técnico na transição Escola – Instituto Federal, identificando entraves e benefícios;
- b) Identificar quais foram os principais benefícios que os alunos no ensino médio técnico obtiveram nos primeiros anos de criação “2009 a 2012” do Instituto Federal Baiano;
- c) Encontrar o diferencial na gestão da educação do ensino médio técnico das antigas Agrotécnicas e o IF Baiano.

Nessa perspectiva, pretende-se identificar as transformações que ocorreram nesse processo de transição, tendo como principal foco o ensino médio técnico. Almeja-se, contudo constatar os reais benefícios e vantagens da criação do IFBAIANO e os possíveis entraves no processo de gestão da educação técnica. Nesse sentido, a mesma utilizará a abordagem qualitativa com o auxílio do estudo de caso por se tratar de uma mudança institucional específica, sendo os sujeitos da investigação a comunidade escolar (reitor, diretores de campi, professores e técnicos), a fim de compreender a visão de quem estava no processo de transição, assim, será indicada para os gestores entrevista semi-estruturada, conforme gravação da voz do sujeito, já para os técnicos e professores será utilizado questionário, contudo, esses instrumentos farão parte dos dados do estudo de caso, os quais devem contribuir com as políticas públicas do Ensino Profissional. Não obstante, garante-se maiores esclarecimentos durante o processo da pesquisa, pois essa terá o resultado informado quando for concluída, informa-se ainda que os sujeitos dessa pesquisa tem a prerrogativa de recusar a participação ou até mesmo de retirar o seu consentimento em qualquer momento sem nenhum constrangimento para o mesmo. Nesses termos, o sigilo será assegurado da privacidade do sujeito referente aos dados que foram relatados. Por fim, elucida-se que o sujeito da pesquisa tem o direito de acionar judicialmente se a sua imagem for arranhada por danos decorrentes dessa.

Diante dos fatos explicados, Eu, sujeito da pesquisa, AÉLIO JOSÉ ARAUJO P. DUARTE, RG Nº 4281330 dou anuência como parte da pesquisa uma vez que essa utilizará a transcrição da minha fala e/ou questionário em trabalhos acadêmicos dela resultantes, assim, autorizo a minha participação na pesquisa, ao assinar o presente termo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC

Assinatura do sujeito da pesquisa

Assinatura do pesquisador

COMITÊ DE ÉTICA UNIÃO METROPOLITANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/C LTDA  
Av. Luís Tarquínio Pontes Nº 600  
Bairro: Centro, Lauro de Freitas – BA.  
Telefone: (71) 3378-8900

## ANEXO K – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadores: Ricardo Petronio Moreira de Souza (Mestrando)  
Nadia Hage Fialho (Orientadora)

Contato: Avenida Ministro Antônio Carlos Magalhães, nº 377, Condomínio Arboris Praças Residenciais, Bloco 02, Apartº 202, Buraquinho, Lauro de Freitas – BA, CEP: 42.700-000 Tел.: (71) 92775173 / E-mail: ricardopetronio@ig.com.br.

Informa-se ao sujeito da pesquisa, intitulada GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO, Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IFBAIANO no Período de 2009 a 2012 nos Campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, conforme *Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos*:


O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as implicações da criação do Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico. Constituindo como objetivos específicos:

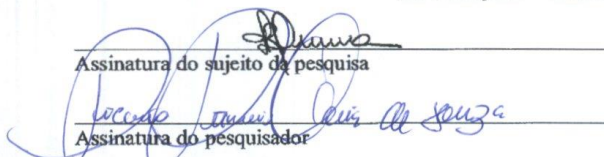
- a) Discorrer sobre o processo de criação do IF Baiano “ifetização” para o ensino médio técnico na transição Escola – Instituto Federal, identificando entraves e benefícios;
- b) Identificar quais foram os principais benefícios que os alunos no ensino médio técnico obtiveram nos primeiros anos de criação “2009 a 2012” do Instituto Federal Baiano;
- c) Encontrar o diferencial na gestão da educação do ensino médio técnico das antigas Agrotécnicas e o IF Baiano.

Nessa perspectiva, pretende-se identificar as transformações que ocorreram nesse processo de transição, tendo como principal foco o ensino médio técnico. Almeja-se, contudo constatar os reais benefícios e vantagens da criação do IFBAIANO e os possíveis entraves no processo de gestão da educação técnica. Nesse sentido, a mesma utilizará a abordagem qualitativa com o auxílio do estudo de caso por se tratar de uma mudança institucional específica, sendo os sujeitos da investigação a comunidade escolar (reitor, diretores de campi, professores e técnicos), a fim de compreender a visão de quem estava no processo de transição, assim, será indicada para os gestores entrevista semi-estruturada, conforme gravação da voz do sujeito, já para os técnicos e professores será utilizado questionário, contudo, esses instrumentos farão parte dos dados do estudo de caso, os quais devem contribuir com as políticas públicas do Ensino Profissional. Não obstante, garante-se maiores esclarecimentos durante o processo da pesquisa, pois essa terá o resultado informado quando for concluída, informa-se ainda que os sujeitos dessa pesquisa tem a prerrogativa de recusar a participação ou até mesmo de retirar o seu consentimento em qualquer momento sem nenhum constrangimento para o mesmo. Nesses termos, o sigilo será assegurado da privacidade do sujeito referente aos dados que foram relatados. Por fim, elucida-se que o sujeito da pesquisa tem o direito de acionar judicialmente se a sua imagem for arranhada por danos decorrentes dessa.

Diante dos fatos explicados, Eu, sujeito da pesquisa, Reginaldo Junior de Neves Rodrigues  
RG Nº 05443350-90 dou anuência como parte da pesquisa uma vez que essa utilizará a transcrição da minha fala e/ou questionário em trabalhos acadêmicos dela resultantes, assim, autorizo a minha participação na pesquisa, ao assinar o presente termo.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC

  
Assinatura do sujeito da pesquisa

  
Assinatura do pesquisador

COMITÊ DE ÉTICA UNIÃO METROPOLITANA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S/C LTDA  
Av. Luís Tarquínio Pontes Nº 600  
Bairro: Centro, Lauro de Freitas – BA.  
Telefone: (71) 3378-8900

**ANEXO L – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS  
APLICADAS À  
EDUCAÇÃO – GESTEC**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pesquisadores: Ricardo Petronio Moreira de Souza (Mestrando)  
Nadia Hage Fialho (Orientadora)

Contato: Avenida Ministro Antônio Carlos Magalhães, nº 377, Condomínio Arboris Praças Residenciais, Bloco 02, Apartº 202, Buraquinho, Lauro de Freitas – BA, CEP: 42.700-000 Tel.: (71) 92775173 / E-mail: ricardopetronio@ig.com.br.

Informa-se ao sujeito da pesquisa, intitulada *GESTÃO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO TÉCNICO*, Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IFBAIANO no Período de 2009 a 2012 nos Campi Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, conforme *Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, a qual seguirá os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos*:

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar as implicações da criação do Instituto Federal Baiano para o ensino médio técnico. Constituindo como objetivos específicos:

- a) Discorrer sobre o processo de criação do IF Baiano “ifetização” para o ensino médio técnico na transição Escola – Instituto Federal, identificando entraves e benefícios;
- b) Identificar quais foram os principais benefícios que os alunos no ensino médio técnico obtiveram nos primeiros anos de criação “2009 a 2012” do Instituto Federal Baiano;
- c) Encontrar o diferencial na gestão da educação do ensino médio técnico das antigas Agrotécnicas e o IF Baiano.

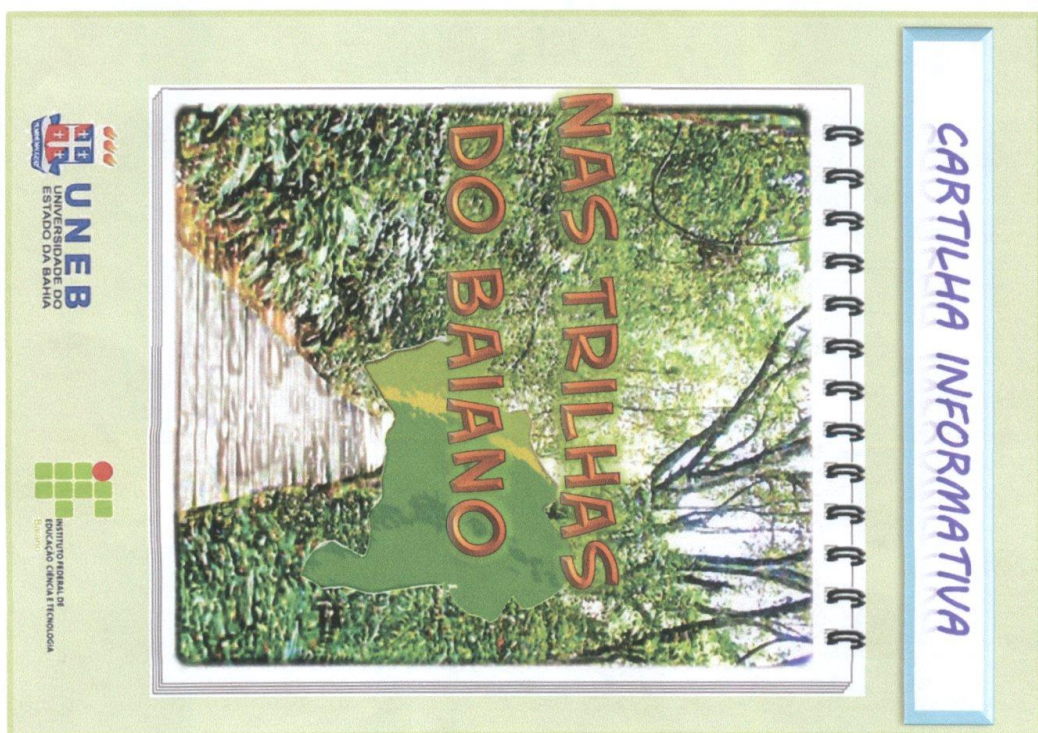
Nessa perspectiva, pretende-se identificar as transformações que ocorreram nesse processo de transição, tendo como principal foco o ensino médio técnico. Almeja-se, contudo constatar os reais benefícios e vantagens da criação do IFBAIANO e os possíveis entraves no processo de gestão da educação técnica. Nesse sentido, a mesma utilizará a abordagem qualitativa com o auxílio do estudo de caso por se tratar de uma mudança institucional específica, sendo os sujeitos da investigação a comunidade escolar (reitor, diretores de campi, professores e técnicos), a fim de compreender a visão de quem estava no processo de transição, assim, será indicada para os gestores entrevista semi-estruturada, conforme gravação da voz do sujeito, já para os técnicos e professores será utilizado questionário, contudo, esses instrumentos farão parte dos dados do estudo de caso, os quais devem contribuir com as políticas públicas do Ensino Profissional. Não obstante, garante-se maiores esclarecimentos durante o processo da pesquisa, pois essa terá o resultado informado quando for concluída, informa-se ainda que os sujeitos dessa pesquisa tem a prerrogativa de recusar a participação ou até mesmo de retirar o seu consentimento em qualquer momento sem nenhum constrangimento para o mesmo. Nesses termos, o sigilo será assegurado da privacidade do sujeito referente aos dados que foram relatados. Por fim, elucida-se que o sujeito da pesquisa tem o direito de acionar judicialmente se a sua imagem for arranhada por danos decorrentes dessa.

Diante dos fatos explicados, Eu, sujeito da pesquisa, VELIAN COSTA NASCIMENTO, RG N° \_\_\_\_\_ dou anuência como parte da pesquisa uma vez que essa utilizará a transcrição da minha fala e/ou questionário em trabalhos acadêmicos dela resultantes, assim, autorizo a minha participação na pesquisa, ao assinar o presente termo.

## ANEXO M – PRODUTO – CARTILHA INFORMATIVA “NAS TRILHAS DO BAIANO”



IF Baiano/Reitoria: Rua do Rouxinol, 115, Imbuí,  
Salvador-BA. CEP: 41.720-052. Tel.: 71-3186-0001



## APRESENTAÇÃO

*“A consciência do mundo e a consciência de mim  
me fazem um ser não apenas no mundo,  
mas com o mundo e com os outros”.*

*Paulo Freire*

A presente cartilha informativa, *Nas Trilhas do Baiano*, consiste no produto final da pesquisa intitulada “Gestão da Educação no Contexto do Ensino Médio Técnico: Um Estudo do Ensino Médio Técnico do IF Baiano no período 2009 a 2012 nos Campi de: Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim”, apresentado ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC, da Universidade do Estado da Bahia, a qual aborda acerca do estudo realizado pontuando a citação do IF Baiano através da Lei nº 11.892/2008 e seus campi basilares formados pelas antigas Escolas Agro técnicas Federais da Bahia nas cidades de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim; a gestão da educação no contexto do ensino médio técnico, apresentando sugestões e ações inovadoras de forma clara e objetiva visando gerar reflexões na comunidade educacional.

**REALIZAÇÃO**  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA/ INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

**ELABORAÇÃO**  
Ricardo Petronio Moreira de Souza

**APOIO**  
Prof.ª Drª Nadia Hage Fialho (Orientadora)

**COLABORAÇÃO/PRODUÇÃO GRÁFICA**  
Waleska Reis de Menezes Souza

**CONTATO**  
ricardopetronio@ig.com.br | secretariagestec@uneb.br

*Integrar o médio com o técnico,  
a teoria com a prática, a gestão com  
a comunidade, sobretudo conectar a  
educação básica com a continuada,  
pois a aprendizagem consiste em um  
processo múltiplo e dinâmico de ir e  
vir constantes.*

## TRILHA DAS POSSIBILIDADES

Novas possibilidades, novas ações indicam novas

trilhas...

- Escuta das comunidades acadêmica e local;
- Avaliação Institucional;
- Distribuição de recursos destinados ao ensino médio por campus, considerando 50% das vagas para esses estudantes, tendo em vista a lei 11.892/2008;
- Núcleos de pesquisa e extensão voltadas a esse público;
- Ações pedagógicas que possibilitem interações entre as disciplinas técnicas e propedêuticas;
- Criação de banco de dados informatizado.

18

## TRILHA DO CONHECIMENTO

O Ensino Médio e a Educação Técnica

O ensino médio técnico pode estabelecer um elo em direção ao ensino médio convencional, uma vez que essa modalidade de ensino destina-se a estudantes do ensino médio em curso ou aqueles que já concluíram seus estudos.

### Decreto nº 5.154/2004

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2o do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

- I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;
- II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;
- III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

3

*§1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:*

*I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;*

*II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:*

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;*
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;*
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;*

*III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.*

4

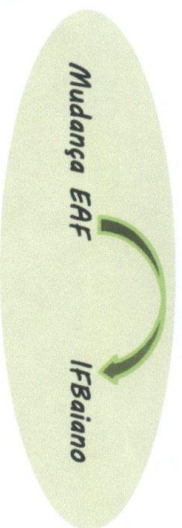
### **Entraves/Desafios**

*Os principais entraves e/ou desafios apresentados na pesquisa foram:*

- *Novos cursos de diferentes áreas;*
- *Perda da autonomia do campus;*
- *Contratação de professores de áreas diversificadas para atenderem aos cursos novos ou planejados;*
- *Distância entre reitoria e os campi;*
- *Escassez de recursos humanos;*
- *Falta de um sistema de rede de informatização (pedagógica e administrativo);*
- *Dificuldades em construir um currículo integrado;*
- *A articulação entre as disciplinas técnicas com as disciplinas propedêuticas;*
- *A falta de compromisso dos docentes com os estudos;*
- *O risco no atendimento de diversas modalidades de ensino ao mesmo tempo;*
- *Professores atuando em diversos níveis e modalidades distintas.*

77

## TRILHA DOS DESAFIOS



### Benefícios

Os principais benefícios apresentados na pesquisa foram:

- **Maior diversidade de cursos;**
- **Aumento de servidores;**
- **Expansão territorial da educação de nível médio;**
- **Ampliação da oferta de vagas;**
- **Verticalização/Ensino Médio, Técnico e Tecnológico**
- **Ênfase a ensino, pesquisa e extensão;**
- **Reserva de 50% de vagas para o médio técnico integrado;**
- **Aumento dos recursos.**

16

## TRILHA DA HISTÓRIA

*Pelos caminhos da Escola Agrotécnica Federal de*

*Catu*

A Escola Agrotécnica de Catu foi construída numa área denominada Fazenda Santana, o qual pertencia aos senhores Ambrósio Batista dos Santos a sua esposa Laura Pereira de Oliveira Santos, a José Batista dos Santos e sua esposa Belarmina Pereira de Oliveira Santos. Segundo Menezes (2011, p.50), em 1895, o Governo da Bahia, durante a gestão de Rodrigues Lima, adquiriu umas terras na região de Santana do Catu para a implantação de uma Fazenda "Modelo de Criação". Posteriormente a Fazenda "Orobó" de propriedade dos barões de São Miguel, o Sr. Paulino de Araújo Góes e a Sra. Carolina dos Reis Araújo Góes também é incorporada à Fazenda Modelo. Essa fazenda, segundo Menezes (2011)<sup>1</sup>, tinha como finalidade o desenvolvimento da região catuense.

<sup>1</sup>MENEZES, Maria Arlinda de Assis. Educação Profissional, Agricultura Familiar Desenvolvimento Local e Regional: O Instituto Federal de Educação, Balano Campus Catu, 2011. Tese(Doutorado Unifacs).

5

*No entanto, com a decadência da cana-de-açúcar e o fim da escravidão nos fins do século XIX acentuou-se o processo de declínio, o que levou o governo da Bahia em 1918, efetuar a transferência da Fazenda Modelo para a União.*

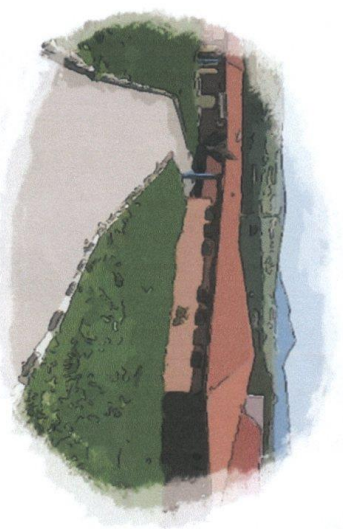
*Segundo o Histórico da EAF-Catu (2008), em 17 de novembro de 1993, o presidente da República Itamar Franco, proferiu a Lei n.º. 8.731, transformando a Escola Agrotécnica Federal de Catu – Bahia em uma autarquia, a mesma passou a ter autonomia orçamental e quadro de pessoal próprio.*

*Diante desse contexto, a EAF-Catu, apresentou uma proposta para os cursos técnicos com habilitações em Agricultura, Zootecnia e Agroindústria, esses deveriam ser estruturados em quatro módulos, sendo o primeiro introdutório visando aquisição de conhecimentos básicos sobre a área, seguido do segundo, terceiro e quarto módulo por área de cada habilitação com terminalidade, não havendo vínculo entre esses.*

*Enfim, hoje a atual estrutura não condiz mais com a antiga Escola Agrotécnica Federal de Catu, com a criação do IBAiano a escola passou a ser um campus do referido Instituto.*

6

*médio técnico integrado: Agropecuária; Zootecnia; Técnico de Alimentos e Projeia similar aos cursos referenciados nos outros Campi.*



*O campus de Senhor do Bonfim, está localizado na cidade de Senhor do Bonfim, ao norte da Bahia, aproximadamente a 374 km da capital, pertence ao território de identidade denominado “Piemonte Norte do Itapicuru”, em virtude de ser um dos municípios que compõem a microrregião, demarcada pela principal bacia hidrográfica da região, do rio Itapicuru-Açu. Compõe o ensino médio integrado o curso técnico em Agropecuária.*

75

turno destinado às disciplinas do ensino médio e o outro destinado às disciplinas do ensino técnico. Técnico em Agropecuária possui uma só Matriz curricular e confere o diploma de Técnico em Agropecuária aos seus concluintes; Técnico em Informática na modalidade PROETA é um curso que faz parte do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para jovens e adultos (maiores de 18 anos). Este curso oferece o Ensino Médio Integrado ao curso profissionalizante técnico em Informática.

Não menos importante que a EAF-Catu às demais EAFs baianas já foram consideradas ícones da Bahia, quando o assunto era o ensino agropecuário, a ligação que as unia antes da fetezização, através de eventos como: feiras, jogos, assuntos pedagógicos e administrativos, aspectos políticos, constituíram a relação entre as assim chamadas de coirmãs por seus servidores.

O campus Santa Inês, está localizado na cidade de Santa Inês, pertencente à região do centro-sul baiano e microrregião de Jequié, fica a aproximadamente 290 km da capital baiana, no km 2,5 da BR 420.



O referido campus contempla os seguintes cursos destinados ao ensino.

74

### **Pelos caminhos da Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês**

A Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês-BA, localizada na cidade baiana de Santa Inês-BA, foi criada em 30 de junho de 1993, no governo do Presidente da República Itamar Franco através da Lei n.º 8-670:

7

*"Ficam criadas as Escolas Agrotécnicas Federais de [...] Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim - Bahia". Em 16 de novembro de 1993 a então EAF-Santa Inês foi transformada em Autarquia através da lei 8-731, publicada no Diário Oficial da União de 17/11/1993, iniciando suas atividades pedagógicas em 17/06/1996, a mesma começou ofertando o ensino médio concomitante através do curso profissionalizante técnico em Agricultura, Agropecuária ou Zootecnia. Hoje a EAF-Santa Inês é um campus do IFBaiano.*

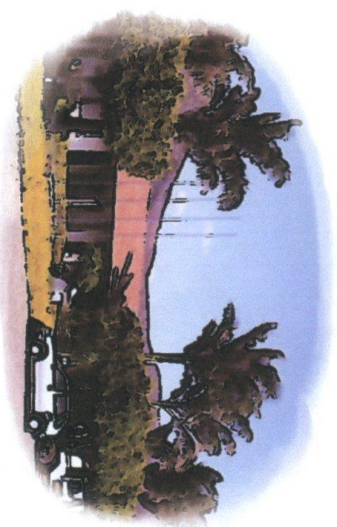
### ***Pelos caminhos da Escola Agrotécnica Federal***

#### ***Antônio José Teixeira***

*Já a Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira localizada na cidade de Guanambi-Ba, região sudoeste do estado, foi criada em 31 de julho de 1993, no governo do mesmo presidente pela mesma lei da coirmã EAF Santa Inês, iniciou as suas atividades pedagógicas em 1995 com o curso técnico em agropecuária, no início visava apenas à formação de nível médio.*

8

*Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio, o qual também tem carga horária e regime igual ao curso anterior e Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio, similar aos outros.*



*O campus de Guanambi está localizado no município de Guanambi na região sudoeste do estado, a 757 km de Salvador, em relação ao ensino médio técnico integrado contempla os seguintes cursos: Técnico em Agroindústria, o qual possui duração de 3 (três) anos, realizando-se no período diurno, sendo um dos períodos,*

13

## TRILHA DOS CAMPI

### *Pelos caminhos da Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim*

*O campus de Catu está localizado no município de Catu, a 78 km de Salvador, está inserido no Território do Agreste de Alagoínhas, possui área de 439,573 Km<sup>2</sup> e população de 50.809 habitantes (IBGE, 2009), faz limite com as cidades de Pojuca, Alagoínhas, Aracás, Teodoro Sampaio, Terra Nova e São Sebastião do Passé.*



*Em relação ao ensino médio, contempla os seguintes cursos: Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio é constituído de regime seriado, com matrícula única para o Ensino Médio e a Educação Profissional;*

*A Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim, localizada na cidade de Senhor do Bonfim-BR, mesorregião, centro-norte baiano, foi criada como as duas anteriores iniciando seu funcionamento administrativo em 14 de julho de 1996 e suas atividades pedagógicas em 05 de março de 1999 dando início a sua primeira turma de técnicos em agropecuária, modalidade essa integrada ao Ensino Médio.*

*Devido às demandas locais foi propiciada a criação de mais dois cursos pós-médios, técnico agrícola com habilitação em Zootecnia e técnico em Alimentos, bem como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.*

## TRILHA DA ORIGEM

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, nasceu da unificação das Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, através da Lei nº 11.892/2008. Essa lei reestruturou as antigas Escolas Agrotécnicas Federais Baianas. Para que isso fosse possível houve uma consulta, através de debates com a comunidade escolar.

### Estrutura Administrativa/Pedagógica

